

UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DEMOCRACIA NA CIBERCULTURA: A INCOMUNICAÇÃO
NA INTERNET ENTRE DEPUTADOS E CIDADÃOS NO
ESTADO DO PIAUÍ

DEUSINEY ROBSON DE ARAÚJO FARIAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Comunicação da
Universidade Paulista – UNIP, para
obtenção do título de mestre em
Comunicação.

SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DEMOCRACIA NA CIBERCULTURA: A INCOMUNICAÇÃO
NA INTERNET ENTRE DEPUTADOS E CIDADÃOS NO
ESTADO DO PIAUÍ

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Comunicação da
Universidade Paulista – UNIP, para
obtenção do título de mestre em
Comunicação, sob orientação da Profa.
Dra. Carla Reis Longhi.

DEUSINEY ROBSON DE ARAÚJO FARIAS

SÃO PAULO
2013

Farias, Deusiney Robson de Araújo.

Democracia na cibercultura: a incomunicação na internet entre deputados e cidadãos no estado do Piauí / Deusiney Robson de Araújo Farias - 2013.

174 f. : il.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2013.

Área de Concentração: Comunicação.

Orientadora: Profa. Carla Reis Longhi.

1. Democracia. 2. Cibercultura. 3. Comunicação.
4. Incomunicação. 5. Piauí. I. Título. II. Longhi, Carla Reis (orientadora).

PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DEMOCRACIA NA CIBERCULTURA: A INCOMUNICAÇÃO NA INTERNET ENTRE DEPUTADOS E CIDADÃOS NO ESTADO DO PIAUÍ

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação, sob orientação da Profa. Dra. Carla Reis Longhi.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____/_____/_____
Profa. Dra. Carla Reis Longhi - Orientadora
UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

_____/_____/_____
Prof. Dr. Jorge Miklos
UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

_____/_____/_____
Prof. Dr. Edilson Cazeloto
FACULDADE CÁSPER LÍBERO - FACASPER

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha “mãezinha”, Professora Iracema Feitosa (*in memoriam*), a quem devo a graça de viver e de quem herdei o interesse pela sala de aula. Serei sempre grato aos seus ensinamentos e à sua dedicação de avó, que como ela mesma dizia: “é a mãe duas vezes”.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais – Deusimar do Socorro Brito de Farias e Maria Gardênia Rodrigues de Araújo – pela vida e oportunidades que me proporcionaram nas várias fases de minha vida, cada qual do seu modo. E à toda minha família, que apesar de pequenas discordâncias, continua unida por laços fortes, que ultrapassam a lógica dos laços sanguíneos. À minha tia Dra. Fernanda Amaral, conselheira, amiga das horas difíceis e pilar de toda nossa família, a quem admiro e tenho como inspiração para a busca constante do conhecimento. Ao amigo e Deputado Federal Júlio César de Carvalho Lima, que por sua determinação, me proporcionou a oportunidade de perseguir esse valoroso sonho nessa cidade tão grandiosa e repleta de conhecimento como São Paulo. À minha namorada Lorrane Machado, pelo companheirismo, carinho, amizade e AMOR (com letras maiúsculas) com os quais se dedicou a mim nestes últimos anos e principalmente por não ter me deixado sozinho nas horas mais estressantes. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que por meio da bolsa PROSUP, me deu a oportunidade de realizar minha pesquisa sem a preocupação do pagamento do curso no final do mês. Isso me permitiu realizar a pesquisa mais tranquilamente. Aos dois orientadores que passaram na minha vida nesses dois últimos anos de pesquisa, Dr. Edílson Cazeloto, que me abriu as portas da Universidade e que me deu as primeiras orientações e Dra. Carla Reis Longhi, que segurou em minha mão e me ajudou a dar continuidade ao meu projeto. À Coordenação do curso de Administração da Universidade Estadual do Piauí, pela ajuda na realização de algumas entrevistas. Aos que, assim como eu, estão conquistando o título de Mestre, amigos que fiz nessa instituição, que o futuro nos reserve boas surpresas. Enfim, a todos que fizeram parte desta conquista, meus eternos agradecimentos.

Às vezes, a verdade não é boa o bastante. Às vezes, as pessoas merecem mais. Às vezes, merecem ter toda a sua fé recompensada.

(BATMAN – O Cavaleiro das Trevas)

RESUMO

Democracia na Ciberultura: a incomunicação na Internet entre deputados e cidadãos no estado do Piauí é um trabalho que tem por objetivo investigar a comunicação na Internet entre governantes e governados, tendo como referência os deputados e cidadãos do estado do Piauí. Esta pesquisa teórico-empírica se desenvolve, especialmente, em três fases: a pesquisa bibliográfica, baseada em investigações sobre democracia, sociedade, cultura, ciberultura e pós-modernidade; a investigação dos sites de deputados do Piauí, em especial os *blogs* e *microblogs*, que, teoricamente, permitem uma interação *in real time* entre governantes e governados; e a realização de entrevistas com deputados e cidadãos daquele estado. Na medida em que a pesquisa se aprofunda no âmbito da comunicação entre governantes e governados, descobre-se uma presença muito maior da *incomunicação* do que da própria comunicação, entendida como estabelecimento de vínculos, assim como propõe Norval Baitello Junior (2005a; 2005b). A pesquisa pretende investigar as formas possíveis de democracia; compreender a importância da Internet na política democrática; avaliar o entendimento de democracia por parte de governantes e governados; bem como, saber se estes sujeitos consideram que a Internet fortaleça a política contemporânea. Propõe, incitada, pelas ideias de Ernesto Laclau (2011), que a democracia, na contemporaneidade, seja um *significante vazio*. Assim como essas, outras propostas, que servem para a análise da comunicação entre deputados e cidadãos, como por exemplo, o *campo político*, a *classe política*, bem como a formação das *elites políticas*, surgem no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Democracia; ciberultura; comunicação; incomunicação; Piauí.

ABSTRACT

Democracy in Cyberculture: The incommunication on the Internet between members and citizens in the state of Piauí is a work that aims to investigate on internet communication between rulers and ruled, with reference to the members and citizens of the state of Piauí. This research develops theoretical and empirical, especially in three phases: a literature review, based on investigations of democracy, society, culture, cyberculture and postmodernity; research the websites of parliamentarian of Piauí, especially blogs and microblogs which, theoretically, allows an interaction *in real time* between rulers and ruled, and interviews with members and citizens of that state. To the extent that the research delves into the realm of communication between rulers and ruled, one finds a much larger presence than the *incommunication* from the communication itself, understood as establishing links, as proposed Norval Baitello Junior (2005a, 2005b). The research, which also intends to investigate the possible forms of democracy; understand the importance of internet in democratic politics; assess the understanding of democracy on the part of rulers and ruled, as well as whether these individuals believe that the internet will strengthen the contemporary politics proposed, incited, by the ideas of Ernesto Laclau (2011), that democracy, in contemporary times, is an *empty signifier*. As such, some other proposals that serve to analyze communication between members and citizens, such as the *political field*, the *political class* as well as the formation of *political elites* arise during the research.

Keywords: Democracy; cyberculture; communication; incommunication; Piauí.

LISTA DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS

Fotografia 1 - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.....	73
Fotografia 2 - Plenário da Alepi	100
Figura 1 - Imagem de Site de deputado	155
Figura 2 - Imagem de site de deputado.....	155
Figura 3 - Imagem de site de deputado.....	156
Figura 4 - Imagem de site de deputado.....	156
Figura 5 - Imagem de site de deputado.....	157
Figura 6 - Imagem de site de deputado.....	157
Figura 7 - Imagem de site de deputado.....	158
Figura 8 - Imagem de site de deputado.....	158
Figura 9 - Imagem de site de deputado.....	159
Figura 10 - Site de deputado fora do ar.....	159
Figura 11 - Imagem de blog de deputado.....	160
Figura 12 - Imagem de blog de deputado.....	160
Figura 13 - Imagem de blog de deputado.....	161
Figura 14 - Imagem de blog de deputado.....	161
Figura 15 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	162
Figura 16 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	162
Figura 17 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	163
Figura 18 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	163
Figura 19 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	164
Figura 20 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	164

Figura 21 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	165
Figura 22 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	165
Figura 23 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	166
Figura 24 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	166
Figura 25 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	167
Figura 26 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	167
Figura 27 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	168
Figura 28 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	168
Figura 29 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	169
Figura 30 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	169
Figura 31 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	170
Figura 32 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	170
Figura 33 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	171
Figura 34 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	171
Figura 35 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	172
Figura 36 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	172
Figura 37 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	173
Figura 38 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	173
Figura 39 - Imagem de <i>microblog</i> de deputado	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DEMOCRACIA.....	15
1.1. Perspectiva Clássica e o problema de governar	16
1.2. Perspectiva Medieval e a ausência de espírito crítico.....	17
1.3. Perspectiva Moderna e a democracia para Rousseau.....	19
1.4. Novas perspectivas e a condição política pós-moderna	26
1.5. A ideia de democracia no Brasil.....	34
1.5.1. Que democratização é essa?	35
1.5.2. A retomada do debate sobre a democracia	40
1.6. A espetacularização da sociedade brasileira	41
1.7. O campo político no Brasil	44
1.8. A hegemonia das elites políticas no Poder	47
1.9. A democracia como significante vazio	53
2. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA TEORIA DEMOCRÁTICA	56
2.1. A comunicação na Teoria de Bobbio	56
2.2. O potencial e o uso concreto em Bobbio	57
2.3. A regra da maioria como ato de comunicação	59
2.4. A isegoria e seus procedimentos democráticos	61
2.5. Introdução à política na cibercultura	64
2.5.1. Internet e as possibilidades de ação política.....	66
2.5.2. A participação política por meio da Internet	67
2.6. Cyberotimistas Rousseauianos ou Cyberpessimistas Schumpeterianos	68
3. DEPUTADOS, CIDADÃOS, DEMOCRACIA E A INTERNET	71
3.1. Deputados do Piauí e a Internet.....	71

3.2. Análise das entrevistas	73
3.2.1. Entrevistas com os deputados	80
3.2.2. Entrevista com os cidadãos	87
3.3. A presença da Incomunicação	100
3.4. A velocidade e o individualismo como determinantes	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
BIBLIOGRAFIA	114
APÊNDICE A – ENTREVISTAS	124
APÊNDICE B – IMAGENS DE SITES, BLOGS E MICROBLOGS	155

INTRODUÇÃO

A ideia de democracia que surgiu na Grécia antiga era sustentada pela participação de todos os homens livres da *polis* nas decisões acerca de sua administração e política externa. Essa participação era manifestada por meio de sustentações orais perante os iguais, expondo ideias ou argumentos e pelo voto. As redes telemáticas trouxeram consigo uma ideia de que poderiam representar a nova *eclesia* do mundo contemporâneo. Rousiley Maia (2000, p.01), por exemplo, afirma que a Internet é “um meio através do qual o público e os políticos podem se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos”.

A pesquisa em relação à Internet e à democracia no Brasil é cada vez maior. Estudiosos como Rousiley Maia (2000; 2008), Wilson Gomes (2004; 2008) e Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2008) têm se dedicado a pesquisar as formas de participação política por meio das redes telemáticas. Porém, em suas obras, nenhum deles contempla a comunicação direta entre governantes e governados, apenas os usos institucionalizados “tanto em suas manifestações institucionais-estatais quanto naquelas oriundas da sociedade civil” (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011, p. 12). Existe uma lacuna teórica a respeito da comunicação entre governantes e governados por este meio de comunicação. Portanto, restam a nós, os seguintes questionamentos: a Internet tem contribuído para um aumento na comunicação entre deputados e cidadãos? E tendo a teoria democrática como pressuposto, esse meio de comunicação contribui para um aumento da democracia ou cria uma nova forma de democracia?

Nosso objetivo nesta pesquisa é investigar a comunicação entre governantes e governados por meio da Internet. Para isso, escolhemos o estado do Piauí como referência para o nosso estudo, por ser um dos estados brasileiros menos favorecidos economicamente podendo, assim, apresentar condições menos favoráveis para a aplicação desta comunicação¹ e por talvez não proporcionar condições necessárias de oportunidade e de acesso.

¹ O Piauí é o vigésimo sétimo em PIB per capita¹ (Dados do IBGE, disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>>, acesso em: 16 jun. 2011), e por ter poucas indústrias e sua economia ser aquecida pela agropecuária, as oportunidades de emprego e renda são mínimas.

Por meio desta pesquisa, pretendemos ainda investigar as formas possíveis de democracia; compreender a importância da Internet na política democrática; avaliar o entendimento de democracia por parte de governantes e governados; e saber se governantes e governados consideram que esse meio de comunicação fortaleça a política contemporânea. Alcançar tais objetivos se faz necessário na pesquisa sobre Internet e democracia, principalmente quando tratamos da comunicação entre atores políticos da sociedade.

Este é um estudo de caso teórico-empírico de natureza descritiva e com análise qualitativa dos dados. Além da pesquisa bibliográfica com base em investigações sobre democracia, sociedade, cultura, cibercultura e pós-modernidade, decidimos investigar os sites de deputados do Piauí, em especial os *blogs* e *microblogs*, que permitem uma interação *in real time* entre governantes e governados, além de realizarmos entrevistas com deputados e cidadãos, a fim de saber se esta comunicação contribui para o aumento da democracia. Desta forma, procuraremos construir um “conhecimento profundo do contexto focalizado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 183).

Esta pesquisa nos permitiu discutir historicamente as perspectivas Clássica, Medieval e Moderna de democracia (BOBBIO, 2010), além de atender nossa proposta de debater a nova perspectiva sobre a democracia e a condição política pós-moderna. Outro aspecto importante lembrado pela nossa pesquisa foram os vários momentos da democracia no Brasil, desde o seu surgimento, passando pela retomada do debate sobre a democracia, até os nossos dias. A presença de *elites políticas*, a avaliação do *campo político* e a *espetacularização* da sociedade brasileira também são pontos relevantes de nossa pesquisa. Todos estes pontos são importantes para o esclarecimento de como nasceu a ideia de democracia no Brasil e de que forma esta ideia ainda se fortalece em nossa sociedade.

Contudo, o papel da comunicação na teoria democrática é o aspecto mais relevante desta pesquisa, em especial da cibercultura. A compreensão da comunicação na Internet entre governantes e governados, em uma política local, a partir de pressupostos globais de democracia responderá se, no período contemporâneo, este meio de comunicação tem contribuído para o aumento da democracia, levando em conta seu potencial para uma real comunicação entre

esses sujeitos, ou se é apenas mais um *media* a disposição da política contemporânea.

Na análise documental foram considerados todos os deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (Alepi), a fim de considerarmos qualitativamente os dados relevantes à pesquisa. Já em relação às entrevistas, pensava-se, inicialmente, em entrevistar três deputados estaduais, mas considerando as dificuldades encontradas em campo, apenas dois deputados estaduais foram entrevistados. O que não enfraquece nossa pesquisa, pois “a busca não é pelos números, mas pelos significados” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 106). Além disso, entrevistamos o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Alepi, por entendermos que é um ator importante para o entendimento da aplicação dos recursos para a realização dessa comunicação. Conseguimos ainda entrevistar um deputado federal, que apesar de não estar contemplado inicialmente em nossa proposta, também é representante daquele estado em âmbito nacional, se enquadrando assim como governante, em nossa pesquisa.

Quanto aos cidadãos entrevistados, foi necessária uma mudança no *corpus* inicialmente pensado. Considerou-se que por uma transição da noção de público para a de interesse público, que inclui atuação de organizações não estatais, mas com fins públicos, e a crise de paradigma do modelo de administração pública estatocêntrica para o modelo sociocêntrico, deveríamos incluir em nossa pesquisa não somente a participação de cidadãos aleatoriamente escolhidos, mas que estivessem diretamente envolvidos com a questão social, como estudantes, representantes de categorias, sindicatos e representantes de bairros.

Obtidos todos os dados relevantes, seguimos uma criteriosa análise qualitativa dos dados, realizada à luz da teoria crítica e com base nos conceitos levantados durante a pesquisa bibliográfica, em especial o conceito de *significante vazio*, proposto por Ernesto Laclau (2011). Essa metodologia possibilitou o embasamento das considerações finais desta pesquisa, que devem não somente orientar novos estudos, como complementar aqueles já existentes que se baseiam somente na comunicação entre instituições e cidadãos, como mencionado no início do presente estudo.

1. DEMOCRACIA²

Democracia é um regime político descrito desde a Antiguidade. A ideia de democracia, que surgiu na Grécia antiga, era sustentada pela participação de todos os homens livres da *polis* nas decisões acerca de sua administração e política externa. Essa participação era manifestada mediante sustentações orais perante os iguais, expondo ideias ou argumentos e por meio do voto.

Não se sabe ao certo qual foi a primeira comunidade democrática, mas existem estudos que defendem que o modelo de organização de instituições com bases nos sistemas comunitários e igualitários tenha nascido em realidades tribais ainda na Antiguidade. A realidade vivida pelos habitantes da cidade grega Atenas (aproximadamente 500 a. C) é muito conhecida. Os homens livres da *polis* podiam decidir em assembleia os seus destinos, os cargos públicos eram ocupados por todos os cidadãos³ e a assembleia não era representativa, sua soberania era absoluta.

Norberto Bobbio (2010), filósofo italiano e pesquisador das teorias políticas, diz que uma das primeiras aparições da democracia na literatura é narrada por Heródoto, que fala a respeito da discussão de Otane, Megabizzo e Dario sobre a futura forma de governo da Pérsia. Em sua narração, Otane seria o defensor de um governo popular. O autor sugere ainda que Platão vê, em *Político*, a democracia como “a menos boa das formas boas e a menos má das formas más de Governo” (2010, p. 320).

Na introdução do *Dicionário de Política* (BOBBIO, 2010) discute-se a mudança nos termos e na linguagem política ao longo dos anos. E dentro desta perspectiva Bobbio (2010) discute sobre as várias “democracias” que encontramos na literatura. Para o autor, deve-se tratar democracia a partir de três perspectivas teóricas: a clássica, a medieval e a moderna.

² Parte deste capítulo foi copiado do artigo *O discurso da democratização na sociedade do espetáculo*, apresentado durante o III Simpósio Nacional/I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade, em Campinas, em 16 de fevereiro de 2012, promovido pela UNICAMP e USP, e do artigo *Democracia, Internet e a legitimação das elites no poder*, apresentado no VIII POSCOM-PUC, no Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 2011 e publicado pela revista Entre.meios, revista *on-line* da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Ambos os artigos fazem parte da pesquisa de revisão bibliográfica do autor para esta dissertação.

³ Os cidadãos eram, apenas, aproximadamente 25% da população. Excluídos estavam escravos, mulheres e estrangeiros.

Porém, dado às mudanças do período contemporâneo nas relações entre a sociedade e o mundo, percebemos que não podemos mais considerar apenas estas perspectivas, antes, devemos incluir uma nova: a pós-moderna.

A nossa preocupação em considerar esta nova perspectiva está na discussão que a democracia vem despertando em nos nossos dias, não somente pela relevância do tema, mas pela inserção de novos meios de comunicação na sociedade, que despertam a curiosidade dos pesquisadores e dos vários atores políticos para outras possibilidades na política democrática.

1.1. Perspectiva Clássica e o problema de governar

É importante entendermos que a democracia é um regime político que nasce com base em uma visão de sociedade e, sobretudo, de sua relação com o mundo e com os outros. Ela é uma prática que nasce de uma problemática: como governar?

Bobbio (2010, p. 320) descreve a discussão narrada por Heródoto entre três governantes da antiga Pérsia, por meio da qual Otane faz a defesa de um governo popular, “que segundo o antigo uso grego chama de *Isonomia*, ou igualdade das leis, ou igualdade diante das leis”.

Portanto, na perspectiva clássica, a democracia nasce como uma forma de governar, uma solução para uma problemática e, talvez, como a representação da igualdade de todos perante a lei. Entretanto, filósofos como Platão e Aristóteles, críticos da democracia, não acreditavam que esta forma de governo representasse a todos em uma sociedade, mas aos interesses de uma parte contra outra. Hans Kelsen (2000, p. 195) afirma que “Platão rejeita a democracia como uma forma desprezível de governo”.

Porém, assim como os críticos, existiam os defensores, dos quais encontramos relatos históricos, como Péricles, Solón, Clístenes, Ephialtes, dentre outros (RHODES, 2004). E de quem conhecemos as obras para o fortalecimento do regime conhecido como *democracia ateniense*. Quanto à discussão sobre a ideia de democracia naquela época sabe-se muito pouco, apenas aquilo que os críticos nos relatam.

Na realidade, como já dissemos anteriormente, a democracia surge na Antiguidade como a solução para vários problemas práticos, que se davam naquele período, principalmente na organização da sociedade. As várias tribos constituídas, cidades-estados, ou mesmo os impérios, constituídos por vários territórios em todo o mundo, precisavam de formas de governo que satisfizessem os anseios de seus governantes, de sua sociedade ou de ambos. Muitas formas de governo eram conhecidas na época, a democracia era apenas uma delas, que resolvia (ou não) os anseios de uma determinada sociedade e de seus governantes.

Diante disso, sabemos que a ideia de democracia surge em um determinado lugar e para resolver problemas específicos de determinadas sociedades e apesar de sabermos que não era uma ideia difundida entre vários governos do mundo, em algum momento essa ideia se proliferou, e de certa forma, se tornou lugar-comum do pensamento político (KELSEN, 2000, p. 25).

1.2. Perspectiva Medieval e a ausência de espírito crítico

Pesquisando mais adiante na história, entendemos que outras possibilidades surgiram para aquilo que na Antiguidade era denominado como democracia. A perspectiva medieval desta forma de governo já nasce a partir da visão de como governar determinadas sociedades, mas especialmente a partir do interesse no controle dos *sujeitos*⁴, dos Impérios e da Igreja. As lutas entre o Papado e o Império de Oton I, que acontecem na Idade Média, refletem mudanças sociais, que vão desde a perda de poder por parte da Igreja e, conseqüentemente, dos Reinos Monásticos, que se diziam representantes de Deus e da Igreja, como pelo início de entendimento de nação e de mundo.

Para Mosca e Bouthoul (1975) a principal característica da Idade Média é a criação de comunidades fechadas, que geram um absolutismo por parte daqueles que se diziam proprietários das terras.

⁴ Preferimos, neste primeiro momento, trabalhar com o *sujeito* como entendido por Althusser (1985), ao invés de *indivíduo*. Entendendo que “os indivíduos são sempre/ já sujeitos. Os indivíduos são, portanto, ‘abstratos’ em relação aos sujeitos que existem desde sempre.” (p. 98) Há uma “predestinação” para a passividade do sujeito.

A principal característica da Idade Média, do ponto de vista político, é a confusão do direito privado e do direito público, do que resultava que o proprietário ou o possuidor de um trato de terra acreditava-se investido de direitos soberanos sobre os habitantes dessa região. Outra característica é a formação de uma entidade intermediária, feudo ou comuna, entre o soberano (Imperador ou Rei) e o indivíduo (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 74).

Isto é, a ideia de propriedade privada permeava a cultura política e social daquela época por uma cultura de domínio social e territorial. Essa ideia de posse influenciará bastante futuras práticas políticas da modernidade.

Mosca e Bouthoul (1975) trazem na *História das Doutrinas Políticas* um pouco desse período medieval e os pensamentos políticos daquela época. É interessante percebermos que os Impérios e a Igreja sempre estiveram presentes na formação política das sociedades tendo, no decorrer daquele período, obtido uma forte influência também dos *feudatários*, que exerceram um papel de domínio sobre boa parte da sociedade e na luta contra o Papado. Os autores trazem alguns aspectos daquele período importantes para a compreensão do surgimento de ideais de igualdade, e aquilo que pensamos ser de extrema importância, as teses que foram levantadas pela Igreja a respeito do poder dos príncipes⁵.

Todas essas contribuições nos ajudam a formar uma ideia de como a teoria sobre democracia foi se moldando ao longo dos anos. Especialmente na perspectiva de retirada do poder dos reis, príncipes e imperadores, para o surgimento da concepção de que o “povo” deveria ser o detentor da soberania.

Os autores deixam claro que a primeira fase da Idade Média, compreendida, segundo eles, entre os anos 395 d. C. e 1661⁶, foi um período de “ausência de espírito crítico e de senso histórico”, marcado pela “inexistência ou imperfeição do espírito de observação” e pelo “respeito excessivo ao princípio de autoridade” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 74-75). Mas os autores reconhecem que foi nesta

⁵ “As expressões de Gregório VII, numa das duas cartas endereçadas a Herman, bispo de Metz, são as seguintes: ‘quem não sabe que os príncipes receberam de origem seu poder das mãos de homens inimigos de Deus, que por força do orgulho, de rapinagens, de perfídias, de homicídios e de delitos, guiados pelo demônio, príncipe do mundo, quiseram com paixão cega e com presunção insuportável reinar sobre os seus iguais, isto é, sobre os homens?’”. (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 81)

⁶ Os autores levantam essa discussão de data, mas como nosso trabalho não pretende se prender a essa discussão, resolvemos agir como os autores: “Seja como for, adotem-se os limites geralmente aceitos ou os propostos por nós, o período histórico considerado como uma idade média compreenderia um mínimo de dez séculos, mais ou menos, e um máximo de treze séculos, aproximadamente.” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 74)

época que alguns escritores “chegaram a construir sistemas filosóficos completos” como Santo Tomás de Aquino, influenciador das teorias democráticas que surgirão na modernidade e Marsílio de Pádua, que, em *Defensor Pácis*, chega a distinguir o Poder Executivo do Poder Legislativo (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 93). Bobbio (2010) revela, ainda, que os pensamentos de outros filósofos foram peças chave para a criação do conceito de democracia na modernidade, como Ulpiano (*Democracia*, I, 4, 1), Bodin (*De la república*, II, 1) e Hobbes (*Decive*, cap. VII, *Leviathan*, cap. XIX).

Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008) atribui, ao final desse período, uma diminuição da *coesão inconsciente* da Igreja e uma forte noção de nacionalismo. É quando os europeus, na sua exploração pelo mundo, “ampliaram violentamente o horizonte cultural-geográfico e, simultaneamente, os conceitos acerca das possíveis formas de vida humana” (AUERBACH apud ANDERSON 2008, p. 44). Nesse momento, os sujeitos começaram a se questionar sobre os diversos aspectos que permeavam suas vidas e conseqüentemente, várias “verdades” começaram a cair por terra.

Com o rebaixamento gradual da própria língua sagrada – “o latim [que] era não só a língua em que ensinava, como também a *única língua ensinada*” (ANDERSON, 1983, p. 46) – e com o início do capitalismo editorial que pôde conectar as pessoas em uma longa distância, mas com a ideia de estarem sempre perto, cria-se um imaginário de nação, que deu às pessoas a oportunidade de questionarem as políticas adotadas pelas monarquias aristocráticas e as dinastias; culminando com o Renascimento e com o início da Modernidade.

1.3. Perspectiva Moderna e a democracia para Rousseau

Na literatura percebemos que esse é o período que mais influencia a política contemporânea e de onde surgem os pensadores que dão as maiores contribuições para o surgimento de novas formas de governar. Dentre esses, podemos citar o filósofo que “não somente modelou a mentalidade de seus contemporâneos, como ainda fez sentir seu efeito fortemente, no século seguinte” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 206). E não é diferente na contemporaneidade. Em pleno século XXI, os

pensamentos de Rousseau não apenas se fazem presentes, como ainda suscitam interesse de mudança na forma de governar de várias sociedades.

A Modernidade é marcada não apenas pela mudança no pensamento e na política de toda a sociedade europeia, como da sua influência por todo o *novo mundo*. Os novos continentes descobertos pelo mundo europeu representavam uma oportunidade de ampliação de seus costumes e política e de uma nova forma de dominação, que seria imposta pelas suas ideologias, sendo uma delas a própria democracia.

Porém, devemos discutir um pouco sobre essa nova democracia que surge na Modernidade, não mais como uma opção ou uma solução para o questionamento de como governar, como vimos na perspectiva clássica, mas como o pensamento hegemônico que aos poucos se tornou consenso por toda a Europa e, conseqüentemente, por seus herdeiros ideológicos: as Américas.

E para entendermos esse novo pensamento, é importante que saibamos que na fase anterior existe uma divisão na sociedade europeia que basicamente é composta pelos Impérios, pelos feudatários, pelos bispos, pelo baixo-clero, pelos monges e pela plebe. Todos estes sujeitos, mesmo que respeitassem e acreditassem na *contingência inicial*⁷, começavam a entender-se como opositores da Idade Média, quanto aos problemas políticos que permeavam aquele período⁸ (MOSCA; BOUTHOU, 1975). Começam a se constituir, nesse momento, as *classes*, que são analisadas em uma realidade macro somente no século XIX por Karl Marx e Max Weber, mas que, na realidade, começam a se formar no momento em que a consciência da contingência inicial é gerada e que surgem as oposições e possibilidades de ascensão políticossocial.

⁷ Para Heller e Fèhec o mundo pré-moderno era mobilizado para defender as ordens sociais de dominação contra a consciência da contingência inicial. "Os habitantes do mundo pré-moderno mobilizaram vastos recursos ideológicos para proteger as ordens sociais de dominação e hierarquia contra a consciência da contingência. [...] Mas a consciência da contingência inicial era acompanhada, nas sociedades pré-modernas, pela consciência do *fado*. 'Como nasci Z, não conseguirei tudo que poderia se tivesse nascido X'. O acaso do nascimento determinava nosso lugar na divisão social do trabalho. As estruturas do modo de vida que podíamos levar eram simplesmente determinadas e, como tal, verdadeiramente preordenadas. As ordens sociais transformavam a contingência em necessidade" (HELLER, FÉHENC, 1998, p. 32).

⁸ "Quando a luta desencadeou-se abertamente, entre o Imperador e o Papa, o primeiro foi em geral ajudado pelos feudatários e pelos bispos que, em sua maioria, provinham da nobreza. Com o Papa ficaram, em geral, o baixo-clero e sobretudo os monges e a plebe que, quase por instinto, seguiam o partido contrário àquele formado pelos poderosos" (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 81).

Na modernidade, a *burguesia* era a classe que detinha maior ascensão. Cada vez mais ela conquistou um espaço economicamente favorável em relação aos camponeses e até a ponto de confrontar a nobreza. O clero, por sua vez, se posicionou como o provedor do *religare*, ou seja, estabelecia a ligação dos homens com o divino, com base em suas doutrinas e dogmas. Os proletários tinham cada vez mais a força de seu trabalho explorada pela burguesia mas, aos poucos, se juntavam à ela na busca de uma nova realidade social e política (GRUPPI, 1978). Parece-nos que ao passo que a burguesia lutava pelo direito à propriedade, o proletariado buscava uma igualdade política e social, perante os poderes hegemônicos. A nobreza, por sua vez, perdia forças e poder. “O velho princípio de legitimidade minguava silenciosamente” e, diante do *povo*⁹, passava a ser entendido como um atraso político (ANDERSON, 1983, p. 51).

Portanto, novos elementos constituem essa fase política. Dentre eles, a projeção da *virtualização* das comunidades, por meio do aumento da comunicação viabilizado por novas estradas que ligavam uma comunidade à outra, da navegação que ligava a Europa a outros continentes e ao início do capitalismo editorial (ANDERSON, 1983). Este declínio da nobreza, ou mesmo de seus sistemas tradicionais de governabilidade, fizeram com que novas formas de governo fossem discutidas. O *racionalismo* e o *humanismo* ajudaram a sociedade daquele período a se desprender das amarras da *vontade divina*.

A modernidade foi o período de maior mudança na política do mundo. Várias revoltas são apresentadas pela literatura, tanto no âmbito da política social, quanto a política religiosa¹⁰. E isso está totalmente ligado ao sentido moderno de democracia, pois são esses interesses que serão discutidos nesta nova política.

⁹ Paolo Colliva (2010) apresenta no *Dicionário de Política*, a definição histórica de *povo* na sociedade romana, desde a visão de partido político na antiguidade até a sua redescoberta. Para ilustração trouxemos um trecho relevante para nossa discussão. “O *Dominus*, o Senhor, excluiu pouco a pouco o Povo da vida política, que se foi concentrando num núcleo restrito de grupos sociais e políticos, enclausurados numa aristocracia rigidamente determinada pela norma desenvolvida e conservada apenas por autocoopção. O Povo tornou a ser deste modo uma mera designação social, realidade subalterna e disgregada, fundamentalmente excluída da gestão do poder, primeiro na senhoria, depois no principado, presente tão-só como massa manobrável, e em momentos esporádicos e infrutíferos de rebelião.” (COLLIVA, 2010, p. 987) O autor posteriormente diz que há uma “redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo o que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito da vida política” (ibid.).

¹⁰ Exemplos destas revoltas se deram, sobretudo, contra a Igreja Católica Apostólica Romana. A reforma de Martinho Lutero, o Calvinismo e o Anglicanismo são alguns exemplos.

As revoluções burguesas de 1789 e 1848 quase transformaram o ideal democrático em lugar-comum do pensamento político; tanto que aqueles que empreendiam opor-se mais ou menos à atuação desse ideal faziam-no com uma reverência cortês ao princípio fundamentalmente reconhecido, ou por trás de uma máscara prudente de terminologia democrática (KELSEN, 2000, p. 25).

O direito à propriedade privada, restrita por muito tempo à Igreja, à Nobreza e aos *feudatários*, a liberdade de culto, que não existia por conta do domínio da Igreja e, sobretudo, o direito a certa “igualdade”, principal pilar da democracia, eram o desejo da sociedade daquele período, ou seja, a libertação das amarras sociais, políticas e religiosas.

Por conta desse desejo de liberdade e, principalmente pela consciência da *contingência inicial*, que surge o ideal democrático, que consistia em:

[...] um conjunto de novas ideias filosóficas e econômicas que defendiam a liberdade de pensamento e a igualdade de todos os homens perante as leis. As ideias econômicas defendiam a prática da livre iniciativa. Esse movimento cultural, político e filosófico que aconteceu entre os séculos XVII e XVIII, em toda a Europa, sobretudo na França, ficou conhecido como Iluminismo ou Século das Luzes (VIEIRA E SILVA, 2011, p. 122).

A este ideal democrático estavam ligados três princípios, chamados por alguns autores de “princípios imortais de 1789” (ALBERTONI, 1990, p. 77): a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Estes princípios representavam, mais no campo teórico que na ação, a defesa de uma sociedade mais igual, mais fraterna e mais livre, onde todos tivessem de igual forma direito à liberdade de culto, de voto, de opinião, de expressão e que vivessem em uma sociedade mais fraterna e mais igual.

Rousseau, talvez o mais importante teórico da democracia, apresenta o problema do Estado ideal – que, para ele, é o problema da democracia – nestes termos: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja qualquer membro a ela pertencente e na qual o indivíduo, mesmo se unindo a todos os outros, obedeça apenas a si mesmo e permaneça livre como antes” (KELSEN, 2000, p. 29).

Essa era a representação do Estado ideal para Rousseau, uma associação de pessoas livres, sem amarras com o próprio Estado. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, estavam presentes os seus pensamentos. John Locke e Adam Smith, teóricos que “consagr[aram] os ideais liberais e burgueses

extraídos do Iluminismo, tais como a igualdade perante a lei, o direito à vida, à propriedade e à liberdade religiosa e de expressão” (VIEIRA E SILVA, 2000, p. 123), também foram importantes para a realização de uma nova política social, tal qual, ou semelhante, a que conhecemos hoje.

E, nesse ponto, a democracia, tal qual existia no conceito clássico, perdeu a sua originalidade e passou a ser discutida atrelada sempre a outros valores que não aqueles a ela atribuídos desde a Antiguidade.

Democracia é a palavra de ordem que, nos séculos XIX e XX, domina quase universalmente os espíritos; mas exatamente por isso, ela perde, como qualquer palavra de ordem, o sentido que lhe seria próprio. Para acompanhar a moda política, acredita-se dever usar a noção de democracia – da qual se abusou mais do que qualquer outra noção política – para todas as finalidades possíveis e em todas as possíveis ocasiões, tanto que ela assume os significados mais diversos, muitos deles bastante contrastantes, quando a costumeira impropriedade do linguajar político vulgar não a degrada de veras a uma frase convencional que não mais exige sentido determinado (KELSEN, 2000, p. 25).

A democracia não só assumia os significados mais diversos, como apresentava novas possibilidades de mudança no poder. Se, para alguns, a democracia significava a mudança nos poderes hegemônicos, representada até então por uma classe dominante, agora ela poderia representar a oportunidade de uma continuidade em troca daquilo “que mais tarde se chamou acumulação capitalista. Porquanto os proprietários de terras, dispondo de grandes quantidades de gêneros alimentícios, puderam facilmente comprar o trabalho daqueles que nada possuíam” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 215).

E talvez, Mosca e Bouthoul (1975), tenham sido os autores que, na nossa concepção, melhor interpretaram aquele momento:

Mas, no começo, como não existia força pública que protegesse a propriedade privada, houve um período de anarquia durante o qual os ricos tinham mais o que perder. Estes que eram “sós contra muitos” conceberam a trama mais bem pensada de que se tem notícia neste mundo, a de empregar para se defender as forças mesmas do que os atacavam, de fazer dos seus adversários seus defensores, ao mesmo tempo “fazer circular máximas que lhes eram tão favoráveis como o direito natural lhes era contrário” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 215).

Os autores de *História das Doutrinas Políticas* defendem que Rousseau era tão contrário à propriedade privada, quanto a favor de um novo modelo de governo,

no qual o *povo* representasse a soberania. Eles trazem a discussão sobre as ideias rousseauianas contidas no *Discurso sobre a Desigualdade* e em *O Contrato Social* nos quais o filósofo “pretende pesquisar as origens da organização social” e a soberania dos homens sobre si mesmos (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 216). Segundo os autores, para Rousseau:

Ninguém deverá ceder seus direitos à coletividade senão com a condição de participar na formação da *vontade geral*, isto é, da verdade do Estado. Desta forma o Estado será organizado de maneira a proteger os interesses da maioria dos cidadãos. Resulta deste princípio que o único governo legítimo seria a democracia direta, ou seja, aquele no qual o poder legislativo pertencesse à totalidade dos cidadãos, a quem caberia igualmente designar as pessoas encarregadas de fazer executar as leis (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 216).

Nas palavras de Kelsen (2000, p. 29), Rousseau estava apresentando o problema do Estado ideal, que consistia na defesa de qualquer membro da sociedade, que mesmo estando em grupo, obedecesse somente a si e que permanecesse livre, sem as amarras do Estado.

Rousseau sabia que a democracia verdadeira (como ele entendia), nunca seria possível, visto que era contra a própria ordem natural.

Querendo tomar o termo democracia na sua acepção perigosa, poderemos dizer que jamais existiu verdadeira democracia, nem existirá nunca. É contra a ordem natural que o maior número governe e o menor seja governado (ROUSSEAU, 1997, p. 81).

A vontade de uma maioria imposta à individualidade dos sujeitos pela vida em sociedade parecia ser e é tão opressiva quanto a vontade absolutista de uma só pessoa (KELSEN, 2000, p. 27). O filósofo, que era “um apóstolo da liberdade” (KELSEN, 2000, p. 30), acreditava que para se alcançar uma democracia verdadeira, um Estado precisava de pelo menos quatro requisitos.

Primeiramente [1], um Estado muito pequeno em que o povo seja fácil de reunir e no qual o cidadão possa conhecer a todos os outros. Em segundo lugar [2], uma grande simplicidade de costumes, que precavenha a multiplicidade de negócios e as discussões espinhosas. Em seguida [3], muita igualdade nas classes e fortunas, sem o que a igualdade não poderia subsistir por muito tempo à do direito e à da autoridade. Finalmente [4], pouco ou nenhum luxo, porque o luxo é o efeito das riquezas ou as faz necessárias e corrompe ao mesmo tempo o rico e o pobre, a um pela posse, a outro pela cobiça (ROUSSEAU, 1997, p. 82).

Mas sobre esse modelo de governo, tendo a política inglesa como referência, dizia ainda: “Vende a pátria à indolência, à vaidade, e tira ao Estado todos os seus cidadãos para fazê-los de escravos uns dos outros e todos da opinião.” (ROUSSEAU, 1997, p. 82). O filósofo vê na democracia inglesa uma série de defeitos e se mostra revoltoso com o comportamento dos cidadãos daquele país, que entregavam seu direito de retificar leis a representantes. Segundo o filósofo, a soberania não poderia ser representada, isso por que considera a liberdade pedra fundamental e eixo da democracia (KELSEN, 2000, p. 29).

O povo inglês pensa ser livre e engana-se. Não o é senão durante a eleição dos membros do Parlamento. Uma vez estes eleitos tornam-se escravo e nada mais é. Nos curtos momentos de sua liberdade, o uso que dela faz bem merece que a perca (ROUSSEAU, 1997, p. 105).

Rousseau também critica ferozmente a ideia moderna de democracia, mediante elementos já vistos neste trabalho, como parte de um sistema da Idade Média, que foi fundamental para a formação do conceito moderno desse modelo de governo. Para ele, a ideia de representantes é moderna, mas precede do governo feudal (ROUSSEAU, 1997, p. 105).

Segundo Kelsen (2000, p. 29), ele foi o maior teórico da política moderna, talvez o maior teórico da democracia muito pela sua visão humanista e pela sua contribuição na divisão dos poderes da república. O entendimento que este filósofo teve de governo influenciou não somente o final do século XVIII, como vem influenciando todos os séculos seguintes.

O modelo inicial de democracia daquele período, que também recebe as críticas do filósofo, é o inglês. As maiores heranças que a democracia contemporânea recebe, as ideias liberais e representativas, são da Inglaterra do século XVIII. E, por conseguinte, esses modelos já são oriundos de uma Europa feudal, onde a ideia de um *dominus* para vários *vassalos*, já era presente.

As ideias humanistas defendidas por Rousseau na modernidade são a base das políticas utópicas dos nossos dias, que se embasam na liberdade individual, e na vontade do indivíduo que, diante de uma vida em uma “sociedade democrática”, são renunciadas para fazer valer a vontade da maioria (KELSEN, 2000, p. 30), ou mesmo que acabam por serem saciadas pela liberdade do consumo.

Podemos dizer, portanto, que a modernidade em relação à política se define como o período em que a democracia se torna o lugar-comum no pensamento político da sociedade ocidental, e que é na sua oposição aos regimes absolutistas e, conseqüentemente, na busca de uma liberdade social e política que se constrói um novo ideal democrático. Não seria inconveniente, ainda, definirmos a modernidade como o período em que a luta política se definisse sempre na defesa de dois lados distintos e idealistas: a burguesia contra o proletariado; os regimes absolutistas contra os regimes democráticos; o socialismo contra o liberalismo, e assim por diante. Porém, é o período em que não há discordância em torno do *Estado*, este, assim como a democracia, torna-se *consenso* (KELSEN, 2000).

1.4. Novas perspectivas e a condição política pós-moderna

Dizer que existiu ou exista apenas um ideal democrático não seria coerente com os fatos históricos. O que foi defendido pela sociedade inglesa, francesa ou alemã, no século XX, certamente era diferente da pretendida democracia russa. A busca por um novo governo nas sociedades do Oriente Médio como Egito, Líbia e Síria, que estão acontecendo em pleno século XXI, por serem três séculos após o ocorrido nas sociedades europeias, já pode tornar seus interesses diferentes. Porém, para Kelsen (2000, p. 25) a “democracia é a palavra de ordem que, nos séculos XIX e XX, domina quase universalmente os espíritos”.

E visto que, a busca pela democracia define-se na perseguição de certa liberdade, o século XXI traz consigo alguns desafios para o alcance do maior ideal defendido por Rousseau na modernidade. Este interesse, que se confunde com aquilo que entendemos por liberdade na contemporaneidade, período que muitos autores chamam de pós-modernidade, parece se tornar mais um dilema não resolvido, ou mesmo uma palavra que mudou de significado (KELSEN, 2000, p. 28). E para entendermos essas mudanças, é necessária uma definição daquilo que entendemos por política pós-moderna.

A pós-modernidade não é nem um período histórico nem uma tendência cultural ou política de características bem definidas. Pode-se em vez disso entendê-la como o tempo e o espaço privado-coletivos, dentro do tempo e espaço mais amplos da modernidade, delineados pelos que têm problemas com ela e interrogações a ela relativas, pelos que querem criticá-la e pelos que fazem um inventário de suas conquistas, assim como de seus dilemas

não resolvidos. Os que preferiram habitar na pós-modernidade ainda assim vivem entre modernos e pré-modernos. **Pois a própria fundação da pós-modernidade consiste em ver o mundo como uma pluralidade de espaços e temporalidades heterogêneos. A pós-modernidade, portanto, só pode definir-se dentro dessa pluralidade, comparada com esses outros heterogêneos** (HELLER; FÈHER, 1998, p. 11, grifo nosso).

Neste trabalho, pretendemos mostrar as grandes mudanças pelas quais a política vem passando ao longo dos séculos. Porém, nas últimas décadas a sociedade ocidental, ou mesmo todo o mundo, vem passando por transformações sociais cada vez mais aceleradas e cada vez mais profundas. Diferentes intelectuais das mais diversas áreas, especialmente nos estudos sociológicos e filosóficos, têm se dedicado a investigar esse conjunto de transformações.

E, como citado anteriormente, Heller e Fèher (1998, p. 11) pensam que “a própria fundação da pós-modernidade consiste em ver o mundo como uma pluralidade de espaços e temporalidades heterogêneos.” Portanto, nem mesmo o próprio nome desse período é consenso entre os estudiosos: alguns, às vezes, dão até mais de um nome, mas todos descrevem as mesmas mudanças e as mesmas características que diferenciam um tempo de outro. Essa discordância na nomenclatura é um reflexo dos vários aspectos que fazem parte desse atual processo. Há quem chame de revolução das tecnologias da informação (CASTELLS, 2000), ou quem prefira os termos pós-modernidade ou pós-modernismo (LYOTARD, 1979; VATTIMO, 1985; JAMESON, 1991; BAUMAN, 1998, 2001; HARVEY, 1989; EAGLETON, 1996). E, assim como estes, os termos Modernidade líquida (BAUMAN, 2001), capitalismo tardio (JAMESON, 1991), capitalismo flexível (SENNETT, 1998, BAUMAN, 2001) também são nomenclaturas atribuídas a esse novo período.

Para alguns estudiosos, os avanços tecnológicos cada vez mais presentes e mais rápidos são determinantes deste quadro de mudanças na contemporaneidade. Para outros, esse papel central é desempenhado por fatores econômicos. Há, também, quem acredite que essa mudança represente uma ruptura com o que veio antes e outros que acreditam que essa mesma mudança seja apenas outro estágio da velha ordem.

E aqui temos um novo problema, que seria, seguramente, uma questão de pesquisa, caso quiséssemos avançar nesse sentido. Entretanto, para os nossos

propósitos, essas diferenças de nomenclatura não são determinantes e serão rejeitadas de modo a facilitar nossa discussão. Escolheremos, aqui, a ideia de Lyotard (1991), pós-modernidade, como o nome deste novo período. E essa escolha se dá pela visibilidade às características distintivas da velha e da nova ordem, bem como pela possibilidade de compreensão da passagem de uma para outra. Assim, como nos tópicos posteriores, nosso trabalho precisará apropriar-se dessas características e dessa transição, para entendermos essa nova condição política que chamamos pós-moderna.

Se pudermos definir a política na modernidade como o período da razão, do progresso, da objetividade, dos lados distintos e idealistas, das teorias universalistas, das instituições sólidas, das claras distinções entre público e privado e principalmente dos metarrelatos, a pós-modernidade será para seus estudiosos, em especial para Lyotard (1988), o seu oposto.

O “redesdobramento” econômico na fase atual do capitalismo, auxiliado pela mutação das técnicas e das tecnologias segue em paralelo, já se disse, com uma mudança de função dos Estados: a partir desta síndrome forma-se uma imagem da sociedade que obriga a revisar seriamente os enfoques apresentados como alternativa. [...] A classe dirigente é e será dos decisores. Ela já não é mais constituída pela classe política tradicional, mas por uma camada formada por dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais (LYOTARD, 1988, p. 27).

Para Lyotard (1988), uma das grandes novidades desse período é onde reside o atrativo político¹¹. Sabe-se que, principalmente no período anterior à Segunda Guerra Mundial, o mundo pairava sob uma vaga e confortável sensação de estabilidade. Esse sentimento foi devastado pelos processos de mudança, que deram a esse mesmo mundo seus aspectos pós-modernos. O individualismo, o consumo exagerado, o liberalismo econômico e os livres-mercados, passaram a constituir a nova perspectiva política na pós-modernidade. A globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os

¹¹ Essa afirmação nos remete a uma matéria da revista *ÉPOCA* sobre a nova conjuntura política da sociedade, que divulga uma entrevista com um pesquisador americano chamado Philip Bobbitt, pela qual o mesmo dizia que a hegemonia de pensamento político nos nossos dias residiria e seria exercida por um novo modelo de Estado, o Estado-Mercado, em substituição ao Estado-Nação. Na entrevista, o pesquisador não só afirma que os mercados têm muito mais força política que as nações, como demonstra que cada vez mais as nações, representadas pelo Estado, tem se unido para fazer prevalecer os mercados econômicos (Entrevista com Philip Bobbitt, *ÉPOCA*, 10 out. 2011, p. 84-86).

pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo são aspectos consensuais das *microrrelações* nesta nova conjuntura.

Contudo, a pós-modernidade não parece ser apenas um período, é uma linha de pensamento que problematiza as noções clássicas de razão, de verdade, de objetividade, de progresso, de identidade e que aprecia a gratuidade, a diversidade, a instabilidade, a imprevisibilidade, a subjetividade da verdade, o ceticismo (EAGLETON, 1996, p.7). Há muito no mundo contemporâneo que se possa considerar pós-moderno, mas “simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 1988, p. XVI).

Vários filósofos têm discutido a democracia na contemporaneidade: Jürgen Habermas e Chantal Mouffe são exemplos de intelectuais que se dedicam a estudar a democracia nesse período de tantas mudanças em relação ao mundo vivido anteriormente e de quem poderemos resgatar ideias para acrescentar em nossa análise do mundo contemporâneo. Nas próximas linhas buscaremos, brevemente e precisamente, apresentarmos o trabalho destes dois autores, mesmo sabendo da necessidade de muito mais que um livro para descrevê-los.

Para Habermas (1984; 1991; 2002), ao contrário de outros filósofos já citados no presente estudo, a modernidade é um projeto não acabado. Ele entende que, na sociedade contemporânea, o enfrentamento de todos os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais demanda um empenho que vai além dos fenômenos e do imediatismo do mundo, devendo a sociedade resgatar a racionalidade da linguagem e dos discursos, que significam nossas práticas, impulsionando-nos a uma ressignificação intersubjetiva, dialógica e comunicativa do mundo (MENEZES, 2006). Sua teoria da racionalidade comunicativa propõe uma alternativa à crise social, cultural, religiosa, ética e política na qual entende que a modernidade estaria imersa, por meio do *ressurgimento de uma reflexão ética* direcionada ao entendimento mútuo dos sujeitos (MENEZES, 2006, p. 93). Habermas recorre à racionalidade comunicativa que deve convergir para uma “ação comunicativa”, e por meio dessa ação propõe que os agentes da comunicação tenham por meta chegar expressamente a acordos cooperativos e voluntários (HABERMAS, 1999, p. 63-64).

É consenso entre todos os autores “pós-modernos” que a razão, como característica fundamental da modernidade, que assegura uma emancipação universal e que nasce da oposição a um mundo fictício, bárbaro, desumano e mítico, tenha se transformado em um “instrumento de coisificação da vida humana” (MENEZES, 2006, p. 70). Porém, nas teorias de Habermas, esta razão é resgatada a fim de se criar uma racionalidade ético-comunicativa na sociedade que pressuponha uma ética capaz de normatizar a fala e as ações dos indivíduos.

No processo comunicativo, a linguagem implica logicamente em intersubjetividade e entendimento, ou seja, é por meio da prática comunicativa que o ator social satisfaz suas necessidades de estabelecer uma relação entre sua perspectiva de mundo e os outros. De tal forma que precisa construir um consenso em torno da ação que tem como finalidade última uma vida verdadeira, boa e justa (MENEZES, 2006, p. 86).

E é por meio da ação comunicativa, que Habermas (1991, p. 49) propõe uma alternativa para a política contemporânea, um *terceiro modelo de democracia*¹². Na defesa de uma *democracia deliberativa*, ele busca articular a autonomia privada, fundamentada em direitos universalizáveis, e a autonomia pública, amparada em procedimentos democráticos. Para ele, o intercâmbio discursivo, que se dá na esfera pública, gera poder. “E esse poder comunicativamente gerado tem primazia sobre o poder administrativamente gerado do Estado (HABERMAS, 1991, p. 49). Trata-se da formação de uma consciência pública voltada para uma autodeterminação política, que não consiste em uma ação solitária do poder comunicativo, mas de conduzir o uso do poder administrativo.

A teoria da ação comunicativa bem como a democracia deliberativa tem despertado o interesse de muitos estudiosos da comunicação, principalmente daqueles que se dedicam a estudar a Internet, na busca da constituição de uma nova esfera pública, propiciada pelo uso dos novos *media*. Essa pretensão de resolver o problema da democracia, Chantal Mouffe parece não ter. A autora acredita que essa garantia racional perseguida por Habermas, que tenta preservar este modo de vida contemporâneo, seja inútil. Para ela, as individualidades democráticas são modeladas pela multiplicação das práticas, das instituições e dos

¹² “O terceiro modelo de democracia, que eu gostaria de defender, apoia-se precisamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a presunção de gerar resultados racionais, porque nele o modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda sua amplitude” (HABERMAS, 1991, p. 45).

discursos¹³. Quanto ao uso de fundamentos racionais, a autora diz que é uma “típica ilusão racionalista” utilizada pelos pensadores liberais (MOUFFE, 1999, p. 21).

Seu trabalho se desenvolve na discussão sobre o político, a inerradicabilidade do poder e o antagonismo. Para tanto, desenvolve uma crítica ao modelo atual de democracia e, conseqüentemente, ao discurso liberal individualista e racionalista, propondo um projeto esquerdista, como um novo imaginário político, a “democracia radical e plural”.

O entendimento de que é necessário que se favoreça uma emergência do antagonismo político, e um desfavorecimento da abordagem individualista e racionalista cada vez mais presente na filosofia liberal, que reduzem o político ao sujeito “orientado apenas por seus interesses racionais, atuando no melhor dos casos sob as coações da moralidade” (MOUFFE, 2003, p. 13) são as peças-chave do raciocínio da autora. Para Mouffe (1999, 2001, 2003), o político não tem lugar específico e determinado na sociedade e não está reduzido ao econômico ou ao ético, sua defesa pela reconstrução de uma política antagonista, ao invés de uma política universalista, como a defendida por Habermas, nos leva à nova visão do político e da política.

Para ela, a política democrática liberal tem uma tendência à criação de consensos racionais e, mais ainda, à ideia de “democracia deliberativa”, contrariamente a isso a autora defende que a tarefa primária da democracia seja mobilizar as paixões ou os antagonismos na criação de pequenos confrontos que fortaleçam a própria democracia. Na sua visão, é importante distinguir *antagonismo* entre inimigos e *agonismo* entre adversários, que pode ser importante para o reforço do pluralismo na sociedade. Portanto, propõe o modelo de “pluralismo agonístico”¹⁴, que seria o reforço da ideia de *antagonismo* entre adversários

¹³ “Sólo mediante la multiplicación de las prácticas, de las instituciones y de los discursos que modelan «individualidades democráticas» se puede contribuir a consolidar el consenso acerca de las instituciones democráticas” (MOUFFE, 1999, p. 21).

¹⁴ “Daí a importância de distinguir entre dois tipos de relações políticas: uma de *antagonismo* entre inimigos, e outra de *agonismo* entre adversários. Poderíamos dizer que o objetivo da política democrática é transformar um “antagonismo” em “agonismo”. Isto tem consequências importantes para o modo como encaramos política. Contrariamente ao modelo de “democracia deliberativa”, o modelo de “pluralismo agonístico” que estou defendendo assevera que a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência” (MOUFFE, 2003, p. 16).

propiciada pela política democrática. Esse pensamento se opõe à proposta de Habermas, de um racionalismo universal para a criação de um novo comportamento político na sociedade.

Mouffe acredita que, na política democrática, aceitar as posições contrárias do “outro” seja transformá-lo em adversário e não em inimigo, como pode ser entendido pelo conceito liberal. A aceitação do “nós/eles”, ao invés da sua superação e a inclusão do outro em apenas um “nós”, é o que leva a autora à construção de uma democracia pluralista e radical¹⁵. “Aceitar a posição do adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política” (2003, p. 15).

As teorias de Habermas e Mouffe são tentativas de mudanças na democracia contemporânea. A globalização e, em especial, o modelo de sociedade de consumo contemporânea, tem deixado os teóricos insatisfeitos com os rumos que a democracia tem tomado e para onde tem levado a nossa sociedade.

Os defensores da lógica da democracia estão insatisfeitos com o presente estado das coisas, em que a lógica da democracia ainda é em grande parte limitada pela lógica da industrialização e a do capitalismo, e a elas subordinada. Levados por esta insatisfação voltam-se para os outros, igualmente insatisfeitos com a democracia restrita, para exortá-los a fazer pressão por uma radicalização da democracia (HELLER; FÉHER, 1998, p.30).

Para Agnes Heller e Ferenc Fèher (1998) essa insatisfação não toma de conta apenas dos estudiosos, mas é necessária para que as três lógicas desenvolvimentistas do Ocidente contemporâneo progridam. Os autores acreditam que hoje vivamos em uma *sociedade insatisfeita* em função do progresso do capitalismo, da industrialização e da democracia¹⁶.

Em uma sociedade em que “tudo se torna possível”, alcançar quase nada significa ser um fracassado, um derrotado, ou como poderia dizer um norte americano na sua pior ofensa, um *loser*. Essa é mais uma condição do mundo pós-

¹⁵ “A política visa à criação de unidade em um contexto de conflito e diversidade; está sempre preocupada com a criação de um ‘nós’ pela determinação de um ‘eles’. A inovação da política democrática não é a superação da distinção nós/eles, mas a maneira diferente de estabelecer essa distinção. O problema fundamental é como operar a discriminação nós/eles em uma forma compatível com a democracia pluralista” (MOUFFE, 2003, p. 15-16).

¹⁶ “Pode-se até mesmo dizer, como nós, que há três lógicas desenvolvimentais distintas na modernidade ocidental: a industrialização, o capitalismo e a democracia. [...] Mas o progresso de cada uma das três lógicas exige a força motivacional da insatisfação” (HELLER; FÉHER, 1998, p. 30).

moderno, um mundo de possibilidades, onde tudo só depende de nós, mas quase nada está ao nosso alcance.

Esse, para Heller e Fèhec (1998, p. 35), é o novo contexto político da pós-modernidade, o das possibilidades. Da possibilidade de uma democracia deliberativa ou de uma democracia radical e plural, de uma política universalista ou de uma política “pluralista agonística”, da inclusão do outro ou da resistência, entretanto, enquanto isso, afirmam eles, as *ordens sociais decisivas* podem sofrer apenas lentas mudanças durante a formação do indivíduo ou permanecerem inalteradas¹⁷. A insatisfação e o descontentamento dessa sociedade estão ligados ao seu “mundo de possibilidades” e até onde se pode chegar. A aparente liberdade de ter, ver, ser e agir constroem nos sujeitos desejos que não podem ser alcançados. E como já dissemos anteriormente, embasados em Althusser (1985, p. 98), todos estão “sempre/ já sujeitos” a viver em um mundo que não foi construído por eles, e do qual não se participou das decisões mais importantes¹⁸, no qual suas *ordens sociais decisivas* ou suas lógicas desenvolvimentistas não tiveram seu aval. É nessa perspectiva que eles enxergam uma possibilidade de participação política. É em meio a essa possibilidade da contingência *secundária*¹⁹, pela satisfação das carências e necessidades de autodeterminação, e pela ausência do *fado*²⁰ que a condição da política pós-moderna se insere.

¹⁷ “A sociedade insatisfeita é assim uma sociedade em que as ordens sociais e as pessoas se tornam contingentes. Numa sociedade insatisfeita, todas as ordens sociais e políticas podem com igual facilidade existir como não existir, podem ser de uma forma ou de outra. Do mesmo modo, a pessoa individual pode existir como também não existir nela, e nela desempenhar tanto um papel quanto outro. Contudo, embora todas as ordens possam ser diferentes do que são, as ordens sociais decisivas *podem permanecer* inalteradas (embora não por alguma necessidade) durante os anos de formação do indivíduo ou pelo menos sofre apenas lentas mudanças” (HELLER; FÉHEC, 1998, p. 35).

¹⁸ “Somos lançados pelo acaso do nascimento no presente, em nosso mundo, na sociedade insatisfeita. O mundo tornou-se um ‘contexto’, o contexto de nossas impossibilidades indeterminadas. A autodeterminação não está livre de contexto; na verdade, enfrentar seu contexto é seu traço intrínseco” (HELLER; FÉHEC, 1998, p. 47-48).

¹⁹ Para Heller e Fèhec a modernidade e a divisão do trabalho por função trouxeram consigo uma consciência de que as posições sociais não eram mais determinadas pelo nascimento como se acreditava na pré-modernidade, no mundo ocidental, “o próprio indivíduo se torna portador das possibilidades” (HELLER, FÉHEC, 1998, p. 32). Portanto, enquanto na pré-modernidade “o escravo nascia para ser escravo”, por sua contingência *inicial* de nascimento, a partir da modernidade cria-se a consciência de que todo sujeito é livre para “buscar” ser o que quiser, criando-se assim a *contingência secundária*, que não está ligada ao nascimento e sim ao novo “mundo de possibilidades”.

²⁰ Para Heller e Fèhec (1998, p. 31-32) as sociedades ocidentais pré-modernas tinham um consciência do *fado*, que era determinado pelo nascimento. “O acaso do nascimento determinava nosso lugar na divisão social do trabalho”. Para exemplificar, podemos dizer que o filho do artesão sabia que não podia ser nobre pelo *fado* de ser quem era.

1.5. A ideia de democracia no Brasil²¹

Como vimos anteriormente, existe, a partir da modernidade, um consenso em relação a algumas lógicas do racionalismo moderno. A democracia, assim como o capitalismo e a industrialização, na modernidade torna-se *consenso* na sociedade ocidental. Todavia, a democracia demora alguns séculos a chegar ao Brasil e, principalmente, a se tornar lugar-comum no pensamento político brasileiro.

Em nossos dias, porém, sejam eles modernos, pré-modernos, pós-modernos ou mesmo neste *hibridismo cultural* chamado Brasil, fala-se muito em democracia e democratização. Talvez, nunca se tenha falado tanto em democratizar como se fala na contemporaneidade, provavelmente, pela busca da universalização dessa ideia, ou mesmo, pela perda de sentido da própria palavra.

É importante, porém, para o nosso trabalho, entendermos a origem da democracia no Brasil e como se deu a proliferação desse discurso. Isso porque, para discutirmos a comunicação entre governantes e governados, devemos antes entender o que a possibilitou e de que forma ela existiu, se existiu, na realidade brasileira.

É possível que a palavra democracia não tenha um único significado, ou mesmo, uma única possibilidade. Procuraremos, nos próximos tópicos, falar sobre esse discurso, sobre a ideia da democratização, qual sua importância nas últimas décadas e os motivos pelos quais tem sido interessante para os setores hegemônicos da sociedade que esse discurso se perpetue.

²¹ As ideias contidas neste e nos próximos quatro tópicos, foram retirados, quase que na íntegra do artigo *O discurso da democratização na sociedade do espetáculo*, de Deusiney Robson de Araújo Farias, autor desta dissertação de mestrado, como já mencionado em nota anterior. Porém, um evento realizado pelo Grupo de Trabalho em Filosofia Política Contemporânea, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), entre os dias 18, 19 e 20 de abril de 2012, trouxe várias confirmações para o artigo, assim como contribuiu para a mudança de algumas ideias contidas no texto original. Entretanto, a ideia original do artigo foi totalmente confirmada, especialmente pela conferência denominada *Democracia e Revolução* proferida pelo Dr. Paulo Eduardo Arantes. De certa forma, o conferencista não somente viveu durante aquele período como foi testemunha, visto que estava envolvido nas ações políticas daquele período. A confirmação da ideia principal se dá especialmente no momento em que o conferencista diz que “a invenção democrática no Brasil foi a invenção de uma coisa completamente nova [...] uma democracia inédita. [...] A democracia no Brasil é uma enorme fábrica de consensos” (ARANTES, 2012. Informação verbal, 18 de abril de 2012).

1.5.1. Que democratização é essa?

O regime democrático em cada país é provocado por algo interno e particular de cada um. E o nível mais simples de democratização implica o fim de um regime autoritário, o estabelecimento de um regime democrático e sua consolidação, por meio de leis e da comunicação. Em cada país é uma combinação de causas diferentes que levam a uma democratização, e em muitos as causas são completamente diferentes das outras²², mas o discurso de legitimação desta democratização não costuma ser diferente. Na grande parte dos países são: a busca pelo desenvolvimento econômico ou a descentralização de um poder autoritário.

Hans Kelsen (2000) nos lembra, como já comentado anteriormente, que a democracia no século XVIII se tornou lugar-comum no pensamento político²³. A sociedade brasileira, de certa forma, apreendeu esse discurso da política europeia, assim como todos os discursos políticos da modernidade desde a nossa descoberta e suas consequências morais, sociais e políticas²⁴.

Certamente, os elementos levantados neste trabalho não darão conta dos primeiros discursos sobre democratização. Porém, apontarão os momentos de identificação maior da sociedade com o tema. Alguns autores que escreveram seus trabalhos vivenciando o regime militar, e que podem esclarecer algumas de nossas

²² A “Primavera Árabe” que está acontecendo nos nossos dias, como uma revolta da população de alguns países Árabes contra o absolutismo e o totalitarismo político tem seus motivos e tiveram seu “estopim”. Talvez esta seja uma revolução que tenha começado de “baixo para cima” ou talvez os motivos sejam os mesmos da democratização Europeia ou da brasileira, um interesse pela hegemonia do poder por certas elites. Este trabalho não contempla o estudo deste evento, mas trará alguns estudos a respeito da democratização brasileira e do caráter burguês da democratização Europeia, que veio a influenciar a anterior.

²³ “As revoluções burguesas de 1789 e 1848 quase transformaram o ideal democrático em lugar-comum do pensamento político; tanto que aqueles que empreendiam opor-se mais ou menos à atuação desse ideal faziam-no com uma reverência cortês ao princípio fundamentalmente reconhecido, ou por trás de uma máscara prudente de terminologia democrática” (KELSEN, 2000, p. 25).

²⁴ Sérgio Buarque de Holanda (2011), em *Raízes do Brasil*, nos propõe que alguns princípios herdados do personalismo europeu não só não tenham raízes fundas na realidade brasileira, mas representam apenas princípios ornamentais, como de que não dispomos de uma forma espontânea de fazer política. “A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das formulas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo. Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil – como no resto da América Latina – mais do que o triunfo de um personalismo sobre outro.” (HOLANDA, 2011, 183)

dúvidas são Carlos Coutinho (1979) e Francisco Weffort (1984)²⁵. E outra pesquisa que pode elucidar o nosso trabalho com uma contribuição sobre a história do país é o de José Murilo de Carvalho (2003)²⁶.

Para entendermos o discurso da democratização precisamos resgatar ideias celebres sobre o significado da democracia brasileira. E podemos iniciar essa discussão com uma citação de Sérgio Buarque de Holanda:

Trouxemos de terras estranhas um complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos (HOLANDA, 1995, p. 160).

A primeira tentativa de democracia, segundo Carvalho (2003), nos remete a 1946, quando foi implantada no Brasil uma democracia formal e na qual havia um envolvimento da sociedade com o tema. Porém, em 1894, o presidente Prudente de Moraes fora eleito diretamente pelo voto popular, e a República, até 1930, tinha seus representantes eleitos pelos cidadãos. Mas isso caracterizava uma democracia? Na citação mencionada anteriormente, Holanda não se referia apenas ao momento, e sim à concepção, que acreditamos vir de muito antes, ainda no golpe contra a Monarquia. E talvez esse não seja o momento que nos interessa pelo baixo envolvimento popular, visto que o movimento pró-república, segundo Carvalho (2002), só existiu em uma pequena “classe”, a qual alguns autores chamaram burguesia agrária. A sociedade brasileira não se envolveu com a República.

²⁵ Respectivamente: COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio; et al. Encontros com a Civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 e WEFFORT, Francisco C.. Por que democracia?. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁶ CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

A surpresa da proclamação entrou para a história na frase famosa de Aristides Lobo, segundo a qual o povo do Rio de Janeiro assistira bestializado, isto é, bestificado, atônito, aos acontecimentos, sem entender o que se passava, julgando tratar-se de parada militar. A participação popular foi menor do que na proclamação da independência. Não houve grande movimentação popular nem a favor da República, nem em defesa na Monarquia. Era como se o povo visse os acontecimentos como algo alheio a seus interesses (CARVALHO, 2002, p. 81).

Ele chega até a comentar em sua obra que há relatos de movimentos pró-monarquia²⁷ e que de certa forma a República não foi do interesse da sociedade e sim de uma pequena classe dominante, que tinha interesses econômicos no domínio da hegemonia política no país. Portanto, tal período não pode ser entendido como “democrático”, nem mesmo para o que nos interessa que é a análise deste discurso.

A ideia de democratização parte de uma proposta de aproximação da sociedade à política, ou mesmo da concepção de que os cidadãos excluídos politicamente possam ter voz. A criação de sindicatos, partidos políticos, associações de classes e até clubes²⁸, fazem parte desta politização da sociedade e da facilitação para o processo de democratização. Nos estudos de Carvalho (2002) podemos analisar com riqueza de detalhes o caminho que foi percorrido para chegarmos a sociedade brasileira dos nossos dias. E para saber a partir de quando tivemos a primeira tentativa de democracia no país, partimos de uma das conclusões do autor.

Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não

²⁷ Carvalho cita a revolta de Canudos e o movimento do Contestado, como movimentos pró-monarquia. Entretanto, uma das histórias mais interessantes que ele cita é a de que “um cronista da cidade [do Rio de Janeiro] atesta que em torno de 1904, após 15 anos da proclamação da República, ao visitar a Casa de Detenção, verificou que todos os presos eram radicalmente monarquistas. A revolta contra a vacinação obrigatória pode ter sido em parte encorajada pela antipatia popular pelo novo regime” (CARVALHO, 2002, p. 82). Sergio Buarque de Holanda (2011, p. 161) revela o teor da carta de Aristides Lobo: “por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Holanda também observa que em escritos de Saint-Hilaire podem ser encontradas impressões daquele momento, como sendo realizado por europeus e por famílias ricas e poderosas das províncias.

²⁸ Aqui nos referimos aos clubes que surgiram na década de 1930 como esferas públicas de discussão política como a Legião Revolucionária e o Clube 3 de Outubro.

como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2002, p. 83).

O nacionalismo, incentivado pelos discursos políticos de 1930, talvez, tenha sido um dos instrumentos de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais e talvez o princípio do discurso da democratização no país. Não que algum dos representantes defendesse a ideia da implantação da democracia, mas pela primeira vez a ampla participação dava uma ideia de que algo estava mudando no contexto político. Até então o país não tinha uma identidade consolidada como república unificada. Existiam interesses por parte dos estados que eram maiores que o próprio interesse em ser uma nação.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política. Anteriormente, só a Regência, um século antes, e os anos iniciais da República tinham vivido situação parecida. Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto a amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, industriais. Quanto a organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional (CARVALHO, 2002, p. 97-98).

Esse período foi marcado pela discussão política, e como citado por Carvalho (2002), pela agitação da sociedade. Esses movimentos, que tinham uma intenção de se mostrarem democráticos, por supostamente trazerem a sociedade para a discussão política, foram dissolvidos pelo Estado Novo, alguns anos depois e declarados uma ameaça à unidade nacional.

O Estado Novo e o regime militar implantaram no país ideias de modernização e industrialização *sem o consentimento dos governados*²⁹, e uma ligação com os grandes monopólios internacionais, que posteriormente assumiriam um papel fundamental na “produção e reprodução” da democratização da sociedade.

Em 1945, quando o Brasil, a partir de pressões internacionais, legaliza os partidos políticos e convoca eleições gerais, é discutida a democratização do país, e

²⁹ Para o entendimento do que se quis dizer com “*sem o consentimento dos governados*” leia-se Noam Chomsky, Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 11, no. 29, p. 259-276, Jan./Abr. 1997.

pela primeira vez, uma Constituinte adere a um regime democrático, mesmo que esta tenha sido apenas uma “democracia formal”, visto que o Presidente General Dutra não assume uma postura democrática. Mas para o que nos interessa, é a primeira vez que a sociedade tem um contato real com um tipo de democracia, ou mesmo, que é inserida na sociedade uma ideia de democracia. Estes são os aspectos históricos, mais adiante analisaremos os aspectos subjetivos da introdução desse discurso na sociedade.

Neste trabalho, atribuímos à campanha que antecedeu as eleições de 1950, como aquela em que o discurso de democratização, levantado pela “ascensão do povo” ao poder, sobretudo por Getúlio Vargas, ex-ditador e representante da *elite política* gaúcha, inicia um processo de identificação com a sociedade. Pois, até então, desde a independência, sempre houve um distanciamento entre o elemento “consciente” e a massa, que segundo Holanda (2011, p. 161) foi evidenciado em todos os instantes supremos da sociedade brasileira.

Daquele momento em diante, o progresso vivido durante o governo e a busca pelo envolvimento da sociedade em torno de assuntos políticos, como a criação da Petrobrás, com o *slogan* “O petróleo é nosso!”, subjetivamente criaram a ideia de que toda a sociedade estava participando do debate político. Criou-se uma situação de participação política. A Getúlio foi atribuída uma nova maneira de fazer política, o *populismo*.

Houve progresso na formação de uma identidade nacional, na medida em que surgiram momentos de real participação popular. Foi o caso do próprio movimento de 1930 e das campanhas nacionalistas da década de 50, sobretudo a da defesa do monopólio estatal do petróleo. O nacionalismo, incentivado pelo Estado Novo, foi o principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais. A esquerda salientou-se na defesa das teses nacionalistas. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado no Rio de Janeiro na década de 50, foi o principal formulador e propagandista do credo nacionalista (CARVALHO, 2002, p. 88).

A retomada do poder pelas forças armadas, a morte de Getúlio Vargas e a repressão exercida pela nova ditadura militar, talvez tenham sido os motivos principais para o aumento da discussão sobre a democracia, mesmo que esta, até determinado período, não fosse permitida.

Aqui levantamos uma hipótese, baseada no trabalho *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008): é possível afirmar que os meios de comunicação de massa estenderam um sentimento de unidade entre todas as sociedades dos estados da república brasileira, que desde a Guerra do Paraguai, evento que segundo Carvalho (2002) trouxe um sentimento de identidade nacional nunca antes visto (CARVALHO, 2002, p. 37-38), não havia ainda, na sua formação identitária, se consolidado como nação. Somente por meio dos jornais de grande circulação, folhetins, revistas, rádios e a partir da década de 1950 da televisão, veio a se consolidar esse sentimento de identidade nacional. E somente com base em um sentimento nacionalista que um desejo pela democracia poderia se consolidar, ou pelo menos, a simulação desse desejo³⁰.

1.5.2. A retomada do debate sobre a democracia

Nos anos que se seguiram, um debate sobre a democratização foi inserido na sociedade pela resistência à ditadura militar. A democracia passou a ser um discurso de salvação³¹. Para Toledo (1994), houve uma retomada da esquerda sobre o debate da democracia a partir de 1975. Isto pôde ser verificado nas revistas e artigos publicados naquele período, no qual foi levantada uma bandeira em prol da democratização do Brasil, por parte dos partidos políticos.

Havia uma esperança no trabalho de Coutinho (1979), também, de uma transformação da sociedade pela democracia, que pela primeira vez se colocava como alternativa contra o domínio de uma elite.

³⁰ Assim como na democracia europeia, o Brasil precisou de um momento de consolidação de uma ideia de nação para que a democratização fosse disseminada. “Entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, o conceito de soberania nacional finalmente patenteou-se no pensamento europeu em sua forma completa. [...] O que parece revolucionário e libertador nessa noção de soberania nacional e popular, entretanto, nada mais é do que outra volta do parafuso, mais uma ampliação da subjugação e dominação que o conceito moderno de soberania trazia consigo desde o início.” (NEGRI; HARDT, 2001, p. 118-119)

³¹ E aqui podemos buscar em Laclau (2011, p. 73) um argumento para a nossa afirmação de que a repressão exercida pela nova ditadura militar, talvez tenha sido o principal motivo para um aumento da discussão sobre a democracia. “Em relação ao nosso tema, seu argumento é aproximadamente o seguinte: num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema”. E com este mesmo argumento discutiremos a espetacularização da sociedade brasileira no fim da ditadura militar, pois o discurso da democracia tendo o seu vazio preenchido pela reivindicação e pela oposição ao sistema torna-se o discurso hegemônico, não por ser melhor ou pior que o sistema, mas por representar uma “salvação”. “O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum”.

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. [...] a luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira” (COUTINHO, 1979, p. 42).

O interesse pela democracia passou a não ser somente da oposição ao regime, mas o próprio regime começou a apoderar-se do discurso da democratização. O presidente Geisel iniciou um processo de abertura política, porém, com muitas restrições, mas que foram acabar por uma abertura total após o governo Figueiredo. Entretanto, até a falta de interesse do regime militar na democracia, pregado por muitos autores, é algo que se pode colocar em questão. Pois como poderia dizer Charles Baudelaire “estamos infectados de democracia e sífilis” (BENJAMIN, 1994, p.11)³².

1.6. A espetacularização da sociedade brasileira

Segundo Debord (2003), o espetáculo é o movimento autônomo do não-vivo. Ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência. É uma relação social entre pessoas, midiaticizada por imagens e aqui podemos incluir, também, pelos discursos. Por mais que a sociedade desconhecesse o real significado da democracia, para aquela sociedade uma coisa era certa, a democracia era boa, ou pelo menos melhor do que a ditadura, visto que era a única alternativa possível. O inimigo comum da sociedade naquele momento era a própria ditadura.

Hoje, dizem, caminhamos para a democracia até porque não temos, nas circunstâncias, nenhum outro lugar para ir. Como quem diz, é a única saída. [...] minha única dúvida é a de saber se um pensamento que só sabe conceber democracia como uma imposição das circunstâncias pode ser dito um pensamento democrático (WEFFORT, 1984, p. 24).

Weffort não previu em seu trabalho que meses depois da sua publicação o discurso da democracia venceria, que a sociedade daquele ano entraria para a história com as grandes passeatas e comícios das “Diretas Já” e que o discurso

³² Obviamente Baudelaire não se referia à realidade brasileira, mas sim, à Bélgica, onde, inclusive, ganhou fama de espião francês. Essas são algumas de nossas heranças europeias, o que para alguém poderiam representar heranças malditas. BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11.

produzido pelas *elites*, ou seja, pelos grupos dominantes, tomaria conta de todo o discurso político. Não havia mais espaço para a discussão política, a democracia era a solução de todos os problemas daquela sociedade. A busca, então, torna-se pela hegemonização da democracia³³. Mas de onde surgiu essa “consciência de democratização”? Talvez da espetacularização da própria democracia³⁴. Um espetáculo que alienou a sociedade do verdadeiro significado político da democracia ou da própria política. E partindo do pressuposto de que alguns significantes já não representam seus objetos, que não existem ou que estão esvaziados, são apenas representações de si mesmos, ou mesmo, como propõe Laclau (2011, p. 66), significantes gerados pela sociedade com significados temporários que decorrem da competição política, podemos dizer que ainda é possível o discurso da democratização como espetáculo. A democracia tornou-se mercadoria e como mercadoria passou a ser vendida, não em troca de moeda, mas de consciências. A democracia custou toda a consciência política da sociedade brasileira. “Em toda a parte onde há *representação* independente, o espetáculo reconstitui-se.” (DEBORD, 2003, p. 19)

Um regime formal de democracia passou a substituir o regime militar, mas o poder hegemônico saiu das mãos dos militares, extensões das elites rurais para uma nova elite política, que por meio das “*vias prussianas*”³⁵ conseguiria novamente justificar sua hegemonia.

Limitando-se a uma disputa entre os grupos dominantes e as elites que os representam, não há nenhum “pacto social” embutido nesse processo sucessório. Na melhor das hipóteses, haverá, talvez, um “pacto político”

³³ “Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento. ([...] qualquer termo que, em certo contexto político, passa a ser o significante da falta realiza a mesma função. A política é possível porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar a si mesma por meio da produção de significantes vazios.)” (LACLAU, 2011, p. 78). Democracia representava o preenchimento da falta de liberdade, de igualdade etc.

³⁴ Neste ponto, nossa afirmação encontra certo apoio em declarações de Laclau (2011, p. 54, grifo nosso): “E, de fato, **o espetáculo das lutas políticas e sociais dos anos 1990** parece nos confrontar, como foi dito, com uma proliferação de particularismos, enquanto o ponto de vista da universalidade vai cada vez mais sendo posto de lado como um sonho totalitário ultrapassado.”

³⁵ Coutinho (1979, p. 71), baseado em outros autores, usa este termo para dizer que “as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma ‘via-prussiana’, ou seja, da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas ‘de cima para baixo’[...]”. Também encontramos esse pensamento em Sergio Buarque de Holanda (2011, p. 160): “É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade”.

visando a reorganização institucional do país. A crise econômica continua, e já se pode prever que seus custos maiores continuarão sobre os ombros dos trabalhadores. Seria esta a democracia pela qual lutamos durante os últimos dez anos? Seria esta luz que todos esperávamos no fim do túnel? (WEFFORT, 1984, p. 18).

Weffort (1984) não só defendia a discussão de outra possibilidade, como propunha a *revolução*, realizada de “baixo para cima”, assim como falava cinco anos antes Coutinho (1979), que chegou a escrever em seu artigo, *Democracia como valor universal*, que a sociedade alcançaria a democracia desta forma e até conseguiria implantar ideias do socialismo na nova forma de governo. O autor se mostrava um defensor de uma democracia socialista, e acreditava que esta seria possível, mesmo que por algum tempo os monopólios nacionais e internacionais continuassem na hegemonia do poder³⁶. Em vez disso, o modelo que predominou foi a democracia liberal em um modelo de sociedade capitalista.

Aquela seria apenas uma representação de uma democracia? Poderíamos dizer que na representação existam apenas traços do real, nesse caso tudo parece ser novo. A única coisa que parece realmente existir é a própria espetacularização do desejo de democracia. Contudo, a própria democracia parece não existir nem ali, nem nas discussões que se davam em um novo modelo de sociedade, que parecia não poder mais retroceder, ou mesmo “revolucionar” o seu modo de vida. No mais, podemos pensar que a sociedade já estava *sedada* e mais preocupada em discutir aquilo que era reproduzido pelos meios de comunicação de massa. Ou será que o debate sobre a democratização não foi espetacularizado?

O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem presente faz sobre si própria, o seu monólogo elogioso. É o auto-retrato do poder no momento da sua gestão totalitária das condições de existência. [...] A sociedade do espetáculo é, pelo contrário, uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico (DEBORD, 2003, p. 25).

³⁶ Coutinho deixa isso claro quando diz: “Em termos de conteúdo, isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime” (COUTINHO, 1974, p. 42). Podemos observar que o autor fala que somente por “um certo tempo” essa hegemonia seria exercida e aquilo que podemos constatar em nossos dias é que essa hegemonia tem se tornado tão grande quanto ou maior, a ponto de alguns estudiosos falarem em um modelo de Estado-Mercado substituindo o Estado-Nação (Entrevista com Philip Bobbitt, ÉPOCA, 10 out 2011, p. 84-86).

As discussões que surgiram sobre democracia, salvo algumas exceções³⁷, fabricaram alienações em torno da própria discussão política. Dizemos alienação, porque não se discutia outra forma política que não a democracia, que passou a ser lugar-comum no pensamento político brasileiro. O discurso da democracia apenas tomava outras formas e outros adjetivos. A democracia liberal é democracia ou liberalismo? A democracia socialista é democracia ou socialismo? O que seria então neste sentido a democracia? Um discurso infundável, repleto de limites e possibilidades?

A democracia representou para toda a sociedade brasileira o discurso de salvação da repressão do regime militar; representou uma abertura para a ampla participação popular na vida política do Estado, do direito de votar e representar a sociedade, de liberdade de expressão, de culto etc. Esse era o sentido universal dessa forma política. Individualmente, a democracia representou ainda muito mais que isso.

Diante dessas afirmações, contudo, surge a questão: estabelecendo os limites de significação da democracia, suas possibilidades universais e particulares, tal forma política seria ou é possível? Para Laclau (2011), por exemplo, e sobre isso discutiremos com mais profundidade no final deste capítulo, talvez não tenha sido possível em nenhum momento das sociedades antigas ou modernas, visto que é um modelo de poder que tem como um de seus limites a igualdade entre todos os sujeitos da sociedade. “Um poder que é total ou que está igualmente repartido entre todos os membros da comunidade não é de nenhum modo poder” (LACLAU, 2011, p. 79). Para outro autor, Rosenfield (2003, p. 14-17), a democracia se tornou apenas um adjetivo na reorganização do Estado.

1.7. O campo político no Brasil

O estudo da comunicação entre governantes e governados, pressupõe, antes de tudo, uma análise dessas duas categorias. Neste capítulo, revisamos brevemente a história da democracia no Brasil e, principalmente, como se deram as lutas (quando e se existiram) entre esses dois grupos para a conquista da hegemonia. É

³⁷ Uma das exceções é Weffort (1984) que não propõe nenhuma linha discutida anteriormente, mas sim a “revolução”.

importante para nosso trabalho, portanto, entender o que vem a ser o *campo político*, principalmente na realidade brasileira.

Para Pierre Bourdieu (2011) existem microcosmos autônomos, que se regem por leis próprias e compõem um macrocosmo social. O *campo político*, termo dado pelo estudioso àquilo que costumeiramente chamamos jogo político ou arena política, é composto pelos indivíduos predispostos à ação política em uma sociedade.

Há uma diferença entre o *político* que vemos em Mouffe (1999) e este que percebemos em Bourdieu, pois aqui se fala do sujeito de ação e não do sujeito à política. Em resumo, o autor fala dos governantes em uma relação mútua e não em relação aos governados.

O *campo político*, como autônomo, é regido por uma lei própria que tem como punição ao rompimento de suas regras a exclusão, a rejeição ou a derrota. Fazem parte dele apenas os *profissionais* políticos e de fora permanecem os sujeitos *profanos*³⁸. “O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento” (BOURDIEU, 2011, p. 199). Segundo Bourdieu os *profissionais* deste campo dispõem de um capital próprio adquirido ao longo da carreira política. O capital político é, portanto, “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (2011, p. 204). Nesse sentido poderíamos dizer até, sem talvez a concordância de Bourdieu, que é o *campo político* que sustenta a *elite política*.

Talvez possamos dizer que o *campo político* esteja mais voltado para o “poder”, ou mesmo, que o seu fim seja o poder. E muitos *mecanismos políticos* são utilizados para a manutenção deste poder. Pelo menos no Brasil ninguém pode se candidatar ao legislativo sem fazer parte de uma cota partidária, cota esta que é decidida de acordo com a base eleitoral do município ou do estado. Para que alguém seja eleito é necessário que atinja um número elevado de votos e que se posicione entre os primeiros de seu partido, correndo o risco ainda de não ser eleito por seu partido não alcançar o total de votos suficientes para eleger os mais votados. Esses são mecanismos que configuram um campo fechado em si mesmo,

³⁸ Os *profanos*, segundo Bourdieu, são todos os sujeitos que não fazem parte do campo político, ou seja, os que não estão sujeitos às suas regras, mas às suas determinações.

que revelam não uma abertura, mas uma busca por uma legitimação da manutenção de processos *elitistas*.

Para um cidadão ser candidato a qualquer cargo público, de vereador à senador, no Legislativo, de prefeito à presidente, no Executivo, tem que passar pelo voto dos delegados do partido, que possuem mecanismos próprios de funcionamento em cada partido, contudo, não se sabe ao certo, se a eleição funciona concretamente como no discurso. Essa parece ser uma forma de manutenção de uma *elite política*. Há, ainda, um interesse dos partidos por pessoas que já exerçam a *leadership* em suas comunidades, sejam elas para se candidatar ou mesmo para apoio de alguma candidatura. Portanto, podemos afirmar que a manutenção de uma *elite política* está ligada à manutenção do seu partido político no poder, mesmo que para isso as elites tenham que convocar novos membros que possuam outros tipos de *capitais*, como a imagem³⁹.

Porém, o campo não é autônomo em relação ao macrocosmo social:

Vê-se, pois, que o campo político tem uma particularidade: nunca pode se autonomizar completamente; está incessantemente referido à sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo (BOURDIEU, 2011, p. 202-203).

E isto significa que, apesar dos interesses político-partidários, existe um processo eleitoral que depende de votos fora das *elites*, e que muitas vezes não podem ser controladas como são dentro dos partidos políticos. Apesar de que – isso dever ser claro – muitas são as ferramentas de controle, desde os meios de comunicação, ao poder econômico, que podem influenciar ou controlar fortemente este processo e autonomizar o campo político.

É talvez possível que se diga que “os profissionais da política [brasileira] obedecem mais ao jogo existente no campo do que aos interesses dos cidadãos.”

³⁹ Na contemporaneidade a imagem se tornou um *capital* praticamente incomensurável, que pode ser usado desde a venda de produtos à captação de votos. Os partidos políticos, em mais uma *fórmula política*, tem se dedicado à convocação de novos membros que possuam grande capital de imagem, que possa ser transformado em capital político. Exemplos disso podem ser considerados: Netinho (Cantor e ex-apresentador de TV, vereador de São Paulo-SP), Romário (ex-jogador de futebol, Deputado Federal-RJ), Tiririca (palhaço e ator, Deputado Federal-SP), Leandro (Cantor integrante da Banda KLB, Deputado Estadual-SP) e tantos outros. Isso não deslegitima o interesse desses cidadãos pela política partidária, mas revela uma nova estratégia dos partidos políticos para conseguirem mais votos a fim de manter seus partidos e suas elites no poder.

(FERNANDES, 2006, p. 78). Isto tendo em conta a insatisfação da sociedade para com os políticos e das descobertas de corrupção nos vários âmbitos da política. Talvez o campo político no Brasil não somente esteja fechado dentro de si mesmo como esteja se reinventando a fim de criar um simulacro daquilo que é o próprio campo político. Pois como fala Anthony Giddens “num mundo marcado pelo declínio das tradições, os políticos não podem contar com as velhas formas da pompa e circunstâncias para justificar o que fazem” (2003, p. 82). Portanto, falar a mesma linguagem, usar os mesmos meios de comunicação e até criar novos espetáculos a fim de chamar a atenção dos cidadãos para si são formas de tentar uma reaproximação.

Há um grande interesse por parte de alguns estudiosos da comunicação e da classe política na aproximação do cidadão ao político no uso dos meios de comunicação. Muitos acreditam que esses meios poderão facilitar a *politização* da sociedade brasileira. Entretanto, “ao contrário do que possa parecer, os meios de comunicação social, segundo Pierre Bourdieu, não abrem o jogo político à sociedade, acabam antes por contribuir para o seu fechamento, com aparências de abertura” (FERNANDES, 2006, p. 79).

Podemos até dizer que no Brasil exista um simulacro de abertura do campo político, que teoricamente pode ser preenchido por toda a sociedade. Na prática, porém, o que se percebe é que as ferramentas utilizadas pela *classe política*, que compõem este campo, buscam o fechamento maior por novos mecanismos, que apenas aparentam estar abrindo o campo, mas que na realidade estão *sedando* a sociedade, como tem sido a função dos meios de comunicação em nossos dias⁴⁰. Estamos sentados e sedados assistindo ao espetáculo da democracia.

1.8. A hegemonia das elites políticas no Poder

Neste tópico abrimos um parêntese em nosso trabalho para tratar de um tópico que também foi considerado por outros pesquisadores como, por exemplo,

⁴⁰ A *sedação* da sociedade é uma proposta de Norval Baitello Junior (2005, p. 31-37), da qual dificilmente se pode discordar. “Quando sentamos nosso corpo, sentamos também a nossa base comunicativa, nossa mídia primária e sua capacidade de gerar linguagens e vínculos comunicativos. Assim estamos sedando nosso corpo, mas ao lado de sedar o corpo, estamos sentando e amansando, domesticando o próprio pensamento. Nossa capacidade de pensar, de comunicar, de agir, acaba sendo ditada de alguma forma pela cadeira”.

Jamil Marques (2003), em sua tese de doutorado sobre *Política e Internet*. Isso porque, considerar que determinados grupos estejam hegemonicamente no poder há muito tempo e por uso de determinados meios ou *fórmulas políticas* é considerar que a democracia não se realiza em sua plenitude. Esse, portanto, seria um cenário representativo para o estudo da comunicação entre governantes e governados. E, apesar de considerarmos um parêntese, deste tópico poderemos abstrair orientações interessantes para a análise da comunicação entre essas duas categorias. Principalmente quando uma pode ser classificada como *elite política*.

Ao percorrermos toda a história brasileira, poderemos perceber que existem alguns grupos economicamente dominantes que sempre estiveram a frente da política do país. Também existem grupos que não foram economicamente dominantes, mas que eram socialmente mais interessados na discussão política, e que acabaram por se tornarem dominantes ao longo do tempo e, na maioria das vezes, chegaram ao poder após convencer as massas de suas ideologias ou ao se juntarem aos grupos economicamente dominantes⁴¹.

É importante afirmar, entretanto, que a maioria das mudanças ocorridas na política brasileira, senão todas elas, se deram em um momento de crise econômica ou social. Foi assim com a implantação do Império, com a República, com o Estado Novo, com a Ditadura Militar e até com a democracia. As mudanças políticas sempre acontecem em um momento de conflito econômico ou social, que na maioria das vezes se dão no interior dos grupos dominantes, em decorrência de falhas comunicativas ou de intensa discordância. Seria interessante pensarmos que os conflitos sociais são, na sua grande maioria, gerados no interior desses grupos dominantes que se sentem, de alguma forma, prejudicados, e este sentimento é elevado às massas, que ao fim tomam para si e concretizam a luta⁴². Esta é uma

⁴¹ Poderíamos, aqui, citar vários exemplos, inclusive o caso recente do Partido dos Trabalhadores, que defendeu ideologias socialistas nas décadas de 80 e 90, que os impossibilitou de assumir alguns cargos no Poder Executivo, mas que após sua mudança de posicionamento, postura e principalmente, por seus acordos com outros partidos, principalmente o Partido Liberal, obteve êxito. Teve apoio ainda de grupos ligados ao PMDB e PDT. Contudo, o fato mais relevante foi a junção de duas ideologias completamente distintas, a do PT, que nasce sob ideias socialistas e o PL, que como o próprio nome diz, defende ideias liberais. Nesse caso, os socialistas só obtiveram vitória após se curvarem aos liberais.

⁴² Esse pensamento, de certa forma, também está presente em Sergio Buarque de Holanda (2011, p. 160): “Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade.”

constatação histórica que não é privilégio da sociedade brasileira, mas que se deu na Revolução Francesa, na Independência Americana, no fim do *Apartheid* e em vários outros exemplos pelo mundo.

Um dos fatos mais relevantes nessa história é que as *elites políticas*⁴³ sempre estiveram a frente desta luta pela hegemonia. E talvez não seja exagero dizer que sempre usaram as massas para legitimar o seu poder mediante aquilo que Gaetano Mosca (1939) chamava de *fórmula política*, que, para ele, “é apenas o princípio da legitimidade do poder e que ela sempre tem um equivalente no mecanismo político” (ALBERTONI, 1990, p. 78).

Para Albertoni (1990), baseado na filosofia política de Mosca, os princípios que regem a democracia moderna constituem apenas uma nova fórmula política.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade, "os chamados princípios imortais de 1789", constituem a base da nova fórmula política que serviu como preliminar "para toda a legislação revolucionária, e até mesmo forneceu à revolução sua fórmula política, e que além disso faz sentir mais ou menos a sua influência em todas as constituições parlamentares atuais, e forma as idéias e os sistemas políticos da maior parte dos homens públicos, para não dizer homens de Estado, da Europa de hoje" (ALBERTONI, 1990, p. 77).

E podemos dizer que este capítulo se baseia fortemente nesta afirmação que Albertoni traz do filósofo Gaetano Mosca, e na sugestão da impossibilidade prática desses princípios. Assim como o autor, acreditamos que esta *fórmula política* seja apenas “o *princípio da legitimidade do poder*” (ibid.). Essa mesma inquietação em relação à instituição desses princípios pode ser encontrada em Sergio Buarque de Holanda (2011, p. 179) quando o autor diz que tais palavras mágicas “sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância”.

⁴³ “[...] a convicção principal de Mosca sobre a existência permanente de uma minoria organizada que se impõe à maioria desorganizada e legitima seu próprio poder da utilização ideológica dos valores e das convicções mais correntes na sociedade, chamado *fórmula política*, tornou-se no decorrer do tempo um axioma que se coloca da mesma maneira no interior da sociedade moderna, unificada no plano internacional pela industrialização (Pareto); no interior dos sistemas políticos liberais-democráticos mais evoluídos (Ostrogorskij), e finalmente no interior do partido operário e socialista, protótipo de todo país moderno organizado (Michels)” (ALBERTONI, 1990, p. 152).

Aquilo que aproxima este trabalho dos estudos sobre o *elitismo* é a semelhança observada entre as realidades de alguns estudos e pensamentos, sobretudo de Mosca, Schumpeter, Pareto e Michels, à realidade brasileira atual, mais especificamente do estado brasileiro a ser estudado, o Piauí. Albertoni, baseado em Mosca, diz que:

[...] sendo os *governantes* pouco a pouco separados dos *governados*, os segundos chegam a sentir indiferença e até mesmo ódio com relação aos primeiros, “a ponto de estes formarem uma casta tão opressiva que nem mesmo a vontade do soberano mais enérgico pode influenciá-la ou modificá-la” (ALBERTONI, 1990, p. 80).

Seria, talvez, inevitável a afirmação de que hoje, governantes e governados vivam em situações opostas de existência, e que suas ações sejam voltadas não para a manutenção de uma boa condição de vida dos governados, mas para um *simulacro* de existência de ambos os lados. Aquilo que o primeiro quer, é fazer saber ao segundo que tudo está bem como está e que são como são e que ele é responsável por isso, tornando as pessoas *heréticas*⁴⁴. Sem mencionar suas vidas pessoais, que além de simulacro de suas vidas reais, acabam tornando-se um *espetáculo*. Talvez seja possível afirmar que aquilo que o *governado* vê não seja o real, mas um *simulacro* espetacularizado, transformado em *fórmula política*. É apenas mais uma forma de manutenção da hegemonia das *elites políticas* no poder.

Segundo Bourdieu (2011, p. 216), e como já dissemos anteriormente,

[...] há uma minoria que participa do campo [político] e uma massa de ‘profanos’ que não encontra legitimidade social para a ação política e tende a interiorizar e naturalizar sua própria impotência.

E isso nos faz levantar questionamentos já feitos em relação a esta democratização: o que pode ser a democracia dos nossos dias, senão a manutenção dos grupos hegemônicos da sociedade?

⁴⁴ “O herético, ao contrário, é aquele que escolhe, por oposição ao que não escolhe, que acha que as coisas são como são, que o mundo está bem como está, que não há nada a dizer ou dizer de outra forma, e que é suficiente deixar continuar” (BOURDIEU, 2011, p. 206).

Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário, já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos (CARVALHO, 2002, p. 7-8).

"A elite entra na teoria democrática como um de seus componentes necessários" (ALBERTONI, 1990, p. 159). Para Joseph A. Schumpeter (1961), estudioso da democracia, o termo *elite* se fazia necessário na análise da teoria democrática. Assim como ele, também podemos considerá-la necessária na análise política do estado do Piauí, um dos estados mais carentes economicamente do Brasil, onde ainda predominam velhos métodos de dissuasão política. E talvez não seja uma extrapolação dizer que, na sua política, ainda se utilizem métodos do século XIX. Podemos, inclusive, encontrar famílias a quem pertencia o domínio no tempo do coronelismo ainda fazendo parte de uma "casta" seleta de governantes do estado.

Temos, contudo, que esclarecer que o longo estudo sobre o *elitismo* nos revela vários pontos a serem abordados em nosso trabalho, mas que, por sua profundidade, deveremos considerar apenas a *fórmula política* e as *elites políticas* como já definimos anteriormente. E apesar de termos colocado que as *elites políticas* se formam economicamente, devemos esclarecer que para os estudiosos do *elitismo* as *elites políticas* nada mais são que uma minoria organizada que acredita que a grande massa não tem competência para gerenciar a coisa pública e que, por isso, tem como única oportunidade de intervenção a escolha dos governantes para atuar no Legislativo ou Executivo, que muitas vezes são determinadas pelas *leaderships* (MARQUES, 2003; ALBERTONI, 1990).

Essa *elite política* seria, portanto, formada por sujeitos que se sentem mais capacitados para gerir a coisa pública, assim como, que dispõem de mais tempo

para fazê-lo. Outra parte dessa *elite* seria composta de *leaderships* e por aqueles que apenas consentem e delegam poder a representantes. Como propõe Albertoni (1990), longe de estarem propondo como deva funcionar a política democrática, os *elitistas* desenvolvem uma crítica à política que se desenvolve no ocidente, uma teoria que pretende “mostrar e explicar os laços reais, colocando em evidência as analogias entre os fenômenos estudados, no próprio interior dos fenômenos.” (SHUMPETER apud ALBERTONI, 1990, p. 159).

Albertoni (1990) esclarece ainda como os estudiosos do elitismo veem o funcionamento do sistema democrático.

Logo, aquilo que Macpherson – atribuindo sua paternidade a Schumpeter – chama de “modelo de equilíbrio pluralista da elite” representa essencialmente o funcionamento de um sistema democrático como uma constante dialética competitiva de grupos dirigentes (*elites*) que se autopropõem (Mosca diria que se *impõem*) ao corpo eleitoral que lhes confere o poder segundo regras de procedimento, tornando assim efetiva e constante para os governados a possibilidade de contribuir para a escolha dos governantes. [...] Esta é a censura feita pelo cientista político canadense às sociedades ocidentais que ainda hoje mantêm esse tipo de organização democrática, privilegiando de fato “a riqueza” em detrimento “da comunidade” (ALBERTONI, 1990, p. 159).

Não é correto, portanto, acreditar que os autores elitistas façam uma proposição de funcionamento da democracia, mas uma “linha de revisão crítica e realista profunda das teorias clássicas da democracia”, especialmente, na representação de uma política “incontestavelmente dominada por quem está decidido e determinado a impor-se e a afirmar-se na competição” (ALBERTONI, 1990, p. 160).

Muitas vezes, aquilo que consideramos democrático é apenas uma forma de legitimação. E aquilo que podemos considerar democracia é apenas uma *fórmula política* para a legitimação das *elites políticas* no poder. Em muitos casos, é necessária uma reflexão em relação ao sistema, às regras daquela sociedade e em relação à própria classe política, como fizeram os estudiosos das *elites*.

Em algumas sociedades, considerar a democracia como um sistema de abertura política seja talvez um erro. Várias sociedades democráticas possuem diferentes regras para as suas democracias. Giddens (2003) dá um bom exemplo quando fala sobre as diferenças entre a política democracia do mundo e

especialmente da diferença entre a democracia *estadunidense*⁴⁵ e inglesa, que deixa transparecer na citação de uma conversa entre um cidadão inglês e um *estadunidense*, mostrando que as formas de governo apesar de democráticas são completamente diferentes⁴⁶.

Considerar, portanto, que o *campo político* seja formado por uma *elite política*, e principalmente, que o poder político brasileiro seja dominado hegemonicamente por uma *elite* política, nos revela um ponto importante para nosso trabalho ao considerar que a categoria dos governantes seja formada por sujeitos que possuem aspectos semelhantes na composição dessa categoria. Estudar os governantes, ou seja, os deputados do Piauí, a partir do pressuposto que estes componham uma *elite política* determina o funcionamento do *campo político* e da comunicação com os governados. Porém, essa é uma afirmação que poderá ser feita somente a partir do contato com a categoria e das entrevistas, portanto, somente na conclusão deste trabalho.

1.9. A democracia como *significante vazio*⁴⁷

Percebe-se, portanto, neste capítulo, o desejo de universalização da democracia, principalmente, na contemporaneidade. E aqui, traremos, talvez, uma das contribuições mais significativas de nosso trabalho. Guiados por Ernesto Laclau (2011), gostaríamos de propor a ideia de que a democracia represente há algum tempo um *significante vazio*.

Para Laclau (2011, p. 67) “um *significante vazio* é, no sentido estrito do termo, um *significante* sem significado”. Entretanto, o autor, assim como nós, não se esquivava da complexa explicação. Precisamos, porém, entender que existe uma diferença conceitual, mas principalmente, na formação das subjetividades dos

⁴⁵ Aqui há uma preferência pelo termo *estadunidense* ao termo “americano”, visto que este termo contempla uma população mais ampla, que se encontra em todas as Américas. Portanto, não podemos classificar a população de apenas um país com um termo que a qualifica como originária de todo o continente.

⁴⁶ “Um viajante inglês indagou certa vez a um companheiro americano: ‘Como você suporta ser governado por pessoas que nem sonharia em convidar para jantar?’; ao que o americano respondeu: ‘E como você suporta ser governado por pessoas que nem sonhariam convidá-lo para jantar?’” (GIDDENS, 2003, p. 79)

⁴⁷ Essa ideia foi mencionada por Edilson Cazeloto em *Apontamentos sobre a noção de “Democratização da Internet”* (2009), publicado no livro *A Cibercultura e seu Espelho*, organizado por Eugênio Trivinho (2009).

sujeitos entre o “universal” e o “particular”, e não entraremos na discussão de como essa relação tem sido pensada historicamente, deixemos ao invés, ao autor que discute com profundidade tal diferença⁴⁸. Apresentemos, no entanto, a sua última conclusão, dentre várias:

O universal, como vimos, não tem um conteúdo concreto próprio (que o enclausuraria em si mesmo), mas é o horizonte sempre móvel que resulta da exclusão de uma cadeia indefinida de demandas equivalentes. A conclusão parece ser que a universalidade é incomensurável com qualquer particularidade e, não obstante, não pode existir fora do particular (LACLAU, 2011, p. 65).

Essa proposição, porém, leva o autor a outra conclusão: o universal não podendo existir sem o particular torna-se a precondição da democracia. E, a partir daqui, esclareceremos nossa proposição inicial.

Falamos inicialmente sobre o desejo de universalização da democracia. Na realidade, neste primeiro capítulo, pudemos comprovar que essa forma política tenha se tornado o lugar-comum do pensamento político da modernidade, e que hoje, mais ainda, o pensamento universal. Entenderemos, portanto, assim como nos explica Laclau (2011), que este universal não tem corpo e conteúdos necessários para a representação de seus significados, antes, são significantes vazios preenchidos pelos significados temporários decorrentes de competições políticas.

Se a democracia é possível, é porque o universal não tem corpo e conteúdo necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal (LACLAU, 2011, p. 66).

Tentaremos, brevemente, explicar de que forma esse *significante vazio* se torna possível no campo da significação. Para Laclau (2011) a comunidade é constituída por uma *plenitude ausente*, ou seja, ela não tem uma forma própria de representação e necessita de representações que possam construir a sua identidade. É, portanto, nessa lacuna que os significantes particulares se esvaziam e é nesta mesma lacuna e na presença dos significantes vazios que surge a condição da hegemonia (LACLAU, 2011, p. 77).

⁴⁸ Para entender mais sobre as formas históricas de como a relação entre universalidade e particularidade tem sido pensada, segundo Laclau (2011), leia-se *Universalismo, particularismo e a questão da identidade*, em *Emancipação e Diferença*, pp. 47-66.

O *significante vazio* se apresenta como a impossibilidade da realização dos limites da significação de um discurso. Todo significante tem seus limites de representação. Logo, a democracia representa limites universais, que estão principalmente entendidos como os princípios imortais, tais como: liberdade, igualdade e fraternidade, mas também, limites particulares, representados individualmente por cada indivíduo sujeito a esta forma política. Quais são os limites para a representação da democracia? Certamente, considerando os limites particulares, serão vários. E mesmo considerando somente os limites universais, serão impossíveis de realizados por completo.

Destacamos, portanto, que se pedirmos para que vários sujeitos definam o que é democracia, serão apresentadas inúmeras definições que representam particularismos, exatamente pelo vazio, ou como explicado por Laclau (2011), pela interrupção, subversão, distorção ou outras anomalias absorvidas pelo significante. Isso porque a comunidade só pode representar a si mesma por meio de ideias universais, mas que quando explicada por meio dos particularismos revelam o esvaziamento dos significantes. Essa é uma importante discussão que deverá ser retomada no terceiro capítulo e na conclusão deste trabalho.

Mais precisamente, observa-se frequentemente que a democracia tornou-se adjetivação do Estado, em expressões como “Estado democrático”. É como se a democracia tivesse perdido a sua significação prática de ser o lugar público do processo de identificação da sociedade consigo em proveito de uma nova forma de organização política (ROSENFELD, 2003, p. 13).

Lembramos, portanto, usando as palavras de Foucault (1996, p. 51) que neste trabalho queremos apenas questionar nossa “vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante [democracia].”

2. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA TEORIA DEMOCRÁTICA

No capítulo anterior, procuramos explicar o conceito de democracia, realizando uma revisão histórica, desde a Antiguidade até os nossos dias, do discurso criado em torno desse signifiante. Foi importante, porém, percebermos que a comunicação tem um papel fundamental em todo esse processo e, principalmente, na teoria democrática. Nenhuma outra teoria política pressupõe que exista uma comunicação entre governantes e governados como a democracia. Portanto, para analisarmos a comunicação na Internet entre deputados e cidadãos no estado do Piauí, é importante, antes de tudo, analisarmos o papel da comunicação na teoria democrática.

2.1. A comunicação na Teoria de Bobbio

Deve-se considerar, segundo, Bobbio (2010), que as regras do jogo democrático levam em si diferenças de enunciado de conteúdo e do modo como são aplicados. E essas diferenças não estão apenas entre o romantismo moderno da democracia e a “real” democracia na qual vivemos, mas no seu uso concreto, nas suas regras e nas leis, ou seja, naquilo que a fundamenta. Acredita-se que vivemos em um regime de liberdade e igualdade, de direitos, deveres, poderes e pensamento. Isto é no que acreditamos, ou no que, pelo menos, nos disseram que deveríamos acreditar. Possuímos taxas altíssimas de analfabetismo, pobreza e miséria, que são consequências diretas do regime políticossocial em que vivemos. E é a comunicação que facilita o entendimento do conteúdo da democracia e de sua aplicação na vida real.

É no argumento de Otane que reside a pedra fundamental da democracia e nela a substância da importância da teoria comunicacional para a teoria democrática: “Como poderia a monarquia ser coisa perfeita, se lhe é lícito fazer tudo o que deseja sem o dever de prestar contas?” (BOBBIO, 2010, p. 320). Esta prestação de contas, a qual o autor se refere, é também uma forma de comunicação entre o corpo político e a sociedade. Não é apenas a informação dos atos do governo para a sociedade, vai muito além disso. Este argumento está mais ligado à transparência de um governo. A Constituição Brasileira de 1988 prevê o princípio da

publicidade, que tem como objetivo “manter a total transparência na prática dos atos da Administração Pública” (BULOS, 2000, p. 563). Mas, existe também a própria prestação de contas, que é o momento em que o governo, além de suas outras formas de comunicação, fala para a sociedade de que maneira está exercendo sua representatividade. Esta forma de comunicação, na maioria das vezes, é feita basicamente por informações do governo para a sociedade. Dificilmente o governo chama a sociedade para discutir ou mesmo deliberar sobre a prestação de contas. Ela é desenvolvida internamente e somente compartilhada pelos meios de comunicação. Neste caso também se respeita o princípio da *isegoria*, visto que existe comunicação entre dois sujeitos políticos, o governo e a sociedade.

Bobbio (2010, p. 322) afirma que Marcílio de Pádua, em seu livro *Defensor Pacis*, deixa claro que o poder de fazer leis reside no povo, em sua soberania. Portanto, para ele, a lei não nasce de uma decisão autoritária ou de imposição, mas de um ato comunicacional. Fazer a lei é conhecer todas as necessidades para se chegar a ela. É conhecer os problemas e imaginar as consequências. O ato de legislar é um ato comunicacional, não somente pela retórica utilizada, mas pelo método que deveria ser seguido. Os legisladores deveriam ser representantes da sociedade, levando até a casa legislativa assuntos de interesse dela mesma. Segundo Bobbio (2010, p. 323), Rousseau acreditava que duas coisas são importantes para a democracia, o consenso e a participação de todos nas produções de leis. E o consenso e a participação só podem existir por meio da comunicação.

Para o autor (BOBBIO, 2010, p. 323), mediante escritores liberais como Benjamin Constant, Toqueville e John Stuart Mill, a participação política se redefiniu e expandiu-se o direito de eleger e ser eleito. O que de certa forma retirou o direito, não na teoria, mas no campo prático, do cidadão de participar das decisões reais da política.

2.2. O potencial e o uso concreto em Bobbio

Quando Bobbio (2010) se refere ao enunciado do conteúdo e à forma como são aplicados, fala a respeito da forma como o mundo real se apropria do racionalismo democrático de “ideal” e, mediante um racionalismo *liberal*, o concretiza na sociedade atual. O uso concreto das regras do jogo difere de seu potencial.

Aquilo que ensejamos como liberdade e igualdade, desde o pensamento Iluminista de Rousseau, talvez na realidade de um mundo de pensamento econômico *liberal*, tenha dificuldades de funcionamento ou de realização. Esses são os limites ao qual nos referimos no capítulo anterior.

A sociedade pode se tornar uma prisão ou uma grande balança, onde poucos pesam muito mais que a grande maioria. E se o princípio da igualdade deve ser respeitado, o jogo democrático deve pressupor um sistema econômico e social que iguale as pessoas e não que as diferencie mais. Portanto, na teoria democrática, “tornar comum” não é apenas fazer saber a todos, mas discutir, deliberar e fazer comum algo que torne a sociedade mais igualitária. Para isso, o governo e seus representantes, não somente devem agir de acordo com o princípio da *isegoria*, como devem agir com transparência.

Alguns governos, entretanto, *espetacularizando*⁴⁹ o assunto “transparência”, usam estratégias de comunicação que confundem o cidadão. Ao invés de se comunicar com a sociedade, o governo limita-se apenas em informar (quando é de interesse do governo) aos cidadãos os atos praticados por ele. O princípio da *isegoria* prevê mais que isso. Aquilo que deve acontecer é uma comunicação entre corpo político e sociedade, versando não somente em informar, mas em chamar a sociedade ao debate, por meio da representação ou de forma direta.

No estado de São Paulo, no mês de setembro de 2011, um dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Roque Barbiere, afirmou que alguns parlamentares da ALESP se beneficiavam com a venda de emendas, o que gerou uma série de discussões na casa. No dia 29 de setembro do mesmo ano, a Comissão de Ética tinha como uma das pautas a discussão das denúncias feitas pelo deputado Barbiere, assunto de interesse de toda a sociedade, para a conservação do princípio da transparência, direito do cidadão. O que não podíamos esperar era que os deputados, membros da comissão, resolvessem fechar a reunião, evitando a entrada de cidadãos e da imprensa. A pedido do deputado Campos Machado, a Comissão de Ética votou a favor de uma reunião a portas

⁴⁹ Leia-se DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

fechadas e decidiu expulsar os jornalistas e cidadãos que estavam presentes⁵⁰. É neste ponto que aquilo que dissemos no começo deste tópico faz sentido, não somente no campo da teoria, mas na prática, nos atos concretos. As regras do jogo democrático levam em si diferenças de enunciado de conteúdo e do modo como são aplicados. Pode a sociedade ter escolhido, por meio do sufrágio universal, os seus representantes, entretanto, a representação não está mais a serviço de quem os escolheu, mas a serviço de partidos políticos, ou mesmo de outros interesses.

Quando Bobbio (2010, p. 324) diz que o processo de democratização consiste em uma transformação mais quantitativa do regime representativo, ele quer dizer que não existe mais a possibilidade da comunicação entre todos os representados e seus representantes. Quando imaginamos que um representante do legislativo pode ser escolhido por mais de um milhão de pessoas, não conseguimos ver a possibilidade, nem sequer com os novos meios de comunicação, de uma comunicação direta entre esse representante e todos os seus representados. E aquilo que Bobbio quis dizer com a transformação quantitativa do regime representativo é o que nos permite dizer que a democratização deveria consistir na intencionalidade cada vez maior de comunicação entre o corpo político e a sociedade. A comunicação é o princípio primeiro da democracia.

2.3. A regra da maioria como ato de comunicação

A formação das decisões coletivas acontece via regra da maioria, que também é o princípio utilizado para grande parte das decisões políticas, pelo menos no campo legislativo. Este preceito pressupõe “a igual participação no processo decisório” (BERG apud CAMPILONGO, 2000, p. 36). Segundo Campilongo (2000) a

⁵⁰ As principais revistas, jornais e telejornais do Brasil noticiaram a reunião de portas fechadas da Comissão de Ética da ALESP. Uma decisão que questiona os próprios princípios da ética democrática. A *Veja* destacou a reunião a portas fechadas (PINHONI, Marina. Alesp discute caso Barbieri a portas fechadas. *Veja*. São Paulo, set. 2011. Brasil. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/alesp-discute-caso-barbieri-a-portas-fechadas>>. Acesso em: 30 set. 2011), dando ênfase ao fato da sessão ter veto ao público, o que reforça a discussão da participação democrática da sociedade nos assuntos políticos, ao passo que alguns telejornais de grande audiência, como os da Rede Globo de Televisão deram ênfase somente à discussão daquilo que o deputado Barbieri havia falado e a opinião de seus pares, não comentando a importância desta reunião ter vetado a participação, como espectadores, de cidadãos e jornalistas (G1. Deputado Roque Barbieri deve depor hoje na comissão de ética da Assembleia Legislativa. São Paulo, set. 2011. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/sao-paulo/v/deputado-roque-barbieri-deve-depor-hoje-na-comissao-de-etica-da-assembleia-legislativa/1653450/>>. Acesso em: 30 set. 2011.)

democracia é caracterizada, dentre outros fatores, pelo sufrágio universal, que é realizado segundo esse princípio. E, nesse caso, isso é que decidirá sobre a representação política, pois a partir dela cria-se um consenso, que legitima a representação.

A respeito disto o autor de *Direito e Democracia* traz a opinião de Elaine Spitz, que diz:

A regra da maioria é uma prática social, numa entidade soberana, com um povo politicamente igual, com desejos e interesses compartilhados e divergentes. Destina-se a capacitar um povo a decidir sobre o curso de ações mutuamente aceitáveis, sem recurso à força. Esses aspectos característicos incluem a liberdade de expressão, discussão, negociação, cálculos estratégicos e, finalmente, voto em representantes e, às vezes, políticas. Recrutamento e apoio a políticas ou políticos depende da atividade de negociadores trabalhando em partidos políticos. A legitimidade desse arranjo é finita e pequena, e as políticas sancionadas estão continuamente sujeitas à revisão e modificações. A regra da maioria é um dos processos que mantém a sociedade unida (SPITZ apud CAMPILONGO, 2000, p. 37).

A regra da maioria influencia diretamente na política do país e a consequência de atitudes tomadas segundo esta regra, podem ser entendidas, a partir de uma prática de consenso entre as partes, como um ato comunicacional. Assim como a liberdade de imprensa e de expressão, que influenciam nas decisões democráticas e buscam a criação de consensos e majorias, esta regra existe para que o jogo político democrático tenha legitimidade diante da sociedade. A maioria torna-se uma convenção.

As decisões democráticas, em um regime representativo, dependem de quem as tomam e este está diretamente ligado a uma decisão coletiva, ou mesmo coletivizada⁵¹. “Não importa quem a toma, mas sim o alcance da decisão. Quem decide, decide por todos” (CAMPILONGO, 2000, p. 38). De alguma forma este governo consiste na expressão da vontade da maioria, na responsividade e na responsabilidade⁵². E esta regra, de certa forma, favorece a política democrática, pois “maximiza a aproximação entre o governo e o cidadão” (CAMPILONGO, 2000, p. 36), ou pelo menos deveria ser assim.

⁵¹ Para um melhor entendimento dos tipos de decisão leia-se CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Direito e Democracia*. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 38.

⁵² A responsividade consiste nas respostas às demandas da maioria da população e a responsabilidade nas ações racionais e equilibradas no cálculo de meios e fins necessários para a consecução da vontade geral.

2.4. A *isegoria* e seus procedimentos democráticos

A teoria democrática mudou ao longo dos anos e com ela vieram desejos, incitados pelos pensadores do Iluminismo, de liberdade e igualdade. Os direitos sociais e políticos deveriam ser decididos pela própria sociedade, por meio de uma comunicação direta com o corpo político. O Estado deveria ser composto e regido pela sociedade e esta deveria ser capaz de agir de acordo com os princípios de *isegoria*, *isonomia* e *isocracia*⁵³.

A *isegoria* é o princípio responsável pela participação de todos os membros da sociedade no processo democrático, mas que se manifesta de diversas formas comunicacionais, por meio do voto, do debate, da deliberação, do consenso e da opinião pública, entre outros procedimentos.

São procedimentos democráticos de *isegoria*:

a) O voto

O sufrágio universal ou o voto é considerado, por muitos autores, a maior vitória da democracia moderna. Por meio dele, a sociedade exerce seu direito de voz na escolha de seus representantes. A exemplo das *eclesias*, todo cidadão tem direito de manifestação⁵⁴. E quando os limites de espaço e territoriais não permitem uma aglomeração entre os cidadãos para que seja dado a eles o direito de voz, outras formas de comunicação devem ser tomadas. O voto é uma destas.

A escolha de um representante político é um ato que exprime os desejos, anseios e necessidades dos sujeitos que o escolhem. A manifestação a favor de um nome, seja ela direta ou indireta, por uma escolha partidária⁵⁵, pressupõe um processo de comunicação, do qual o sufrágio universal é meio e resultado. É daí que surge a primeira manifestação política como *isegoria*.

⁵³ Os termos de origem grega significam, respectivamente, liberdade de expressão, igualdade perante as leis e igualdade de acesso aos cargos políticos.

⁵⁴ Nas *eclesias* da Grécia antiga, os cidadãos eram aproximadamente 25% da população apenas. Estavam excluídos os escravos, mulheres, crianças e estrangeiros.

⁵⁵ A escolha partidária se dá no caso em que o eleitor prefere o voto na legenda ou no partido que em um de seus representantes. Em países em que o regime é parlamentarista, na maioria deles, vota-se nos partidos e não em nomes.

O critério fundamental da democracia é o de que o poder do governo reside no povo. Se o povo não pode ou não quer exercer diretamente esse poder, pode delegá-lo a representantes através de uma eleição direta e, desse modo, em vez de governar ele próprio, criar um governo (KELSEN, 2000, p. 279-280).

Um governo escolhido pela sociedade, ou por várias maiorias, precisa de processos comunicacionais para governar, e esta é uma premissa dada. Nas casas legislativas este processo se dá em maior parte das vezes por meio do voto e do debate.

b) O debate

O debate político é o processo comunicacional que se constitui na defesa de ideias opostas. É a forma como o governo, por meio de seus representantes, expressam suas ideologias para os seus pares e para a opinião pública. Muitas vezes, mediante manifestações calorosas, tecnicamente embasadas e amigáveis, os debates conseguem, mediante o convencimento da opinião pública e da vontade política, a reformulação de leis, programas, governos e até de processos políticossociais mais complexos.

É praticado não apenas por representantes políticos, mas por todos que defendem ideologias, desde religião à política. Neste trabalho nos concentramos no debate exercido por representantes políticos. Este, para Habermas (1991, p. 42), pode ser encarado como o processo que “[...] é determinado pela concorrência entre atores coletivos, que agem estrategicamente com o objetivo de conservar ou adquirir posições de poder.”

Apesar de ser a forma mais usada para o exercício da *isegoria*, não é o único meio de formar a opinião pública em torno de decisões políticas. Muito menos a forma que se usa para o consenso entre os pares em uma casa legislativa. Para isso, geralmente, usa-se a deliberação.

c) A deliberação

Este é um ato comunicacional que envolve todo o corpo político em torno de um ideal. Apesar de, na maioria das vezes, ser exercida pelos representantes

políticos, pode envolver outros *sujeitos* da sociedade, sobretudo aqueles que dominam o assunto a ser deliberado. Consiste na busca por resolutividade⁵⁶ por meio do exame de matérias consistentes e da discussão entre *sujeitos* especialistas naquilo que deve ser discutido. Para esta forma comunicacional, a especialidade é importante não para o convencimento em torno de uma ideologia, mas para a construção de algo que pode ser do interesse de todos.

Baseados nesta forma comunicacional, derivada de uma concepção *republicana*, alguns autores têm defendido a reestruturação da política democrática. Habermas (1991), argumentando a funcionalidade dos pensamentos *liberal* e *republicano* no modelo social contemporâneo, propõe um novo modelo de democracia. No primeiro capítulo deste trabalho explicamos, brevemente, em que se baseia esse novo modelo proposto⁵⁷.

A deliberação não prevê, nem tem como propósito, o consenso, mas por ela pode-se alcançá-lo mais facilmente. Ela é a construção, por ideias de vários sujeitos, de um bem comum. Nela, o princípio da *isegoria* é respeitado em partes, porquanto nem todos são ouvidos. Apesar de prever que todos tenham voz, pode excluir pelo não conhecimento da matéria discutida.

d) O consenso

É a manifestação comunicacional que impulsiona a democracia. É o objetivo *ético* principal, não somente da democracia, mas de qualquer forma de poder. Só se chega ao consenso mediante uma das formas comunicacionais anteriores, o que pressupõe que o próprio consenso não seja apenas um estado de espírito⁵⁸, mas de expressão, de manifestação da interpretação das ideias.

Apesar de, nas teorias políticas, encontrarmos o consenso como uma prática de decisão coletiva, ele se desenvolve no interior do sujeito, por meio de razões externas ou internas ligadas à ideia. Assim como os atos comunicacionais

⁵⁶ A resolutividade está atrelada à capacidade de resolver ou finalizar um processo, simplificando e agilizando procedimentos.

⁵⁷ Com o texto 'Três modelos normativos de Democracia' apresentado no Seminário 'Teoria da democracia' na cidade de Valência – Espanha, Habermas (1991), defende a ideia de Democracia Deliberativa. No primeiro capítulo deste trabalho explicamos a *teoria da ação comunicativa*, que é o que possibilita esse novo modelo de democracia.

⁵⁸ Com este termo queremos nos referir à disposição emocional da prática do consenso.

anteriores, ele segue o princípio da *isegoria* por ser a expressão do próprio sujeito e, conseqüentemente, do coletivo. Ele só acontece pela concordância de ideias de vários *indivíduos*. “Antes de ser preferência dada à paz sobre a guerra, o consenso é um certo regime do sensível.” (RANCIÈRE, 1996, p. 105). Ou seja, o consenso se dá em momentos em que a própria sociedade, ou os *indivíduos* que chegaram a ele, querem atingir objetivos comuns, não importando por quais meios estes sejam atingidos. Este é um *regime do sensível* porque está atrelado a motivos individuais. É um acordo que o sujeito faz com ele mesmo e com os outros. E isso tem muito a ver com a nossa discussão proposta no capítulo anterior sobre a democracia no Brasil.

e) A opinião pública

Essa deveria ser a verdadeira voz da sociedade, isto é, a prática da *isegoria* feita por todos os sujeitos, independentemente, até mesmo do voto. Porque este prescinde da opinião pública, mas ela, não necessariamente, necessita dele. A opinião pública pode ser uma prática de consenso que tem por objetivo mostrar aos representantes políticos aquilo que a própria sociedade quer.

A opinião pública nasce por meio de consensos que são contados numericamente e expostos à sociedade como opinião geral dela mesma. Ela nem sempre conta com o consenso geral, é tomada com base em percentuais da sociedade, mas aparece como o todo. Só é pública pelos meios de comunicação. O que implica dizer que a opinião individual só passa a contar como pública com base em técnicas censitárias e estatísticas que a tomarão como parte de um todo. É, talvez, a forma mais técnica de manifestação da voz da sociedade.

2.5. Introdução à política na cibercultura

Não podemos mais afirmar que a política feita no século XIX funcione da mesma forma em nossos dias. Nós estamos presenciando uma nova relação entre tecnologias e sociabilidade, que configuram a cultura contemporânea (LEMOS, 2002). E essa mudança não é recente. A modernidade influenciou quase todas as sociedades e podemos dizer que hoje a política, pelo menos do ocidente, se baseia

fortemente nas ideias iluministas dos séculos XVIII e XIX. Nesses dois séculos, nos quais presenciamos várias mudanças na sociedade, a política também alcançou variações. E, como já dissemos anteriormente, nunca a democracia como política influenciou tanto a sociedade como nos nossos dias. Porém, não podemos dizer que as ideias defendidas há dois séculos possam ser as mesmas hoje, visto que a sociedade, a sociabilidade e a nossa relação com os espaços mudaram completamente. E tudo isso se dá pela introdução das novas tecnologias de comunicação e informação desde o final do século XX.

Podemos dizer que o desenvolvimento da cibercultura acontece nas três últimas décadas do século XX. Nos anos 70 houve o surgimento dos computadores pessoais, nos anos 80 e 90, pudemos assistir a popularização da Internet e a transformação do computador pessoal em um “computador coletivo”, conectado ao ciberespaço. Hoje estamos vendo a “fase da computação ubíqua, pervasiva e senciente, insistindo na mobilidade” dos celulares, palmtops, entre outros (LE MOS, 2004, p. 01). Os espaços urbanos já não têm o mesmo significado. As praças, bares etc., que serviam como ponto de encontro da burguesia para a discussão de políticas públicas das cidades, no século passado, passaram a ter novos significados⁵⁹. Os comícios, que levaram milhares de pessoas às ruas no final do século XX, para escutarem aquilo que os políticos queriam dizer, aparentemente, estão sendo substituídos gradativamente pela presença da classe política na Internet⁶⁰. Há uma crença de que as expansões da cibercultura potencializam o compartilhamento, a distribuição, a cooperação e a apropriação dos bens simbólicos, e cada vez mais a classe política transforma isso, não somente em hábito, mas em discurso.

⁵⁹ A respeito deste assunto, Paul Virilio (2000) dá uma excelente contribuição em *Cibermundo: A política do pior*, ao dizer: “A cidade foi sempre um dispositivo teatral como a ágora, o átrio, o fórum, a praça de armas, etc. Simplesmente, era um espaço onde se podia estar em comum, isto é, um espaço público. [...] Creio que o que está em causa por detrás da questão do espaço virtual, é a perda da cidade. [...] A tendência é para a desintegração da comunidade dos presentes em benefício dos ausentes – ausentes abandonados à Internet ou ao *multimedia*” (p. 49-50).

⁶⁰ Em recente palestra ao Fórum Senado Brasil 2012, o filósofo Frédéric Gros disse que “os políticos buscam ocupar espaços no mundo virtual utilizando cada vez mais redes sociais como o Facebook e o Twitter. É uma estratégia para disseminar mensagens e construir a força de um rito da cultura popular” SENADO FEDERAL. Frederic Gros: a internet vai obrigar a democracia a se reinventar. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/07/04/frederic-gros-a-internet-vai-obrigar-a-democracia-a-se-reinventar>. Acesso em: 31 jul. 2012.

Certamente, a política deve permear todos os âmbitos da sociedade, pelo menos no discurso. E sendo a Internet o espaço de sociabilidade que representa a cibercultura, a presença do “eu” político, se torna necessária. Paula Sibilia (2003) chama isto de “imperativo da visibilidade” na sociedade contemporânea. Muitos acreditam que a ausência de um político na rede signifique sua inexistência como político para esta sociedade, que cada vez mais baseia a lógica de suas vidas no entrelaçamento do real com o virtual.

Este imperativo da visibilidade faz com que os políticos façam uma espécie de promessa de interatividade a seus interlocutores. Seus *microblogs* parecem oferecer respostas imediatas e diretas aos questionamentos de quem os seguem, os *blogs* parecem levar informações que somente um contato direto com o político poderiam ser obtidas e os sites, por sua vez, oferecem espaços como “fale com o deputado”, “fale conosco”, “contato” etc., que oferecem aos interlocutores a esperança de respostas às suas demandas. Com toda esta aparente interatividade, parte da sociedade busca um engajamento virtual, que acaba levando-os a um desengajamento real. É possível que tudo aquilo que os políticos queriam falar em seus comícios, que aconteciam nos espaços públicos e deveriam ser acompanhados por multidões (com a ausência destes nas ruas e a “presença” nos espaços virtuais) cada vez mais seja exigida por essa visibilidade virtual.

2.5.1. Internet e as possibilidades de ação política

[...] a internet e as TICs em geral possuem um potencial enorme de transformação, mas suas efetivas possibilidades devem ser relativizadas ante um contexto das forças de dominação e poder que, aliás, também fazem uso dessas próprias tecnologias para manter seu status de dominação (PINHO, 2008, 476).

Dentre todos os trabalhos realizados no Brasil, aquele produzido por José Antônio Gomes de Pinho é o que mais se aproxima dos objetivos desta pesquisa. A análise crítica feita em relação aos sites governamentais de alguns estados brasileiros é de suma importância para um exame embasado neste trabalho. A diferença está na contemplação do objeto: ao passo que Pinho se debruçou na investigação dos serviços oferecidos pelo governo aos cidadãos – que ele classifica de “*government-to-citizen*” (2008, p. 474) –, nós procuramos contemplar uma

comunicação bilateral ou muitas vezes ubíqua entre governantes e governados, os quais podemos chamar de representantes e cidadãos. E, por mais que em alguns momentos (no caso dos *blogs* e sites) o serviço seja disponibilizado pelos governantes, que muitas vezes se utilizam do discurso de potencializar "as boas práticas de governança [...], proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão" (RUEDIGER apud PINHO, 2008, p. 475), a comunicação gerada e analisada por este trabalho será bilateral, a fim de percebermos se naquela comunicação há traços de interesse democrático ou de poder. Dessa forma, não nos interessa uma análise do serviço prestado, e sim do resultado gerado por aquele tipo de comunicação.

Sabemos que a Internet oferece ao cidadão a possibilidade de interagir politicamente ao "solicitarem informações, expressarem opiniões e pedirem respostas pessoais aos seus representantes" (CASTELLS apud PINHO, 2008, p. 476). E é esta comunicação, tida como reforço para a democracia, que investigamos neste trabalho.

As possibilidades de interação entre deputados e cidadãos tomaram outras proporções após a ascensão dos *microblogs*, que aumentam a visibilidade e a ubiquidade da comunicação. Pode-se perceber que o uso destas ferramentas pelos governantes aumentou e os motivos ainda não são claros. No próximo capítulo, mostraremos algumas propostas para o entendimento desse desejo ou necessidade de aumento de visibilidade. Entretanto, em uma relação entre governos e cidadãos, aquilo que pode ser percebido até mesmo pelos mais entusiastas da Internet é que os "governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônico para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real." (CASTELLS apud PINHO, 2008, p. 476). Talvez, os representantes ou governantes estejam usando este meio com os mesmos propósitos. Deixemos, porém, esta discussão para o próximo capítulo.

2.5.2. A participação política por meio da Internet

Pinho (2008, p. 491), em sua pesquisa, diz que não foi localizada "transparência e diálogo aberto com o público", e acrescenta que não acredita, após a realização do estudo, que seja possível "uma verdadeira revolução cultural", "uma

mutação de grande amplitude”, um “provimento democrático de informações”, e menos ainda, depois da análise dos portais, a “capacitação política da sociedade”. O autor afirma, ainda, não haver a necessidade de ser otimista em relação à possibilidade de existir um “governo eletrônico”, uma vez que os governos, nos casos analisados, pouco se abrem para a participação popular⁶¹.

O problema aqui não é de tecnologia, mas de cultura política, de desenvolvimento político. Assim, temos muita tecnologia, ainda que ela possa e deva ser ampliada, mas pouca democracia, pois a tecnologia que poderia ser usada para o aperfeiçoamento democrático não é mobilizada nesse sentido. (PINHO, 2008, p. 492).

Pinho (2008) chega a uma conclusão que pode ser questionada por muitos em relação à tecnologia, mas que quase nunca é questionada em relação à democracia. Parece realmente existir pouca democracia nos governos brasileiros, especialmente em relação à interação com o cidadão. Entretanto, com a ascensão das redes virtuais de sociabilidade, os governantes passaram a estar virtualmente presentes e isto deu a todos a possibilidade ainda maior de responder aos questionamentos dos cidadãos. A proposta deste trabalho é responder se isto está sendo possível e, se não, o porquê.

2.6. Cyberotimistas Rousseanianos ou Cyberpessimistas Schumpeterianos

Na literatura em relação à Internet e à política encontramos uma divisão na análise das perspectivas dos pesquisadores da área, e aqui gostaríamos de abrir, novamente, um parêntese em nosso trabalho. Pippa Norris (2002) denomina cyberotimistas aqueles que, de certa forma, veem como positiva a ascensão da Internet para a construção política, sejam elas com ideias representativas, participativas ou deliberativas e de cyberpessimistas aqueles que não acreditam na possibilidade do engajamento político dos cidadãos por conta das novas possibilidades da Internet ou pelo interesse da classe política em contribuir para o

⁶¹ Neste trabalho optamos pela não utilização do termo *Accoutability*, trazido por alguns trabalhos brasileiros, mas ainda carente de uma tradução específica e que possa ser entendida por todos. Ao que se entende, o termo é usado para os casos em que o governo ofereça o máximo de transparência em suas ações e que as promessas de campanha, após cumpridas, sejam contabilizadas. Pensamos que trazer este termo para o presente trabalho é ampliar mais ainda o seu campo de estudo. Apesar de o trabalho contemplar um desejo por transparência por parte dos governantes, acreditamos que não há a necessidade do uso deste termo com o nosso objeto de estudo.

aumento da participação política da sociedade, por meio das novas tecnologias de comunicação.

Entretanto, ao buscarmos na literatura brasileira referências à mesma dicotomia de pensamento, encontramos a proposição de Heloisa Dias Bezerra (2008). Para ela, a divisão feita por Norris (2002) pode ser acrescida de termos que podem traduzir os pensamentos de cada lado. Os *cyberotimistas rousseanianos* e os *cyberpessimistas schumpeterianos*, que podem, na sua visão, serem definidos da seguinte forma:

Na perspectiva dos “cyberotimistas rousseanianos”, os cidadãos são potencialmente interessados no processo político e as novas TICs constituem elementos capazes de incrementar e facilitar sua participação nas decisões do mundo público.

Na contramão, os “cyberpessimistas schumpeterianos” não visualizam grandes possibilidades das TICs no que se refere à participação ativa dos indivíduos, haja visto que as atividades do mundo público são pouco atrativas em todos os aspectos, além de demandarem tempo e conhecimento, elementos de alto custo agregado. Para esses, os que participam são sempre os mesmos e, de qualquer modo, os indivíduos acabam delegando as decisões a algum representante, seja no trabalho, no bairro ou mesmo na família, o modelo preferido é o da representação por delegação (BEZERRA, 2008, p. 423).

Porém, Bezerra (2008, p. 423) problematiza as duas perspectivas e propõe uma nova análise e a “modelagem conceitual dessa cidadania conforme percebida e praticada pelos atores políticos governamentais”.

Aparentemente, a autora faz uma análise das duas perspectivas e chega ao pano de fundo de cada conceituação teórica. Obviamente, os cyberotimistas pensam de modo a ver a sociedade como ator principal da política em sociedade, da forma como via Rousseau. Do outro lado estariam os cyberpessimistas que veem a sociedade como sujeito político, apenas representados, governados ou cidadãos apáticos às decisões políticas, que devem ser tomadas obviamente pelos governantes, representantes ou mesmo pelos eleitos, ou melhor, pelas *élites* que, de certa forma, para muitos autores, vem da tradição do pensamento da escola *elitista*, da qual Schumpeter (1961) fazia parte.

Gostaríamos, contudo, de fecharmos nosso parêntese com uma defesa a essa ideia de que o pensamento elitista queira ver os cidadãos como apáticos a decisões políticas e que as decisões estejam apenas com os governantes. Como

falamos anteriormente, os *elitistas* não estavam propondo como deva funcionar a política democrática, eles desenvolveram uma crítica à política do Ocidente, uma teoria que pretendia “mostrar e explicar os laços reais, colocando em evidência as analogias entre os fenômenos estudados, no próprio interior dos fenômenos” (SHUMPETER apud ALBERTONI, 1990, p. 159). E essa também é uma de nossas propostas com este trabalho.

3. DEPUTADOS, CIDADÃOS, DEMOCRACIA E A INTERNET

Neste período contemporâneo, chamado por muitos autores de pós-modernidade, as relações interpessoais mudaram bastante em relação aos períodos anteriores como a modernidade e a pré-modernidade. Não somente entre as pessoas, mas as relações que os indivíduos passaram a ter com o mundo, de certa forma, ganharam uma visão diferente daquela de alguns anos atrás. Não se sabe bem quando isso pode ter mudado. Muitos acreditam que a relação do homem com a velocidade e com a imagem (TRIVINHO, 2001), talvez tenha mudado não somente a cultura, mas a forma de agir do homem em sociedade.

Nos nossos dias, as formas de vinculação social, além da forma tradicional conhecida no Ocidente, têm ganhado outra forma, aquela que Cazeloto (2009) chama de vinculação abstrata. Estamos falando da virtualização das comunidades, processo que está crescendo cada vez mais. E, por conta disso, muitos teóricos acreditam que as vinculações entre governados e governantes possam ser melhoradas.

A rede oferece muitas plataformas de comunicação entre governantes e governados e permite que ambos possam ter uma comunicação contínua, interativa e sem fronteiras geográficas. Porém, existem outras fronteiras que não permitem o acesso a esta nova forma de comunicação.

3.1. Deputados do Piauí e a Internet

Não restam dúvidas de que a Internet possa ser a forma de comunicação mais rápida e interativa de nossos dias. Para muitos autores, é o meio de comunicação que representa a pós-modernidade, devido a velocidade e a forma como mudou vários hábitos da sociedade, criando uma “nova necessidade tecnológica, a da já aludida ciberalfabetização das massas, e igualmente de um novo flagelo social, a da miséria cibercultural” (TRIVINHO, 2001, p. 67). De acordo com a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil do ano de 2010⁶², apenas 35% das casas possuem computador, somente

⁶² PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL. TIC Governo Eletrônico – 2010. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

27% tem algum tipo de conexão à Internet e 52% da população brasileira nunca acessou nenhum conteúdo na Internet. Porém, é difícil não associarmos o uso do computador e da rede mundial de computadores a quase todas as práticas ou vivências da sociedade contemporânea. Do funcionamento da energia elétrica na residência ao recebimento de um boleto para pagamento, ou mesmo do mais simples e humilde indivíduo da sociedade que, por sua volta, sem perceber, tem os processos desenvolvidos a partir do contato com o computador. Parece claro que, mesmo os excluídos do contato com o computador e com a Internet, ou seja, os ciberanalfabetos, tenham que se submeter às regras da cibercultura.

Na intenção de acompanhar o desenvolvimento desta nova cultura, pela audiência de uma parte da sociedade ou mesmo como nova fórmula política, muitos políticos resolveram aderir à comunicação com seus eleitores por meio da Internet; uma forma de comunicação interativa, que para Ituassu “é percebida como um ambiente de comunicação com potencial de transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas” (2011, p. 05). Porém, assim como seus representados, muitos políticos, até o presente momento, não aderiram a esta nova forma de comunicação. E isso pode ter variados motivos, como por exemplo: a ausência de seus eleitores na rede, o baixo conhecimento dela, a pouca importância que se dá às discussões feitas naquele ambiente ou mesmo pela pura falta de interesse. Motivos que cabem na investigação do grupo de deputados determinado por este trabalho, ou seja, a classe política. E, neste ponto, alguns dados quantitativos são importantes para nossa análise.

A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí possui 30 cadeiras legislativas, as quais eram preenchidas por 24 deputados titulares e seis suplentes até o último levantamento feito por nossa pesquisa em julho de 2012. Durante o arrolamento dos dados dos deputados referente à manutenção dos sites, *blogs* e *microblogs*, verificamos que todos possuem um e-mail institucional da própria Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Mais de 70% dos deputados (ou seja, 20 parlamentares), não possuía, até a última atualização do mapeamento dos dados⁶³,

⁶³ O primeiro levantamento dos dados foi iniciado no dia 09/03/2012 e finalizado no dia 16/04/12. Depois se retomou um novo arrolamento no segundo semestre deste mesmo ano, entre as datas 10/08/12 e 15/10/12.

qualquer site na Internet. Apenas 10% mantinham qualquer blog na rede, mesmo que metade deles estivesse desatualizada desde a última campanha eleitoral, ou seja, setembro de 2010. Metade dos deputados possuía *Twitter*, dos quais quatro estavam desatualizados desde a última campanha eleitoral e um deles desde agosto de 2011. Em relação ao *Facebook*, apenas quatro deputados possuíam a ferramenta e, em relação ao *Orkut*, oito parlamentares possuíam cadastro no *microblog*. Um fato curioso é que um dos deputados possui conta no *Youtube*, utilizado para veiculação de pronunciamentos e mensagens diretas aos cidadãos. Uma grande parte, ou seja, 30% deles, não possuíam qualquer tipo de plataforma de comunicação, excluindo-se o e-mail institucional, que se pressupõe ser cadastrado pela própria instituição.

Percebe-se, portanto, que muitos deputados piauienses não aderiram a esta nova forma de comunicação, mas a que se deve este fato? Teriam os deputados dificuldades de acesso? Seria falta de interesse? Essas são algumas questões que foram esclarecidas por meio das entrevistas com os parlamentares.

3.2. Análise das entrevistas

Fotografia 1 - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - Deputados estaduais do Piauí entretidos em seus computadores e celulares durante sessão ordinária.



Fonte: Site Alepi.

Ao chegarmos à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (Alepi), nos deparamos com uma instituição completamente informatizada, assim como mostra a fotografia 1. A atual presidência do legislativo estadual, que já comanda a instituição pela segunda legislatura, criou um canal de TV, um de rádio e informatizou completamente a Alepi. Portanto, pensamos ser de extrema importância entrevistar qualitativamente o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação daquela instituição, mesmo que não estivesse previsto em nosso projeto. Para este trabalho, sua contribuição pôde esclarecer vários pontos, antes mesmo de entrevistarmos os deputados.

Segundo o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Alepi, Sr. Marco Maia, hoje existem 500 computadores em toda a instituição.

Quando assumi a diretoria há seis anos, a gente tinha umas 60 máquinas funcionando, contando com os gabinetes dos deputados que são 30, hoje nós temos quase 500 máquinas, funcionando!

A estrutura que a gente apresenta hoje, de informática, para o deputado, eu acho que não deixa nada a desejar (Informação verbal)⁶⁴.

Mas um dado interessante, reportado pelo entrevistado, é que mesmo com toda a estrutura fornecida aos deputados, poucos possuem site ou outro meio de comunicação na Internet. O diretor ressaltou que, para os parlamentares, os recursos de informática no plenário se tornam importantes para informá-los no momento das “plenárias”.

Se você prestar atenção na hora do plenário, normalmente eles estão “navegando”, eles estão vendo as notícias, muitas vezes eles comentam a notícia que saiu naquela hora. Quer dizer, é uma velocidade da informação muito grande aqui.

Ela serve para o deputado se informar mais, ela serve para o deputado consultar a ordem do dia. Ele pode consultar uma lei ou uma proposição que foi apresentada na semana passada, e se ele quiser dar uma olhada para fazer algum comentário, ou alguma coisa, está disponível lá, através de nosso portal, ou se ele quiser acessar notícia, nos portais de notícias (Informação verbal)⁶⁵.

Este é um dado que já havíamos obtido nas buscas que realizamos no site da Alepi, no site Transparência Brasil e no portal de buscas *Google*. Porém, essa

⁶⁴ Entrevista concedida pelo Sr. Marco Maia, diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 14 de agosto de 2012, como parte integrante desta pesquisa. No apêndice deste trabalho, p. 124. A divulgação de seu nome foi autorizada durante a entrevista.

⁶⁵ Informação Verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 125.

informação veio acompanhada de outras mais importantes para o entendimento de nossa pesquisa. Para ele, os sites de informação, que facilitam o acesso às informações em tempo real, têm provocado uma mudança cultural não só no comportamento político dos deputados, mas em todo o estado do Piauí.

A gente tem uma peculiaridade, uma característica, que é muito particular (de Teresina principalmente), que é esse *boom* de notícias nos portais. Primeira página de jornal deixou de ser novidade aqui no Piauí. Quando a notícia sai na primeira página em um dia, no dia anterior à tarde você já está sabendo o que vai ser. Porque o povo aqui tem a cultura muito grande de portal de notícias (Informação verbal)⁶⁶.

E ao ser questionado se os *blogs*, *microblogs* e sites pessoais, que teoricamente facilitam a comunicação entre deputados e cidadãos, também são liberados na Alepi, Marco diz que nos gabinetes são liberados, mas no plenário⁶⁷, somente se for solicitado pelo deputado e após uma avaliação da solicitação.

No plenário não me recordo se são liberadas todas as redes sociais. Mas as mais utilizadas, se ele solicitar... se tiver algum bloqueio e ele solicitar a liberação e a gente vê que não tem nenhum tipo de pornografia ou alguma outra coisa que possa denegrir... porque, principalmente, para quem trabalha com o público diariamente, e que precisa desse *feedback*, para estar acompanhando esse negócio... é muito difícil você julgar que rede social não é uma coisa necessária (Informação verbal)⁶⁸.

Isto nos leva a crer que mesmo que os deputados tenham a sua disposição os meios de comunicação necessários para uma comunicação direta e sem obstáculos, como acredita Rousiley Maia (2001), e no lugar mais indicado, se não o mais indicado, mas o mais representativo para a prática dessa comunicação, o plenário, lugar onde acontecem as discussões, proposições e criações de leis, não existe o interesse nesse tipo de comunicação naquele local e momento.

É importante ressaltar que, para o diretor de TIC da Alepi, mesmo que existam recursos de informática em toda a instituição, inclusive no plenário, e mesmo que os deputados os usem com bastante frequência para buscar informações nos sites de notícia, segundo ele, o termo “Internet” não faz parte do

⁶⁶ Informação Verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 124.

⁶⁷ Local da Assembleia Legislativa onde todos os deputados se reúnem para as sessões ordinárias e extraordinárias.

⁶⁸ Informação verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 125.

cotidiano dos parlamentares. Ao perguntarmos se os deputados já haviam discutido algo em relação à Internet no plenário, Marco, foi enfático.

Vai aparecer se tiver alguma proposição em relação à Internet. Provavelmente, se tiver alguma coisa, é muito nova. Pra gente que trabalha no meio é muito comum você falar esses termos (Internet), mas para quem não tem o convívio diário com isso [...] (Informação verbal)⁶⁹.

E apesar dessa afirmação, constatou-se na entrevista com os deputados que existe pelo menos um projeto de lei relacionado com a Internet. Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 23/2012, que estabelece regras para compras coletivas no estado do Piauí. O projeto visa estabelecer no estado os parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sites da Internet⁷⁰. Mas, além deste, alguns outros foram encontrados, como por exemplo, o projeto de lei que obriga a veiculação de mensagens contra o uso de drogas nos “sites” provedores de informações na Internet de responsabilidade de órgãos e entidades da administração pública estadual. Portanto, contradizendo de uma parte o que o diretor de TIC havia afirmado, mas corroborando de outra, a Internet já faz parte das discussões daquela casa, porém, não é o assunto principal dos projetos de lei, que estão sempre relacionados a outros problemas como o da comercialização de produtos no estado ou da informação, como os exemplos citados.

Algo que constatamos em nossa pesquisa no site da Alepi e que se confirmou na entrevista com o diretor de TIC da instituição é que não há páginas individuais dos deputados no site que permitam uma comunicação direta com os cidadãos, mas existem aquelas com informações sobre os parlamentares, incluindo um *e-mail* institucional para contato, foto e currículo fornecidos pela assessoria de cada deputado. Pesquisando o site, podem ser encontradas informações como principais proposições, projetos de lei e outras informações, mas segundo o diretor de TIC da instituição, está sendo viabilizado um novo modelo de página pessoal para os deputados, na qual constarão todas essas informações conjuntamente.

Marco Maia posiciona o Legislativo como um dos que mais oferece condições, em todo o Brasil, para o acesso ao deputado por meio da cibercultura.

⁶⁹ Informação verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 124.

⁷⁰ CIDADE VERDE. Projeto de Lei estabelece regras para compras coletivas no Piauí. Teresina, 28 fev. 2012. Disponível em <<http://www.cidadeverde.com/projeto-de-lei-estabelece-regras-para-compras-coletivas-no-piaui-95645>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

Se você fizer uma pesquisa com todas as Assembleias, eu acho que nós somos uma das Assembleias que oferece mais condições nessa área para os deputados e para os cidadãos. Eu conheço as Assembleias de São Paulo, Goiás, Pernambuco, e acho que até por esse aspecto em relação à notícia que existe aqui, eles se preocupam mais com isso. Eles hoje têm a preocupação de colocarem as assessorias para estarem monitorando os portais de notícia (Informação verbal)⁷¹.

Essa é uma revelação importante feita por ele: a preocupação e a utilização dos recursos de informática disponibilizados pela Alepi para a busca de notícias e informação é muito maior que para a comunicação com os cidadãos. E mesmo tendo as ferramentas necessárias para isso, provavelmente “eles não teriam tempo para utilizar isso diariamente” (Informação verbal)⁷². E aqui, nos cabe fazer uma breve distinção entre os termos comunicação e informação. Começemos a pensar, portanto, a partir das etimologias das duas palavras: 1) comunicação: ato de se comunicar, do verbo latim *communicare*, que significa “por em comum, repartir, dividir alguma coisa com alguém”, tem sua origem na palavra *communis*, que significa “comum, que pertence a vários ou a todos, público, geral”, que por sua vez dá origem a várias outras palavras como *commune* (comunidade, o povo, o Estado), *communitas* (comunidade, conformidade), *communiter* (juntamente, em comum), *communionis* (comunhão, participação mútua, conformidade), entre outras. 2) Informação do latim *informare*, significa “dar forma a, formar, fabricar”. A palavra dá origem ao substantivo *informatio* ou *informationis*, que é a ação de formar ou que pode significar representação⁷³. No modelo *funcionalista*⁷⁴ de comunicação esses dois termos se confundem e relacionam-se com a “*transmissão*” de mensagens (BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 63).

Neste trabalho, contudo, queremos utilizar a ideia indicada por Pross e aproveitada por Norval Baitello Junior (2005 a; 2005b) e Maurício Ribeiro da Silva (in BAITELLO JUNIOR, 2005) de que a comunicação baseia-se no vínculo de um ou mais “corpos” e de que o processo está para além do meio, de que esse processo seja a construção de vínculos ou a ponte entre dois espaços distintos. A informação, porém, representa, como no latim, a intenção de formar ou dar forma. Não se trata

⁷¹ Informação verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 127.

⁷² Informação verbal, Marco Maia, Teresina, 14 ago. 2012, p. 126.

⁷³ Todas as palavras em Latim deste tópico foram retiradas de BUSARELLO, Raulino. Dicionário básico latino-português. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

⁷⁴ Do pensamento funcionalista de que o “meio é a mensagem” de McLuhan (BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 63).

do vínculo entre *corpos*, mas da interferência direta de um *corpo* sobre outro ou sobre um objeto, que se manifesta na forma de divulgação, manipulação, convencimento, publicidade etc.

É importante ressaltar que essa é uma constatação de um fenômeno que também extraímos posteriormente nas entrevistas com os deputados. A relação dos meios de comunicação, em especial a Internet, e a produção e apropriação das informações, é relacionada como a forma mais importante de utilização. Por muitas vezes, confundiu-se o termo comunicação com informação, ou vice-versa, e em outras vezes, mesmo que não houvesse a confusão dos termos, havia um desinteresse claro do uso do meio para a comunicação, principalmente, aquela direta com os cidadãos. Entendia-se, quase sempre, que os meios de comunicação devem ser utilizados para informar⁷⁵. Apesar de no entendimento *funcionalista* haver essa confusão entre os termos, e aparentemente, esse seja o entendimento dos deputados, nossas perguntas eram claras naquilo que queriam extrair dos entrevistados. Duas perguntas, principalmente, faziam essa distinção: 1) “De que forma, considerando todas as formas de comunicação, Vossa Excelência prefere se comunicar com o cidadão?”. Essa era uma pergunta que pressupunha um vínculo, comunicar-se *com* alguém, não fazer sozinho e sim *com* a outra pessoa. Outro fator é que fomos claros ao considerar “todas as *formas* de comunicação”. 2) “Por qual meio de comunicação Vossa Excelência acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E da sua atuação?”. Nessa pergunta também há a clareza de que não existe nenhum vínculo, mas o interesse em *saber* ou se *informar*. E esta pergunta deixa claro que existe, ao contrário da pergunta anterior, a interferência de um meio. As duas perguntas são claras em seus interesses, em uma queríamos saber se eles criam esses vínculos com os cidadãos, na outra, que meios favorecem a informação sobre as suas atuações.

⁷⁵ Essa discussão nos faz lembrar Jean-François Lyotard (1988, p. 28-29): “Expondo-se este problema em termos simples de teoria da comunicação, se estaria esquecendo de duas coisas: as mensagens são dotadas de formas e de efeitos bastante diferentes, conforme forem, por exemplo, denotativas, prescritivas, avaliativas, performativas, etc. É certo que elas não operam apenas na medida em que comunicam informação. Reduzi-las a esta função é adotar uma perspectiva que privilegia indevidamente o ponto de vista do sistema e seu único interesse. Pois é a máquina cibernética que funciona pela informação, mas, por exemplo, os fins que lhe são dados quando de sua programação provêm de enunciados prescritivos e avaliativos que ela não corrigirá no curso do funcionamento, por exemplo, a maximização de suas *performances*”. E isso, é o que se pode constatar em alguns casos, se não na maioria deles, que muitas dessas informações em *sites*, *blogs* ou *microblogs*, ou como chama Lyotard, mensagens, são de promoção pessoal, sem a busca do vínculo, mas apenas da informação a fim de maximizar suas *performances*.

Outro aspecto importante revelado pela entrevista com o diretor de TIC da Alepi, com os deputados e com os cidadãos, é a relação que os deputados têm com o tempo e com os compromissos. Para muitos deles, a comunicação com o cidadão pode se tornar uma “perda de tempo”. Para um dos jornalistas entrevistados, com mais de 47 anos de profissão e de acompanhamento do *campo político*, essa é uma característica da modernidade, que não atinge apenas os políticos, mas toda a sociedade.

As pessoas, e isso vem do parlamentar, do político, do empresário etc, já estão tão acostumadas a essa troca de favores, a esse toma lá, dá cá, que se você chega sem se identificar, sem dizer quem você é, ele já olha assim e no íntimo ele já pensa: **Por que eu vou parar para perder tempo com esse cidadão** que eu não sei nem quem é? Se ele não sabe a finalidade da pergunta que você está fazendo. Às vezes a pergunta é muito importante e se destina a uma função muito mais nobre ainda, mas ele não tem poder de absorver aquilo. **Resultado, ele simplesmente perde a oportunidade de se comunicar, ou de fazer uma comunicação da maior importância para a sociedade, por que ele acha que vai perder tempo.** A mesma coisa **o mundo moderno** está impondo ao empresariado. O empresário só para pra conversar com a pessoa se ele souber do que se trata (se tem perspectivas de negócios, se ali dá uma troca), digamos assim. É o toma lá, dá cá. Eu só lhe dou isso, se você me der isso. **Mas a sociedade está em um automatismo tão grande, numa correria tão terrível que a pessoa não para para escutar. Às vezes a pessoa pode estar dizendo uma coisa que pareça ser insignificante, mas aquilo tem um conteúdo por traz muito grande principalmente para o político, que às vezes reflete um problema social da maior importância, mas nem sempre ele para para escutar, aquilo que é da maior importância para ele** (Informação verbal, grifo nosso)⁷⁶.

A visão deste jornalista é muito importante por ser um reflexo das mudanças do mundo contemporâneo na perspectiva de um profissional que acompanha o campo político há mais de quatro décadas. Não há dúvidas de que Piauí possua um hibridismo cultural muito forte, principalmente pela presença de uma cultura ainda, aparentemente, pré-moderna em algumas cidades, moderna em outras e de uma pós-modernidade muito forte nas cidades mais desenvolvidas economicamente. Porém, a percepção de que na contemporaneidade (para o jornalista, a modernidade) as pessoas estejam muito mais voltadas para a *velocidade* e para o individualismo nos faz entender que mesmo em uma cultura local e híbrida como a do estado do Piauí, essas características sejam as mais fortes na sociedade. Este é um aspecto que poderemos abordar mais adiante, ainda neste capítulo.

⁷⁶ Informação verbal fornecida pelo “Jornalista 1” em entrevista. No apêndice deste trabalho, p. 134.

3.2.1. Entrevistas com os deputados

É importante ressaltar que nessa fase da pesquisa já existia um mapeamento prévio de todos os sites, *blogs* e *microblogs* dos deputados estaduais do Piauí, o que reflete uma característica da inserção ou não deles na cibercultura. Outro aspecto importante a ser ressaltado, é que o acesso aos deputados não é fácil. Não se sabe se porque eles não querem “perder tempo”, como dito anteriormente, ou se não existe o interesse nessa comunicação com os cidadãos. Muitas tentativas de comunicação por e-mail foram realizadas para agendamentos de “audiências” (como dito no campo político) com os parlamentares antes de nossa presença na Alepi, mas todas sem êxito, o que dificultou nosso acesso a alguns deputados.

A primeira impressão que tivemos, antes mesmo de buscarmos os sujeitos da pesquisa, é que deputado não gosta de responder e-mail. Mas, obviamente, continuamos nossa pesquisa, mesmo sem a certeza de que conseguiríamos entrevistá-los.

Como já dissemos anteriormente, ao chegarmos à Alepi percebemos que aquela casa legislativa era completamente informatizada e que a falta de resposta dos deputados não se dava por uma ausência dos recursos de informática, tampouco pela pouca oportunidade de contato dos parlamentares com esses recursos. Na realidade, o diretor de TIC da instituição nos revelou que existe uma equipe à disposição dos deputados para auxiliá-los no que for necessário, desde pequenos cursos de informática, a problemas que venham a acontecer em seus computadores nos gabinetes e no plenário. Portanto, os deputados dispõem de recursos e de uma assessoria da instituição que podem lhes auxiliar na sua comunicação com os cidadãos; a falta de resposta de nossos e-mails se deu por outro fator não compreendido antes das entrevistas.

É interessante, que após essa introdução à análise dos deputados, recordemos o objetivo de nossa pesquisa: investigar a comunicação entre governantes e governados por meio da Internet. Para isso, além de toda a pesquisa bibliográfica com base em investigações sobre democracia, sociedade, cultura, cibercultura e pós-modernidade, que nos trouxeram um embasamento teórico mais aprofundado sobre o tema, e após um mapeamento de todos os sites de deputados, em especial os *blogs* e *microblogs*, que permitem uma interação em tempo real

entre governantes e governados, realizamos as entrevistas com roteiros estruturados com perguntas abertas.

As entrevistas foram feitas com dois deputados estaduais e com um deputado federal, que apesar de não fazer parte da Assembleia Legislativa do estado do Piauí, compõem a bancada federal de representantes daquele estado. Entendemos, portanto, que mesmo como deputado federal, ele deveria ser contemplado por nossa pesquisa e que isso apenas enriqueceria nosso trabalho. E o primeiro aspecto importante analisado por nossa entrevista é que todos os entrevistados mantinham laços de parentesco com políticos e/ou ex-políticos. Todos pertenciam à segunda geração de políticos na família, inclusive, tendo mais parentes atuando no campo político atualmente. Na verdade, essa situação é totalmente compreensível, se analisarmos o exemplo da Assembleia Legislativa do Piauí, dos 30 deputados efetivos, 20 tem algum laço de parentesco de primeiro ou segundo grau.

Este aspecto, que apesar de não revelar muito sobre a comunicação direta entre deputados e cidadãos, pode ser útil para o entendimento da formação do *campo político* no estado. Como já dissemos no segundo capítulo deste trabalho, a escolha de um representante político deve ser um ato que exprima os desejos, anseios e necessidades dos sujeitos que o escolhem. A manifestação a favor de um nome, seja ela direta ou indireta, pressupõe um processo de comunicação. A escolha em torno de várias pessoas da mesma família por um longo período tem um significado, mas preferimos abordar este aspecto mais adiante.

Assim como todos os outros sujeitos da pesquisa, os deputados não trouxeram uma definição única sobre democracia.

Democracia é o voto. A liberdade do voto. Hoje, até analfabeto pode votar. Isso é democracia. Você não vê aí o exemplo do Collor de Mello? Sofreu *impeachment*, mas voltou... é senador. E tem gente que pensa que tá votando no pior. Isso é democracia (Informação verbal, Deputado A).

É um regime onde o povo tem liberdade e isonomia para a escolha dos seus representantes. As decisões mais importantes da cidade, do estado ou do país são tomadas pelos representantes, eleitos de forma livre pela população. Definição: é a liberdade de escolha que a população tem (liberdade) para votar em seus candidatos e nos seus representantes (Informação verbal, Deputado B).

É um regime político (uma forma de governo), onde há a participação de todos, onde todos têm igualdade de participação no processo eleitoral, no processo de decisões políticas (Informação verbal, Deputado C).

De fato, essa definição confundiu-se por algumas vezes com a ideia de liberdade e voto. Podemos perceber que um dos deputados se apoia em fatos históricos para definir democracia e confunde a própria democracia com a situação atual do *campo político*. Para esse deputado, e isso se pôde constatar no decorrer da entrevista, a democracia é definida pela conquista de direitos por parte das minorias, que não tinham direitos políticos no passado, e liberdade de expressão.

Hoje o Brasil é mais democrático. A pessoa vai ao meio de comunicação e fala o que quer, diz o que quer e não tem problema. No meu entender não. Não sei se isso acontece em todo o mundo, *né?! É um regime aonde a população tem força e onde o poder está na maioria da população. Você vê no passado. No passado as mulheres não votavam. Essa é uma conquista recente das mulheres. Até os analfabetos, que não tinham direito a voto, hoje têm* (Informação verbal, Deputado A).

Na verdade, o que se percebe é que não há consenso entre os deputados na definição de democracia, mas todos acreditam que a mesma só se exerce por meio da representação. Ao serem questionados sobre a possibilidade de uma sem a outra, os parlamentares foram unânimes em responder que isso seria impossível. Todos, claramente, não entenderam o teor da pergunta; um deles chegou a afirmar que não existe democracia sem representação.

Não... não tem democracia sem representação (Informação verbal, Deputado A)

Eu acho que em qualquer sociedade organizada a representação é a forma mais racional de decidir o destino de um povo. Então, quando você vive em família ou quando você vive em outros ambientes, até mesmo no seu local de trabalho, quando o número de pessoas é menor, mais reduzido, todas as pessoas podem tomar a decisão de forma coletiva. Num ambiente como uma cidade, ou quando se começa a ampliar a quantidade de pessoas envolvidas essa tomada de decisão vai ganhando um grau de dificuldade cada vez maior. Porque vai se tornando difícil ouvir a todos e ter um entendimento único sobre a decisão a ser tomada. Então, eu acredito que a forma mais sensata e mais racional e que teoricamente vem se comprovando como a mais adequada é justamente a democracia representativa (Informação verbal, Deputado B).

Não! Democracia é toda ela representada. Não há democracia sem representante. Eu acho que todo lugar do mundo, a democracia tem seus representantes, tanto no Poder Executivo, quanto no Poder Legislativo (Informação verbal, Deputado C).

A clareza da resposta do “Deputado B” demonstra que a ideia de representação se desenvolve na expansão espacial das sociedades. Essa ideia está presente no primeiro capítulo deste trabalho quando se discutiu sobre a democracia desde a Antiguidade. Ao falar sobre a forma mais “racional” deste governo, o

deputado nos remete à sua ideia moderna e, provavelmente, à ideia de que atualmente o *campo político* não discuta novas formas políticas ou novos modelos democráticos. Sua ideia de que a democracia representativa se desenvolva na dificuldade de comunicação direta com os cidadãos nos remete novamente à ideia de Rousiley Maia de que os meios de comunicação, em especial a Internet, possam possibilitar a criação de uma nova forma de democracia. Mas o que eles pensam sobre isso? Essa foi uma de nossas perguntas.

Eu tiro por mim. Todos os dias eu visito associação de moradores, associação de bairros, amigos... aqui na capital e no interior do estado. Além de usar rádio, televisão como forma de comunicação. E isso é possível não só no Piauí, mas no Brasil e no mundo (Informação verbal, Deputado A).

Eu acho que sim. Tudo é possível. E, sobretudo, diante dos avanços tecnológicos que essa nossa geração tem vivenciado. Agora, muita coisa tem que se avançar para a gente ter realmente a convicção, a certeza da legitimidade dessas manifestações. Porque da mesma forma que ela possibilita esse canal de comunicação, de interação, é uma ferramenta que muitas vezes é desvirtuada. Você vê, naturalmente, determinados seguimentos que criam personagens dentro da Internet e que buscam criar um clima, um ambiente, em prol de determinada causa, que tem uma “capa” de legitimidade, mas que por trás dá para se perceber em vários momentos da história recente, que houve uma condução ou uma indução para aquela manifestação. Quando você, efetivamente, tiver a certeza de que aquelas manifestações são legítimas e que elas estão vindo da manifestação livre de cada uma das pessoas, individualmente, e de que não seja uma criação de personagem dentro da Internet para criar um clima, eu acho que é um caminho. E também acho que esse filtro tende a acontecer naturalmente até pelos excessos que vem acontecendo pela Internet. A Internet é uma coisa fantástica, fabulosa, mas que tem esse viés e que tem que ser tratado, inclusive pelos políticos. Pela Câmara Federal e pelo Senado Federal que tem que disciplinar um pouco mais, não no sentido de censurar, mas no sentido de coibir excessos e coibir práticas delituosas (Informação verbal, Deputado B).

É possível em qualquer lugar do mundo. Claro que quanto mais desenvolvido, maior o percentual da população que tenha acesso à Internet, quanto menos desenvolvido, menor. Mas a tendência é universalizar, uma vez que o computador e a Internet cada dia mais ficam mais popular, mais baratos, permitindo assim o acesso de todos. É verdade que hoje não temos, mas a tendência no futuro é universalizar. Não! Votar não. Porque o regime democrático não permite, ele tem que ser participativo na escolha dos seus representantes e poderá ser participativo, como existe hoje lei de iniciativa popular, como a lei de ficha limpa, com um milhão e meio de assinaturas, esse é um exemplo de lei participativa (Informação verbal, Deputado C).

Percebe-se que todos os deputados concordam que a Internet possa, no futuro, ser utilizada como ferramenta de auxílio para a participação nas ações políticas. Mesmo que concordem que pontos como a desigualdade social e a

legitimidade das manifestações na Internet sejam anuências para a exclusão de boa parte da sociedade das discussões políticas e, portanto, um obstáculo, não duvidaram que, no futuro, isso seja possível. Porém, nenhum deles atribui à sociedade a capacidade de fazer isso sozinha, por meio da Internet, sem a representação política. Todos concordam que a Internet seja um apoio, mesmo que atualmente não a estejam utilizando plenamente. Dos três deputados entrevistados, apenas dois declararam utilizar a Internet como meio de comunicação direta com os cidadãos. Mas, ao serem questionados sobre qual o meio de comunicação que preferiam para se comunicar com o cidadão, todos recordaram, em primeiro lugar, da televisão⁷⁷ e do rádio, somente depois citaram outros meios, mesmo que não os utilizassem.

Pela televisão, pelo rádio, pela Internet... hoje tem *Facebook*, tem *Twitter*... (Informação verbal, Deputado A).

Sem duvida nenhuma os meios de comunicação de maior alcance são os meios de comunicação de massa. A televisão e o rádio. Talvez não os mais adequados por que o tempo que se tem disponível nesses meios de comunicação são tempos normalmente limitados, mas sem dúvida nenhuma são os que têm maior alcance e aquele que a informação chega ao mesmo tempo para o maior número de pessoas possível. Então acredito que são a televisão e o rádio (Informação verbal, Deputado B).

Quando eu comecei a comunicação era muito mais difícil, hoje a comunicação é muito mais fácil e mais rápida, através da Internet, da televisão, do rádio, dos jornais, dos portais de notícias, dos blogs e das redes sociais. Então, nós temos inúmeros meios de comunicação nos dias de hoje. E a maioria deles é de comunicação on-line (Informação verbal, Deputado C).

E este é um dos pontos em que percebemos uma confusão entre as palavras comunicação e informação⁷⁸. Como dito anteriormente, na análise da entrevista com

⁷⁷ Segundo Muniz Sodré (2010, p. 23) a *televisão* permite a perpetuação de um *monólogo*, ou mesmo, de um discurso erístico que impossibilita a *troca* e que centraliza o poder na fala do “emissor”. “O discurso erístico anula a *troca* fundamental da comunicação, já que o propósito do falante é falar sozinho”. E muito provavelmente esse seja o motivo principal para os deputados preferirem a TV e o rádio, porque nestes meios não está implícita a possibilidade de interação.

⁷⁸ Muniz Sodré (2010, p. 24-28) também fala sobre essa confusão entre informação e comunicação. Para o autor, é no *diálogo* que a comunicação se revela como *troca*, na medida em que incorpora o discurso de todos que participam da comunicação e não apenas do “emissor”. Na sua concepção, a informação é exatamente o inverso disso. “Nesta é praticamente absoluto o poder de quem fala sobre quem ouve, pois, na relação instituída pelos modernos meios de informação, falar é um ato unilateral. Na realidade, a abolição, da distância geográfica pelas telecomunicações, implícita na noção mcluhiana de ‘aldeia global’, serve de álibi para a distância instituída pela unilateralidade da relação entre emissor e receptor.” E esse, talvez, seja um dos pontos mais importantes revelado por nossa pesquisa, os governantes, aqui representados pelos deputados piauienses, parece não reconhecerem essa diferença. A unilateralidade da informação, para eles, torna-se comunicação pura.

o diretor de TIC da Alepi, por muitas vezes confundiu-se esses termos e, em outras, mesmo que não houvesse clareza no entendimento, ocorreu um desinteresse claro do uso da comunicação direta com os cidadãos. Na visão destes deputados, na maioria das vezes, os meios de comunicação são utilizados com a finalidade de informar, mesmo que estes permitam uma interação com os cidadãos. E essa é uma característica possível de surgir, conforme comentamos em nossa pesquisa bibliográfica (segundo capítulo), quando mostramos que, para Castells *apud* Pinho (2008, p. 476), “governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônicos para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real.”

Eu também tenho um site por onde divulgo minha atuação e também participo de uma rede social para divulgar minhas ações e me manifestar sobre determinados temas (Informação verbal, Deputado B).

O interesse em informar foi uma das características mais presentes em nossas entrevistas com os deputados, além da necessidade de *velocidade* e *visibilidade*. Para os dois parlamentares que responderam ter sites ou *microblogs* na Internet, essas foram as peculiaridades mais presentes em suas respostas.

Eu acredito que a sociedade tem um dinamismo grande e são novas ferramentas que apareceram e estão a disposição. **E isso se trata de imagem.** E quem tem necessidade de se comunicar, deve aderir. Eu quero continuar me comunicando com o maior número de pessoas possível. Para tanto, eu tenho que me valer de todas as ferramentas que estão disponíveis. **Às vezes a gente tenta, mas a gente tem que se utilizar de todas as formas e todos os meios para atingir o maior público possível** (Informação verbal, Deputado B, grifo nosso).

Pela rapidez com que ela chega àqueles que aderirem também a este meio de comunicação (Informação verbal, Deputado C, grifo nosso).

É evidente que a resposta do “Deputado B” não se trata de uma necessidade de se comunicar com os cidadãos, mas de que a sua atuação seja vista pelo maior número de pessoas. E aqui podemos perceber a presença do “imperativo da visibilidade”, ideia de Paula Sibilia (2003), da qual tratamos no segundo capítulo deste trabalho. Como já dissemos, na cibercultura, a presença do “eu” político parece ser constantemente necessária para uma confirmação de sua existência. Isso porque cada vez mais a sociedade baseia a lógica de suas vidas no entrelaçamento do real com o mundo virtual. Porém, deveremos retomar esse assunto mais adiante, em nossa análise das entrevistas com os cidadãos.

Essa ideia da presença do “eu” político na Internet, porém, não garante a visibilidade das identidades políticas. Entretanto, ao serem questionados se acreditavam que seu contato com os cidadãos havia aumentado depois de sua adesão à Internet (mesmo que saibamos que a palavra “contato” possa criar uma confusão no momento da pergunta, a resposta dos deputados demonstra qual o seu maior interesse), os dois deputados mostraram que a visibilidade aumenta e mesmo que não aumente, significa uma tentativa.

É difícil de precisar, porque nós não temos como avaliar se as pessoas que acessam a Internet, ao meu site, são as mesmas ou não daquelas que me acompanham na televisão, no rádio, ou até que eu tenha um contato pessoal direto. Mas eu entendo que é mais um canal e nós temos que nos valer de tudo (Informação verbal, Deputado B).

Aumentou sim. O pessoal sabe rapidamente daquilo que você está fazendo (Informação verbal, Deputado C).

E, novamente, demonstra-se que a informação é o foco principal dessa presença dos deputados na Internet, mesmo que em alguns momentos da entrevista o “Deputado B” tenha afirmado que utiliza a Internet para dialogar e interagir, fica claro seu interesse maior em todas as outras respostas. Esse não é um julgamento dos objetivos dos deputados, no qual, devemos dizer que suas respostas estejam certas ou erradas, mas são nuances que percebemos em um contexto geral, tanto nas respostas, como por meio da percepção do entrevistador, ou seja, no contexto geral da entrevista e na pesquisa ao site e *microblog* do parlamentar. Apesar do “Deputado B” haver comentado que a rede social permite um diálogo e uma interação com os cidadãos e que seja uma prática sua, não foi o que foi constatado pela nossa pesquisa nos últimos seis meses de utilização da ferramenta. O deputado, que possui conta no *Twitter*, mas que dificilmente o utiliza, tem usado o meio para divulgar sua atuação parlamentar, bem como para divulgar notícias de seu interesse. Porém, a última vez que utilizou foi em outubro de 2012 (somente uma vez), para divulgar um resultado de pesquisa de opinião pública da campanha eleitoral⁷⁹. No segundo semestre de 2012, meses em que foram realizadas pesquisas nos sites, *blogs* e *microblogs* dos deputados, constatou-se que o parlamentar em questão tem apenas duas postagens⁸⁰ e, em nenhuma das duas foi

⁷⁹ A última verificação do *microblog* do deputado foi no dia 27 de novembro de 2012.

⁸⁰ Ato ou efeito de postar. Postagem, utilizado neste trabalho, vem de *post*, palavra utilizada na Internet para descrever o ato de escrever e publicar um texto em um *blog* ou *microblog*.

utilizada para interação ou diálogo, mas apenas para divulgar notícias de seu interesse. Seu site, no entanto, é atualizado constantemente por seus assessores, como afirmou na entrevista, quando perguntado quem “alimentava” seus canais de comunicação na Internet.

Na rede social eu mesmo. No meu site nós temos uma assessoria de comunicação que é quem publica as matérias e a atuação parlamentar (Informação verbal, Deputado B).

Percebe-se, portanto, que mesmo que os deputados afirmem que seus canais de comunicação na Internet sirvam para uma interação direta com os cidadãos, essa comunicação na realidade se transverte em informação de interesse do deputado e com o intuito de formar a opinião dos cidadãos que acessam seus canais de comunicação na rede mundial de computadores. A presença das assessorias, ou seja, de moderadores, na construção dessas informações, é outro fator importante para nossas considerações finais neste trabalho. Contudo, vejamos no próximo tópico a análise das entrevistas com os cidadãos.

3.2.2. Entrevista com os cidadãos

É importante ressaltar que este trabalho prevê a análise de duas categorias: governantes e governados. Aqui, representados por deputados e cidadãos do estado do Piauí. Porém, é evidente que pela categoria cidadão podem-se compreender todos os cidadãos daquele estado. Portanto, nos coube uma subdivisão da categoria.

Inicialmente, escolhemos um número e aleatoriamente entrevistáramos pessoas daquele estado. No entanto, percebemos o erro metodológico na construção do nosso *corpus* e buscamos novas formas para selecionar e subdividir essa categoria. Obviamente, estamos considerando que “a busca não é pelos números, mas pelos significados” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 106). Considerando, então, a ideia de Chantal Mouffe (1999, 2001, 2003), de que a democracia se desenvolve no respeito à pluralidade e ao antagonismo, ou seja, ao “pluralismo agonístico”, subdividimos os cidadãos em vários grupos, que representam *minorias* e a pluralidade de nossa sociedade: estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos, representantes de classe e de bairros. Essas

subcategorias representam não só o que os cidadãos piauienses pensam na atualidade, como apresentam diferentes visões, enriquecendo assim os dados de nossa pesquisa. Foi decido que entrevistáramos pelo menos um representante de cada um dos grupos. Dessa forma, entrevistamos oito estudantes e, para isso, contamos com a ajuda da Coordenação do curso de Administração da Universidade Estadual do Piauí; três profissionais liberais, dois jornalistas e um advogado/professor universitário; um funcionário público; um representante de classe, representando os estudantes; e um representante de bairro.

O primeiro ponto que gostaríamos de ressaltar, assim como da análise dos deputados, é a definição de democracia por parte dos cidadãos. Iniciaremos apresentando as visões dos dois jornalistas do grupo dos profissionais liberais, pois além de fazerem parte do mesmo grupo e compartilharem a profissão, pressupõe-se que tenham a mesma visão ou pelo menos semelhante sobre o assunto.

Eu acho democracia um conceito muito lato. Porque as pessoas confundem inclusive democracia com liberdade para fazer tudo, inclusive o mal. Não é por aí. Eu acho que democracia é um regime de muita liberdade, um regime essencial para se viver, mas exatamente por ser um regime de muita liberdade e muito bom para se viver é que ele estabelece inclusive regras subliminares para a formação do caráter da pessoa. Aí sim, você vai saber quem é o bom ou mau cidadão no regime democrático, por que ele não está fazendo nada obrigado, ele está fazendo espontaneamente, aí você pode delimitar qual o bom e qual o mau caráter (Informação verbal, Cidadão - Jornalista A).

Democracia eu vejo como um processo que ainda segue em construção no Brasil. A gente tem avançado em diversos pontos, mas que precisa ser aperfeiçoado. Mas é um processo essencial para que a gente possa ter um processo político, um processo eleitoral, um processo de transformação, atendendo os direitos da sociedade.

Além de você possibilitar que as pessoas se manifestem, conceder liberdade às pessoas e aos seus políticos é uma forma dos nossos representantes estarem administrando nosso país (Informação verbal, Cidadão - Jornalista B).

Novamente nos deparamos com a indefinição no termo democracia. E, dessa vez, assim como no caso dos deputados, são pessoas da mesma categoria, do mesmo grupo e que tem a mesma profissão, de quem se esperaria que compartilhassem das mesmas ideias ou pelo menos semelhantes quanto ao assunto. Na realidade, o que se vê são definições superficiais por parte dos dois entrevistados, porém, com declarações interessantes. Por parte do “Jornalista A”, a democracia “estabelece inclusive regras subliminares para a formação do caráter da pessoa”, vê-se que não é uma opinião infundada. Assim como não é a afirmação do

“Jornalista B” de que a democracia ainda está em processo de construção. Portanto, apesar de serem declarações superficiais, são respostas que de alguma forma definem a democracia na contemporaneidade. E isso foi constatado quando buscamos no outro sujeito do grupo de profissionais liberais, representado pelo “Advogado/Professor Universitário”, que também traz em sua resposta características daquilo que ele presencia na democracia atualmente.

Democracia pra mim, na etimologia da palavra, é o governo do povo. Mas um governo do povo entre “aspas”, porque no momento que a população vota, ela transmite esse poder que ela tem para os deputados e os deputados fazem mau uso desse poder (Informação verbal, Cidadão – Advogado/Professor Universitário).

Aparentemente, essa é uma observação pessoal do significado de democracia, mas representa a forma como esse sujeito vê a política na contemporaneidade. É possível observar que entre a declaração do “Jornalista A” e do “Advogado/Professor Universitário” são detectadas insatisfação pessoais na definição da democracia, e também, que não há nenhum ponto de correspondência entre as respostas. A mesma coisa percebe-se na fala dos demais entrevistados. Vejamos, portanto, aquilo que pensam os “cidadãos – estudantes”.

Governo do povo (Informação verbal, Estudante A).

É um regime de governo em que o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos (Informação verbal, Estudante B).

A democracia ocorre quando há influência do povo nas decisões do governo (Informação verbal, Estudante C).

Seria um governo no qual o povo governa junto com seus eleitos (Informação verbal, Estudante D).

Seria uma forma de governo que o povo teria participação, com liberdade de se expressar e manifestar suas opiniões (Informação verbal, Estudante E).

Democracia é a participação do povo na construção do seu país (Informação verbal, Estudante F).

Pode ser definido como o poder que emana do povo, onde a proposta vencedora deriva da maioria votante (Informação verbal, Estudante G).

Democracia é o cidadão viver tendo o direito de fazer o que sua consciência pede, sem que ninguém o obrigue a fazer diferente, desde que, o que sua consciência peça, não prejudique os direitos de outros (Informação verbal, Estudante H).

Essa *indefinição* e as observações pessoais que constatamos anteriormente são ainda mais presentes quando entrevistamos um grupo maior, como é o caso dos “cidadãos – estudantes”. Entre oito estudantes do mesmo curso, da mesma universidade e do mesmo estado, não encontramos sequer duas definições idênticas no conteúdo, ou mesmo, que tenham um único sentido. Porém, podemos identificar a presença de diversos elementos intercessores entre as várias respostas. Como, por exemplo, a presença da ideia de “povo” interferindo nas decisões políticas. Seis dos oito entrevistados referiram-se a essa ideia; os outros dois trazem outro elemento, o cidadão, um deles dizendo “o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos” (Informação verbal, Estudante B) e, o outro, “o cidadão viver tendo o direito de fazer o que sua consciência pede, sem que ninguém o obrigue a fazer diferente, desde que, o que sua consciência peça, não prejudique os direitos de outros” (Informação verbal, Estudante H). Percebe-se que o “Estudante B” acredita que o poder das decisões está com os cidadãos por meio da representação, enquanto o “Estudante H” diz que a democracia tem a ver com a liberdade que o cidadão tem para fazer o que quiser, desde que não prejudique o outro. São, obviamente, duas características distintas da democracia contemporânea e que não são excludentes. Na realidade, todas as respostas estão mais ligadas a ideia geral de democracia. Poderíamos, inclusive, dizer que está ligada à ideia global de democracia como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, ou aos ideais democráticos. Mas, quando perguntados se o Brasil hoje é um país muito ou pouco democrático, percebemos aquilo que a democracia representa para cada um deles. Trouxemos, então, até para ser mais breve, a análise apenas de cinco falas, que no geral trazem um pouco mais de conteúdo e de sentido para nosso trabalho.

Pouco. Porque, em geral, os que têm o poder de tomar decisões são aqueles mais favorecidos economicamente (Informação verbal, Estudante A).

Pouco democrático, já que a população é manipulada por tão pouco (Informação verbal, Estudante B).

Considero o Brasil pouco democrático, pois as leis são elaboradas, na maioria das vezes, por políticos e ainda assim não levam em consideração o bem comum e essencial à sociedade, como: saúde, educação, segurança, saneamento, moradia. Não interessa ao governo as sugestões do povo, evitando assim custos aos cofres públicos (Informação verbal, Estudante C).

O Brasil é um país pouco democrático. Porque o povo não tem voz; pra mim a democracia no Brasil é uma utopia (Informação verbal, Estudante E).

Pouco, pois nós cidadãos cobramos pouco do poder público (Informação verbal, Estudante G).

Todos dizem que o Brasil é pouco democrático e justificam suas respostas. Apesar de destacarmos apenas cinco falas, todos os entrevistados concordam e praticamente revelam a mesma ideia, que se desenvolve a partir do *poder*, da *manipulação*, da *isegoria* e da ideia de estagnação ou poderíamos mesmo adotar a ideia de Baitello Junior (2005 a), já explicada no segundo capítulo, de *sedação*. Para os “cidadãos – estudantes”, aquilo que a democracia representa e o que ela verdadeiramente é (ou seja, como eles conseguem interpretá-la interferindo diretamente em suas vidas) são duas coisas completamente distintas. Enquanto para a grande maioria, na definição de democracia, a ideia de que o “povo” interfere nas decisões políticas se apresenta quase que da mesma forma, em suas respostas sobre a democracia no Brasil apresentam exatamente o inverso. Um exemplo seria o “Estudante B”, que diz que nela “o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos”, mas, ao ser questionado sobre a situação brasileira, considera que exista pouca democracia, “já que a população é manipulada por tão pouco”. Certamente, essa manipulação à qual ele se referiu está em vários aspectos da vida dos cidadãos, mas da forma como disse o “tão pouco”, estaria fazendo referência a fatores econômicos. Outro exemplo que poderíamos trazer seria o “Estudante E” quando diz que democracia é “uma forma de governo que o povo teria participação, com liberdade de se expressar e manifestar suas opiniões”, ou seja, com total direito à *isegoria*, porém, em sua avaliação sobre o Brasil, diz que o país é pouco democrático: “o povo não tem voz, pra mim a democracia no Brasil é uma utopia”.

A insatisfação com a democracia brasileira é muito presente nas respostas da maioria dos cidadãos entrevistados, coisa que não se percebe na fala dos deputados. Na verdade, os parlamentares se demonstram satisfeitos ao alegarem que o contentamento deva estar na conquista de certos direitos, como mencionamos anteriormente. Quando partimos, no entanto, para uma análise das entrevistas de cidadãos que representam, de alguma forma, algumas minorias, pensamos sempre que as avaliações sejam semelhantes àsquelas dos deputados, visto que de alguma

forma eles também são representantes dos cidadãos. Vejamos, portanto, as definições de democracia dos cidadãos representantes de classe.

Rapaz, o conceito de democracia é muito complicado. **É um princípio muito bonito na teoria, mas que a gente não conseguiu a plenitude dele na prática. A definição minha pessoal de democracia seria não só na hora de escolher o candidato, mas na hora da atuação parlamentar, na hora de decidir como vão ser os projetos, na hora de decidir até que projeto naquele momento cabe a cada seguimento.** No meu caso como jovem, representante do movimento estudantil, na área educacional, na área de juventude... eu acho que é importante (Informação verbal, cidadão – Representante de classe – Juventude Partidária).

Eu acho que – eu posso até me equivocar um pouco –, mas eu acho que a democracia é uma coisa que eu acho que tem que ser aberta, tem que ser concreta, não pode ser escondida, de jeito nenhum, ela tem que ter o direito de visão, de todos. Você tem que mostrar o que realmente pensa, o que você é, e abordar todo mundo nesse sentido. A transparência, não é? Mostrar a **transparência** (Informação verbal, cidadão – Representante de classe – Movimento Estudantil).

Percebe-se, novamente, a sua insatisfação e mais uma vez apresenta-se um quadro de indefinição no termo democracia. Aspectos como o desejo da presença de segmentos da sociedade na atuação e decisão parlamentar e o desejo de *isegoria* são facilmente encontrados nessa definição, muito provavelmente, porque são aspectos que atingem diretamente cada um dos sujeitos. Outro detalhe interessante está no início da resposta do “Representante de classe – Juventude Partidária”, em que ele apresenta uma dicotomia, já citada neste trabalho como o *potencial* e *uso concreto* no termo democracia. “É um princípio muito bonito na teoria, mas que a gente não conseguiu a plenitude dele na prática.” Certamente são fatores que atingem diretamente a realidade desse próprio cidadão, como se percebe em sua resposta seguinte, mesmo que tenha sido dada em tom de dúvida, quanto à democracia no Brasil.

O Brasil avançou muito na questão da democracia, mas o que falta é a igualdade na hora da candidatura. A gente vê aí, o espaço seria o mesmo, mas o candidato que tem mais dinheiro, a democracia é melhor para ele. Ele consegue chegar mais no povo. O povo tem mais acesso a chegar nele também. E o candidato com menos recursos é mais complicado (Informação verbal, cidadão – representante de classe – Juventude Partidária).

Democracia é o direito de poder escolher seus representantes, de votar, de ser votado, de poder contar com o poder público para a melhoria de nossas vidas. Obviamente, que hoje as coisas estão muito mais difíceis. Nós temos que nos virar em mil pra conseguirmos alguma coisa em nome da coletividade, mas na maioria das vezes conseguimos, depende muito do empenho. As pessoas estão se empenhando pouco na política, se não

fosse a associação muita coisa aqui no bairro não teria sido possível, por que as pessoas não falam nada para os políticos (Informação verbal, cidadão – Representante de Bairro).

Sendo assim, visto que não há uma única definição no termo democracia e que o próprio significante tenha perdido a força, e que tenha assumido vários significados, na maioria das vezes pessoais, determinando assim a impossibilidade de sua realização, retoma-se neste capítulo a ideia de Ernesto Laclau (2011) de *significante vazio*, como dito no primeiro capítulo. Na realidade, retomamos neste capítulo a ideia de Laclau porque percebemos que há uma indefinição no termo democracia. A definição de democracia muito se confundiu com a ideia de liberdade e de direito ao voto. Talvez por conta do processo ao qual o Brasil foi submetido para se chegar a essa forma política. Como já discutido anteriormente, a ideia de democracia é reforçada em relação à sua contraposição à ditadura, que além de ser entendido como um período de ausência das liberdades civis, também é reconhecido pelo autoritarismo e o não direito ao sufrágio universal. Isso implica não somente ao desconhecimento total dos pressupostos da democracia, como da concepção de um ideologia política reconhecida apenas em sua oposição à outra.

Tendo em vista, portanto, que percebemos aquilo que os cidadãos de nossa pesquisa entendem por democracia, iniciemos a analisar nosso objeto principal, condição implicada pela própria teoria democrática, como já vimos anteriormente, a comunicação entre governantes e governados, entretanto, tendo a Internet como ponto principal e analisando-a como *vinculação* e não apenas como uma transmissão de mensagens.

Começemos desta vez analisando a fala dos dois cidadãos representantes de classe. Ao serem questionados por qual meio de comunicação eles achavam que os cidadãos ficavam sabendo da atuação dos parlamentares e por qual meio cada um deles ficava sabendo, as respostas foram muito semelhantes às respostas dos deputados, porém, carregadas de detalhes importantes para entendermos nosso objeto.

Hoje, ainda muito pela TV e jornal, mas já vem crescendo muito a questão das redes sociais. Ainda não é o principal meio de informação, mas já vem crescendo muito e em breve será o primeiro.

O meu pessoal é a Internet mesmo. Pela facilidade de estar na rua o dia todo e ter Internet pelo celular, tem como acompanhar mais pela Internet (Informação verbal, cidadão – Representante de classe – Juventude Partidária).

Televisiva, né? Eu também acho que televisa, mas eu acho que falta é o contato frente a frente. Eu acho que não tem essa comunicação 100% de jeito nenhum. É mais quando ocorre um projeto que deu certo ou uma corrupção que foi descoberta. Mas nada que chame muita atenção do popular, porque eu acho que o social falta muito nessa hora (Informação verbal, cidadão – Representante de classe – Movimento estudantil)

Novamente podemos perceber que a TV é o meio de comunicação que exerce maior influência na sociedade. De fato, 82% dos entrevistados, entre deputados e cidadãos, consideraram esse meio de comunicação o mais influente na divulgação da atuação dos parlamentares. No entanto, percebemos que para 64% deles a Internet já exerce uma grande força nessa divulgação. Quando partimos para a análise somente dos cidadãos quanto aos canais que eles (individualmente) preferem para ficarem sabendo da atuação dos parlamentares (com caráter informativo) descobrimos os mesmos números. Como já falamos anteriormente, a ideia de Muniz Sodré (2010, p. 19) de que a televisão “‘coroa’ o sistema, funcionando como sua última palavra técnica e sua mais sedutora proposta informacional”, permanece atual e com uma grande força no *campo político*. Outro aspecto funcional e não menos importante que o anterior é a presença do celular e da Internet e daquilo que eles representam para o “cidadão – Representante de classe – Juventude Partidária”: “Pela facilidade de estar na rua o dia todo e ter Internet pelo celular”. Nesta frase, percebemos dois aspectos importantíssimos para a cibercultura: a velocidade e o aniquilamento do espaço físico. Esses são aspectos, porém, que vêm contraditos pelo outro sujeito da pesquisa quando diz que “falta é o contato frente a frente”, ou seja, falta a instituição ou a restituição dos *vínculos dos corpos*. Essas características também são presentes nas respostas de outros entrevistados, como na fala do “cidadão – Jornalista B”.

Numa escala de abrangência, eu acredito que a televisão, depois o rádio e ultimamente a Internet. Esses veículos, nessa ordem, são os meios mais fáceis para se saber da atuação parlamentar.

Eu gosto muito de ler jornais, revistas e também, **pra ter a informação de forma mais rápida, mas de forma superficial, eu uso a Internet** (Informação verbal - cidadão – Jornalista B).

Uma característica interessante na fala desse cidadão é que, talvez, pelo uso da informação no desenvolvimento de sua profissão, a informação obtida por meio da Internet é considerada superficial, ou seja, não basta apenas a informação, desenvolve-se logo após uma espécie de vínculo ou com os deputados ou com suas fontes como esclarece o outro cidadão dessa categoria. E essa é uma consideração importante para nossa pesquisa: a utilização da Internet para a obtenção superficial de informações.

Por vários meios de comunicação. Ultimamente a Internet tem sido a mais eficiente, mas pela imprensa principalmente... a imprensa sempre foi o grande veículo desse país para divulgar todo e qualquer acontecimento, principalmente as atividades parlamentares.

Eu fico sabendo de várias maneiras. **Conversas particulares, telefone, a própria imprensa... o jornalista tem muitas fontes** (Informação verbal - cidadão – Jornalista B).

Porém, isso se torna mais evidente quando perguntamos a esses dois cidadãos qual canal de comunicação eles preferem para se comunicar com o deputado. As respostas destes sujeitos, muito provavelmente pelo uso da profissão, são muito semelhantes.

Pessoalmente e por telefone. **Mais é pessoalmente** (Informação verbal - cidadão – Jornalista A).

O contato pessoal ainda é o mais eficiente, porque a gente tem a possibilidade de ver a reação imediata do parlamentar e a partir dali desenvolver novas perguntas. **O diálogo pessoalmente ainda é a melhor ferramenta** (Informação verbal - cidadão – Jornalista B).

E, partindo do pressuposto de que apenas seis dos 15 cidadãos entrevistados disseram manter algum contato direto com os deputados, vejamos de que forma essa comunicação se desenvolve. Cinco destes seis cidadãos disseram “frequentar” os sites, *blogs* e *microblogs* dos deputados, mas todos que afirmaram manter um contato direto com o parlamentar disseram que essa comunicação se desenvolve pessoalmente.

Mantenho sim. Pessoalmente, por telefone etc. O jornalista tem muito contato com suas fontes permanentemente. Eles mesmos procuram a gente para dar dicas disso e daquilo que está acontecendo. **Estabelecem um elo entre o profissional de imprensa e o parlamentar. O político de um modo geral, não só o parlamentar** (Informação verbal, Cidadão – Jornalista A).

Sim. Sempre que estou presente nas seções da Assembleia ou da Câmara Municipal eu tenho esse contato direto. Também na redação do jornal, por contato telefônico e também nas redes sociais. Desde que iniciei a trabalhar com jornalismo político, há uns quatro anos, mantenho esse contato e troco algumas informações com os parlamentares (Informação verbal, Cidadão–Jornalista B).

Sim. Tenho contato pessoal com o deputado que eu voto, que é o “Deputado Y” e com o “Deputado X”. E sempre eu recebo comunicação através do e-mail da atuação de vários deputados. Eu também leio o site da Fundação Perseu Abramo, que é de caráter político. Há muito tempo mantenho esse contato. E ultimamente tenho me comunicado muito pela Internet, faço inclusive críticas. Tenho os e-mails dos deputados e mando sempre e-mails com críticas (Informação verbal, Cidadão – Advogado/Professor Universitário).

Com todos eles. Há seis anos. Pessoal, verbal... e pela Internet só se for para enviar circular (Informação verbal, Cidadão – Funcionário Público).

Mantenho. Com o deputado que eu acompanho hoje há quatro anos. Pela Internet e pessoalmente (Informação verbal, Cidadão – Representante de Classe – Juventude Partidária).

Sim. Temos um deputado estadual e um federal que ajudam nossa comunidade, mas temos contatos com outros deputados. Muitos vereadores vêm aqui também. Com esses deputados temos apenas quatro anos que eles nos ajudam, antes éramos apoiados por outros deputados (Informação verbal, Cidadão – Representante de Bairro).

E mais uma vez o vínculo aparece na resposta dos profissionais, como fazendo parte do trabalho deles. Quando o “Cidadão – Jornalista A” revela que os deputados estabelecem “um elo entre o profissional de imprensa e o parlamentar. O político de um modo geral, não só o parlamentar”, ele está afirmando que existe um *vínculo entre os corpos* constantemente entre essas duas categorias. Uma coisa bastante interessante, coincidentemente ou não, é que este vínculo se estabelece principalmente com os seguintes cidadãos: jornalista, advogado/professor universitário, funcionário público, representante de juventude partidária e representante de bairro. Ao que podemos induzir que esses cidadãos são importantes para os deputados porque estabelecem uma comunicação direta com seus grupos e com o restante da sociedade. Portanto, esse elo, ou mesmo essa comunicação, ou esse vínculo se estabelece apenas com grupos específicos da sociedade, ou mesmo cidadãos específicos. O que nos faz retomar a análise das entrevistas com os deputados e perceber que a preferência pela *informação* ao invés da *comunicação* com os cidadãos tem um sentido. Quando, porém, analisamos as respostas dos estudantes a respeito de seus contatos com os sites, *blogs* e *microblogs* dos deputados, as respostas são exatamente o contrário das respostas dos grupos citados anteriormente: todos os estudantes afirmaram não

“frequentar” nenhum desses canais, apesar de sete dos oito estudantes garantirem ter canais de comunicação na Internet.

Para sabermos, no entanto, como esses cidadãos ficavam sabendo da atuação dos parlamentares, analisemos suas respostas.

A maioria dos cidadãos atualiza-se pela televisão. Eu acompanho pela televisão e portais da Internet (Informação verbal, Cidadão – Estudante A).

Internet, canal eleitoral (Informação verbal, Cidadão – Estudante B).

Por noticiários veiculados a Tv, rádio e jornal impresso. Eu particularmente fico sabendo através de sites especializados na Internet (Informação verbal, Cidadão – Estudante C).

A maioria da população pela televisão. Eu pela Internet (Informação verbal, Cidadão – Estudante D).

Eu e a maioria dos cidadãos pela Tv (Informação verbal, Cidadão – Estudante E).

Internet (Informação verbal, Cidadão – Estudante F).

Pela televisão. Pela Internet (Informação verbal, Cidadão – Estudante G).

O meio mais acessível é a mídia falada e escrita (Informação verbal, Cidadão – Estudante H).

Percebemos que a Internet, para a maioria dos estudantes entrevistados, é o canal por onde se buscam as informações sobre os deputados, apesar de a grande maioria acreditar que é por meio da televisão que os outros cidadãos fiquem sabendo da atuação dos parlamentares. E, novamente, percebemos o *poder notificador* da televisão⁸¹. Entretanto, a Internet aparece como um meio com um grande potencial para a comunicação entre deputados e cidadãos, ou seja, para a criação de um vínculo, que de alguma forma repercutirá na política local, mas quando questionados na prática, os cidadãos, sejam eles representantes de grupos, estudantes, profissionais ou outros, não percebem a Internet como um meio para o estabelecimento desse vínculo. Na prática, essa comunicação ou exerce-se pessoalmente ou cria-se apenas um canal de informação, que parte sempre, verticalmente, de cima para baixo, ou seja, dos governantes para os governados.

É, portanto, uma das conclusões dessa pesquisa a proposta de que a Internet para a constituição da comunicação, como *vínculo* entre deputados e cidadãos por

⁸¹ Para Muniz Sodré (2010) a televisão exerce um poder notificador, remoto e unilateral, articulado com outras formas de monopólio na sociedade moderna, integrando a coalizão globalista do monopólio da fala.

meio da Internet seja potencialmente possível, visto que deputados e cidadãos utilizam cada vez mais esse meio de comunicação. Porém, o uso concreto desse meio desenvolve-se para outro tipo de comunicação que favorece muito mais a informação e a busca de notícias superficiais, ou seja, o prevalecimento do “monopólio da fala”, mesmo que a fala esteja muito mais presente como “escrita”. Mas, visto que alguns deputados disseram utilizar a Internet para se “comunicar” com os cidadãos, tentemos entender, a partir dos cidadãos, de que forma se dá essa comunicação, além do aspecto já levantado anteriormente da comunicação como informação. Quando perguntados se os deputados discutiam ideias ou projetos com os cidadãos, sem mencionar o meio, percebemos novamente uma divisão clara entre os que de alguma forma “representam” outros cidadãos, os que de alguma forma comunicam-se diretamente com os deputados e os demais. Essa diferença percebe-se, principalmente, na resposta de três sujeitos, cada um de um dos grupos classificados nessa pesquisa.

Discutem. Muitos deles discutem. Inclusive eu já fui procurado por parlamentares e administradores também para pedirem sugestões sobre determinados fatos. **Tem muito político que nos procura (nós, jornalistas) para trocar ideias, pedir opinião sobre projetos que eles querem apresentar, pedir sugestões para melhorar projetos...** eu particularmente recebo constantemente (Informação verbal, Cidadão – Jornalista A).

Acredito que não. É difícil... **é o sonho que a gente tem.** Eu acho que a nossa política brasileira ainda não... **a gente sonha com essa democracia, de não só chegar lá e escolher nossos representantes, mas também de discutir com eles os nossos projetos e a gente ainda não amadureceu politicamente nesse ponto aqui no Brasil** (Informação verbal, Cidadão – Representante de Classe – Juventude Partidária).

Não. Por que **através da verdade ele não ganharia seus votos** (Informação verbal, Cidadão – Estudante B).

Segundo o “Jornalista A”, o deputado discute, troca ideias, pede opinião e sugestão sobre projetos, mas deixa claro que isso é algo que acontece com seu grupo, “os jornalistas”, ou mesmo para esse jornalista em particular. O “Representante de Classe – Juventude partidária”, que não acredita que exista esse tipo de comunicação, reforça, não somente o interesse de que isso aconteça um dia, como de que o Brasil ainda não tenha amadurecido politicamente para isso. Entretanto, o “Estudante B” não acredita que exista esse tipo de comunicação entre deputados e cidadãos, e justifica dizendo que “através da verdade ele não ganharia

seus votos”. Essas são três maneiras, totalmente diferentes, de perceber essa comunicação. Poderíamos, inclusive, simplificá-las da seguinte forma: 1) O jornalista, pessoa influente, formador de opinião e responsável pelas notícias que repercutem na sociedade discutem com os deputados suas ideias e seus projetos. 2) O representante de classe, pessoa influente em seu grupo, porém com força de representação, não discute, mas sonha em um dia alcançar esse patamar. 3) O estudante, que neste estudo representa uma grande parte “sem voz” da sociedade, não discute e ainda alimenta uma ideia negativa do político ou do campo político. Essas não são afirmações, mas suposições do que poderíamos entender a partir das respostas dos sujeitos. Na verdade, podemos analisar as respostas, principalmente a do “Jornalista A”, a partir da afirmação de Sodré (2010, p. 21) de que “o aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o Estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a *forma* geral do poder do Estado”. É possível, portanto, propor que no caso do estado do Piauí essa articulação entre o aparelho informativo e o *campo político* seja fundamental para a manutenção do poder.

Perguntados, porém, se a Internet poderia facilitar essa comunicação, os cidadãos reforçam a ideia de que, potencialmente, ela teria como se tornar o meio para facilitar essa comunicação ou a criação desse vínculo.

Com certeza. As proposições que são colocadas nas redes sociais pelos parlamentares sempre têm uma repercussão. Seja elogiosa, seja de crítica, seja ela de sugestão. Mas as postagens feitas nas redes sociais nunca passam em branco. Esse é um canal direto de divulgação para a sociedade (Informação verbal, Cidadão – Jornalista A).

Poderia. Hoje tem ferramentas na Internet que facilitariam muito isso daí. Mas a gente ainda não viu, como eu falei, esse amadurecimento. Eu acho que por falta de vontade política deles (Informação verbal, Cidadão – Representante de Classe – Juventude Partidária).

Sim. Porque é um âmbito onde uma variedade de pessoas tem acesso, as opiniões são diferentes, o que pode estimular um debate (Informação verbal, Cidadão – Estudante B).

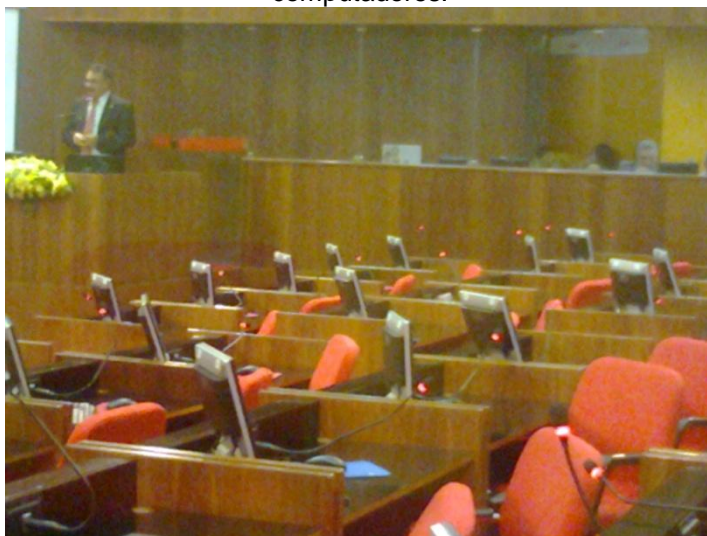
Percebemos, portanto, que a Internet oferece aos cidadãos essa ideia de que possa, realmente, ser um canal que proporcione essa comunicação ou a criação desse vínculo entre deputados e cidadãos, mas como já vimos anteriormente, isso é algo que ainda não acontece, pela forma como esse meio é utilizado, tanto por

deputados como por cidadãos. Também indica o entendimento de comunicação que se faz pela informação. Neste formato, não há debate e sim imposição: torna-se o traço de uma sociedade autoritária. Juntando isto com a ideia de *elite política*, vemos que a intenção é a de manter a hierarquia e não a comunidade.

3.3. A presença da Incomunicação

Ao analisarmos o material que pesquisamos, as entrevistas que fizemos e os aspectos funcionais que observamos e presenciamos nesse momento do trabalho, algo nos inquietou e gerou um questionamento: o que deputados e cidadãos fazem é comunicação? Resolvemos, portanto, considerando essas duas categorias, fazer uma distinção: 1) de um lado, temos políticos ansiosos por seus sites, *blogs* e *microblogs* repletos de acessos, de eleitores em potencial, de propagadores de suas ações; 2) do outro lado um público que em primeiro lugar é ansioso por estabelecer “vínculos”, por levantar uma bandeira partidária, ou mesmo pessoal, em segundo, que busca informações políticas nos mais diversos meios. Em terceiro, que tem a ideia de que a Internet possa no futuro ser um meio favorável para essa comunicação, em quarto, que deseja participar do processo político, mesmo após o processo eleitoral e, em quinto, que aspira uma visibilidade do político. Analisando tais distinções poderíamos dizer que há uma presença muito maior de uma *incomunicação* do que propriamente da comunicação.

Fotografia 2 - Plenário da Alepi - Deputado discursa com plenário vazio, na presença apenas dos computadores.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

É difícil explicar que alguém que paga uma assessoria para falar de si para um público específico ou mesmo que escreve por conta própria na Internet, revelando suas opções políticas, e muitas vezes pessoais, ou mesmo criando um espaço para esclarecer dúvidas, ou até para apresentar uma imagem de si que ele quer que seja propagada, não esteja querendo se comunicar. Pensando *funcionalmente*⁸² isso é comunicação. Afinal, para o pensamento *funcionalista*, a transmissão de uma mensagem ou de uma informação estabelece o ato de se comunicar. Porém, não queremos aqui pensar apenas o lado funcional da comunicação, antes de tudo, estamos propondo que ela seja vista como ponte entre dois diferentes espaços, que assim como Harry Pross propunha como vínculos que são estabelecidos entre os vários sujeitos da sociedade (MENEZES in BAITELLO JUNIOR, 2001, p. 26).

Como argumento de nossa proposição, apresentamos a ideia de Norval Baitello Junior (2001), de que comunicação e incomunicação são irmãs gêmeas, faremos, inclusive, uso de mais metáforas para descrevê-las, como de que fazem parte do mesmo jogo e são faces da mesma moeda. Entretanto, somente para lembrar que onde uma está a outra também deverá estar lá, mais ou menos visível. E, também, a ideia de que o esvaziamento, a superficialização e a constituição de um imaginário pasteurizado nada mais são do que manifestações da presença da incomunicação (SILVA in BAITELLO JUNIOR, 2001, p. 66).

Quanto mais ressaltamos e nos orgulhamos dos bons serviços e das qualidades da comunicação, mais a incomunicação ganha força e ousadia, provocando estragos, desfazendo e desmontando, distorcendo e deformando, semeando discórdia e gerando **falsas expectativas**, invertendo sinais e valores, azedando as relações e produzindo estranhamentos incômodos (BAITELLO JUNIOR, 2005b, grifo nosso).

Ao constataremos que alguns deputados e cidadãos escolheram os espaços virtuais para aumentar sua *visibilidade* e diminuir o *abismo* que existe entre os dois, constatamos também que esses sujeitos estão mais preocupados com a *velocidade* e com a *visibilidade* que o mundo pós-moderno os impõe. As falsas expectativas criadas por ambas as partes são mais do que uma evidência de que a incomunicação, nesse caso, prevalece muito mais que a comunicação. O excesso de informação gerada pelos deputados e o excesso de tecnologia e visibilidade

⁸² Como já explicitado anteriormente, do pensamento funcionalista de que o “meio é a mensagem” de McLuhan. (BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 63)

utilizado pelos dois lados são aspectos que nos permitem argumentar, baseados em Baitello, que esta situação é um espaço aberto para a atuação da incomunicação.

Não conseguiríamos explicar objetivamente o que é a incomunicação pois, assim como Silva (in BAITELLO JUNIOR, 2001, p. 60), “somos capazes de definir ‘o que é’ e o ‘o que não é’ comunicação, mas não de definir o que é incomunicação”. No entanto, não significa que não consigamos identificá-la. Podemos, entretanto, usar a ideia de Baitello (2001) para descrevermos o que seria essa incomunicação: é o que fica no lugar dos vínculos rompidos entre corpos, mas ainda entendidos como vínculos, são os fantasmas dos vínculos, que se desenvolvem nas incapacidades de comunicação, em suas lacunas, no seu boicote e em seus entraves.

Quanto mais se aperfeiçoam os recursos, as técnicas e as possibilidades que o homem tem de se comunicar com o mundo, com os outros homens e consigo mesmo, aumenta também, em idêntica proporção, as suas incapacidades, suas lacunas, seu boicote, seus entraves ao mesmo processo, ampliando um território tão antigo quanto esquecido, o território da incomunicação humana. Assim, andam de mãos dadas e crescem juntas, como irmãs gêmeas, a comunicação e a incomunicação (BAITELLO JUNIOR, 2002).

Como vimos nos primeiros capítulos deste trabalho, a democracia sempre pressupôs um vínculo comunicacional entre os sujeitos de uma sociedade, a fim de se criar uma identidade e uma política universal. Mesmo em sua forma representativa, pressupunha-se que este vínculo entre representantes e representados, chamado *isegoria*, deveria existir. Porém, essa sempre foi a grande dificuldade na constituição da democracia. Estabelecer vínculos entre o *campo político* e os cidadãos sempre foi um desafio.

A cibercultura, porém, trouxe essa ideia de que os espaços horizontais da vida cotidiana poderiam ser substituídos pelos espaços verticais do mundo virtual. De certa forma, essa substituição de um vínculo entre os corpos, na tentativa de uma “conexão” mais rápida, *in real time* e transpondo os espaços reais, é o que favorece a incomunicação.

A segunda razão: a perda dos vínculos com o outro ser ao lado (uma vez que os vínculos elementares que constituem nossa natureza humana são necessariamente horizontais); isto quer dizer, a renúncia à capacidade de comunicar-se, abrindo os espaços para a livre escalada da incomunicação (BAITELLO JUNIOR, 2002).

É um vínculo que existe no espaço virtual, mas não existe no espaço real, ou que o rompe, que pode até existir, mas que substitui um vínculo entre corpos, por uma incomunicação, pela criação de um vínculo virtual, constituindo um imaginário pasteurizado, esvaziando o sentido da política e da própria democracia e superficializando as discussões, os debates, as presenças, as ausências, os pluralismos, as ideias e tudo que constitui a política na contemporaneidade. Por fim, a incomunicação está presente por ser condição necessária para a presença da comunicação, mas o que queremos propor neste capítulo é que, na tentativa de comunicação entre deputados e cidadãos no estado do Piauí, a incomunicação encontra muito mais espaços abertos para sua constituição do que a própria comunicação.

3.4. A velocidade e o individualismo como determinantes

Como dito anteriormente, alguns aspectos relevantes percebidos a partir das entrevistas com os deputados e cidadãos do estado do Piauí foram a presença da *incomunicação* e a *velocidade* e o *individualismo* como determinantes políticos. Portanto, resolvemos, assim como fizemos no tópico anterior, discutir brevemente esses aspectos. Agora discutiremos, a partir das contribuições, especialmente, de Paul Virilio (1996, 2000), os dois últimos.

Para isso, queremos, portanto, retomar um dos comentários que nos fez perceber que a *velocidade* e o *individualismo* estejam cada vez mais presentes na formação política daquela sociedade.

Mas a sociedade está em um automatismo tão grande, numa correria tão terrível que a pessoa não para para escutar. Às vezes a pessoa pode estar dizendo uma coisa que pareça ser insignificante, mas aquilo tem um conteúdo por traz muito grande principalmente para o político, que às vezes reflete um problema social da maior importância, mas nem sempre ele para para escutar, aquilo que é da maior importância para ele (Informação verbal, Cidadão – Profissional Liberal – Jornalista 1).

Em muitos momentos dessa pesquisa, percebemos que a *velocidade* é um elemento cada vez mais presente na vida das pessoas. Não somente daquela realidade que escolhemos para ser o nosso *corpus*, mas de todo o mundo globalizado, de uma forma geral. Entretanto, um dos primeiros momentos em que atentamos para essa realidade em campo foi quando o diretor de TIC da Alepi nos

revelou que havia naquele espaço “uma velocidade da informação muito grande”. Deste momento em diante, percebemos que a maioria dos entrevistados pensava que a velocidade era inerente à política, criando assim a necessidade da *velocidade* e do *aniquilamento do espaço físico*, como já comentamos anteriormente, assim como também explanamos sobre a necessidade de *velocidade* e a *visibilidade*.

Essa discussão nos fez refletir sobre o *estado de emergência* ao qual Virilio (1996), em *Velocidade e Política*, propõe que estejamos imersos, no qual a política e a guerra já não objetivam mais (ou apenas) o controle e ocupação do espaço físico, mas a dominação do tempo da sociedade, utilizando-se de seu próprio tempo. Esse estado de emergência é exatamente aquele em que vários sujeitos da pesquisa se referiram – está implícito, de alguma forma, na fala de todos os sujeitos entrevistados, e não somente na fala, mas em muitas atitudes. Na atitude do deputado que não tem tempo para responder aos questionários; daquele que “dispõe de apenas 10 minutos” para a entrevista; do que só pode nos atender pelos corredores; do jornalista que responde ao mesmo tempo em que revisa a matéria, ou mesmo o que não nos atende por “falta de tempo”, mas que marca para o dia seguinte; ao estudante que prefere nos responder por *e-mail*; ao representante de classe “suado da correria”; e até mesmo ao funcionário público que nos atende sem pressa por mais de uma hora, em todas essas situações e em muitas outras presenciadas em campo, percebemos a presença e a ausência, mas principalmente o poder que a velocidade tem exercido na vida das pessoas. Como já disse o próprio Virilio (2000, p. 16) “a velocidade é próprio poder”.

O autor, que tem a *velocidade* como ponto principal para sua análise da humanidade, desde as revoluções modernas até a cibercultural, nos faz imergir em uma análise que responde, inclusive à questão do *automatismo* ao qual o “Jornalista 1” se refere. Para o autor, a sociedade está em gestação e não pode ser compreendida sem a velocidade da luz (VIRILIO, 2000, p. 16). Essa “velocidade é simultaneamente uma ameaça, na medida em que é capitalizada, tirana e, ao mesmo tempo, ela é a própria vida” (VIRILIO, 2000, p. 14). Essa *velocidade* ou, como disse o sujeito de nossa pesquisa, esse *automatismo* parece já fazer parte de nossas vidas. Na realidade, para Virilio (1996, 2000) isso sempre fez parte, e é essa mesma velocidade que vai ditar os “*números do progresso*” (assim como entendido no mundo contemporâneo) de determinada sociedade.

Não se pode compreender a globalização sem esta aceleração absoluta em todos os campos, inclusive o campo financeiro. A crise financeira mundial que estourou em 2008, não é só um problema financeiro, mas um derivado da velocidade. As cotizações automatizadas entre bancos, realizadas por plataformas automáticas, exerceram um papel central na crise. O fator de tudo isto foi a velocidade: a velocidade domina, a velocidade da luz, das ondas, se impuseram sobre a velocidade dos móveis, do transporte, dos meios de transmissão tradicionais. É impossível compreender a realidade do mundo sem essa configuração (FEBBRO, 2010, tradução nossa)⁸³.

Paul Virilio, porém, como ele mesmo afirma em entrevista concedida a Eduardo Febbro, é um “*progressista*”⁸⁴, e não defende a desaceleração, mas o reencontro da sociedade com seu próprio ritmo, com seu próprio tempo. Ao nos depararmos com algumas situações de cidadãos que dizem preferir informar-se a respeito da política por meio da Internet, por acessá-la no celular e por ficar mais fácil, assim, estar diariamente conectado⁸⁵, ou quando um deputado nos diz que aderiu a Internet pela sua *rapidez*⁸⁶ ou porque ela tenha aumentado o seu “contato” com os cidadãos, pois as pessoas ficam sabendo rapidamente o que ele está fazendo⁸⁷, percebemos que estamos cada vez mais dependentes dessa velocidade. Todos esses casos, e muitos outros, se analisados a partir do pensamento de Virilio

⁸³ Entrevista de Paul Virilio à Eduardo Febbro, publicada no site Página/12 em 20/11/2010, com o título “Siempre se infunde miedo en nombre del bien”, isto é, “Sempre se provoca o medo em nome do bem”. Texto originalmente em espanhol: “No se puede comprender la globalización sin esta aceleración absoluta en todos los campos, incluido el campo financiero. La crisis financiera mundial que estalló en 2008 no es sólo un problema financiero, sino un derivado de la velocidad. Las cotizaciones automatizadas entre bancos, realizadas por plataformas automáticas, jugaron un papel central en la crisis. El factor de todo esto ha sido la velocidad: la velocidad domina, la velocidad de la luz, de las ondas se impusieron sobre la velocidad de los móviles, del transporte, de los medios de transmisión tradicionales. Es imposible comprender la realidad del mundo sin esta configuración”. FEBBRO, Eduardo. Siempre se infunde miedo en nombre del bien: Dialogo con el intelectual Frances Paul Virilio. Página/12. [S.l.]: Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-157228-2010-11-20.html>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

⁸⁴ Qualquer um pode duvidar de tal afirmação, mas acreditamos, e preferimos entender assim, que Virilio ao se declarar “progressista”, quis usar o sentido mais correto da palavra progresso e não a forma como muitos entendem hoje. “Yo no expongo un trabajo retrospectivo sobre el bienestar del pasado, sino una reflexión sobre el porvenir. **Soy un progresista**. Por ello no hablo de desacelerar sino de elaborar una inteligencia del movimiento, una suerte de economía política de la velocidad. Esto consiste en reencontrarse con el tiempo”.

⁸⁵ “O meu pessoal é a Internet mesmo. Pela facilidade de estar na rua o dia todo e ter Internet pelo celular, tem como acompanhar mais pela Internet” (Informação verbal, cidadão – Representante de classe – Juventude Partidária). No apêndice deste trabalho, p. 140.

⁸⁶ “Pela rapidez com que ela chega àqueles que aderirem também a este meio de comunicação” (Informação verbal, Deputado C). No apêndice deste trabalho, p. 131.

⁸⁷ O “Deputado C” ao ser questionado se acredita que seu contato com os cidadãos havia aumentado após sua adesão à Internet, respondeu: aumentou sim. O pessoal sabe rapidamente daquilo que você está fazendo. Evidentemente, neste caso, a Internet não tem nada a ver com o aumento ou não do contato do deputado com o cidadão, mas com a *velocidade da informação*. Percebe-se, claramente, que o deputado não está preocupado se a Internet facilitará a comunicação com os cidadãos, mas que a informação chegará mais rapidamente.

(1996, 2000) perceberemos que os sujeitos dessa pesquisa estão vivendo cada vez mais sob aquilo que o autor chama de *ditadura da velocidade*, pois essa rapidez mencionada por quase todos os entrevistados, já não é mais uma escolha e sim uma condição necessária, obrigatória. Mas não somente isso, para além disso, desse *estado de emergência*, Virilio (2009) nos fala sobre outro regime no qual estamos inseridos e que percebemos também em nossas entrevistas. O “toma lá, dá cá” lembrado por um de nossos sujeitos na pesquisa é também avaliado por ele e denominado *individualismo de massa*.

A regressão nos levou ao individualismo de massa. Estamos em uma sociedade de consumo de massa, compramos todos os mesmos produtos, comungamos nos mesmos eventos, vivemos em pleno coletivismo e, ao mesmo tempo, **valorizamos com brutalidade o individualismo**. “É meu, meu, meu, só meu!” – diz o bebê. Sob regime de individualismo de massa, um governo tecnologicamente bem equipado pode controlar cabeça a cabeça, rastreá-las por sistemas de scan, de codificação, arquivamento etc. A rastreabilidade permite controlar as massas cabeça por cabeça, ponto por ponto, pixel por pixel. As sociedades antigas geravam (as massas), grandes grupos, mas não conseguiam controlar cabeça a cabeça; sempre existiram fugitivos, revoltados, *undergrounds*, dissidentes. Hoje, as tecnologias da sincronização permitem controle instantâneo e permanente. Estamos além de Orwell (VIRILIO, 2009, tradução nossa, grifo nosso)⁸⁸.

Algo que percebemos nessas entrevistas é que, com o avanço tecnológico e informacional na realidade do Piauí, e talvez não somente naquela realidade, as pessoas estão cada vez mais subordinadas a uma lógica e a um ritmo de trabalho e de convívio rotineiro e padronizado que as mantêm confinadas em suas funções e em seus “perfis”⁸⁹ por horas diárias, fazendo com que percam sua relação com o próprio tempo e com o espaço físico. O individualismo, que já é uma condição da

⁸⁸ Artigo de Paul Virilio, em março de 2009, publicada na Revista Ravages. (La grande régression. Ravages, Paris, n. 2, mar. 2009. Actualités). O texto acima é a tradução do original: “La régression nous a mené à l’individualisme de masse. C’est-à-dire que nous sommes une société de consommation de masse, nous achetons tous les mêmes produits, communions aux mêmes événements, vivons en plein collectivisme et en même temps nous valorisons farouchement notre individualisme. «Moi, moi, moi, c’est à moi!» dit le baby. Dans l’individualisme de masse, un gouvernement bien équipé technologiquement peut contrôler tête par tête, vérifier la traçabilité au travers des systèmes de scanners, de codage, de fichage, etc. La traçabilité permet de contrôler les masses tête par tête, point par point, pixel par pixel. Alors que les sociétés anciennes géraient (les masses,) des grands groupes, elles n’arrivaient pas à contrôler tête par tête, il y avait encore des échappées, des révoltés, de l’underground, des dissidents. Aujourd’hui, les technologies de la synchronisation favorisent un contrôle instantané et permanent. Nous sommes au-delà d’Orwell!”. Tal entrevista também pode ser visualizada por meio da página da revista no Facebook, pelo endereço: <http://www.facebook.com/note.php?note_id=129268293666>. Até mesmo nisso percebemos a velocidade. Ao final, o autor se refere ao escritor e jornalista inglês George Orwell, ferrenho opositor do totalitarismo no início do século XX.

⁸⁹ Aqui nos referimos aos perfis de Internet.

realidade social na qual a sociedade ocidental está inserida, nesses casos, aumenta devido à presença dos *media*, que proliferam ainda mais esse comportamento de *individualismo de massa* e que sujeitam a sociedade à *ditadura da velocidade*. Porém, diante dessa discussão, podemos retomar uma das perguntas principais de nossa pesquisa, e mais, deixando que Virilio a faça e a responda ao mesmo tempo.

Os *multimedia* colocam-nos diante de uma questão: poderemos encontrar uma democracia do tempo real, do *live*, da imediaticidade e da ubiquidade? Não acredito, e aqueles que se apressam a dizer sim não são muito sérios (VIRILIO, 2000, p. 18).

Portanto, diante da questão inicialmente sugerida, sobre a possibilidade de uma democracia facilitada pelos meios de comunicação, principalmente a Internet, é preferível que se responda como o autor, para manter o nosso ritmo e pelo menos conservarmos a seriedade de nosso trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizadas as análises qualitativas dos dados, à luz da teoria crítica e com base nos conceitos levantados durante a pesquisa bibliográfica, façamos, portanto, uma avaliação dos resultados aos quais se chegou por meio desta pesquisa, considerando que muitos deles foram apresentados ao longo do trabalho.

Após uma discussão histórica das perspectivas Clássica, Medieval, Moderna e Pós-moderna de democracia, realizada no primeiro capítulo, levantou-se a hipótese, baseada no trabalho *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008), de que seja possível afirmar que os meios de comunicação de massa tenham estendido um sentimento de unidade entre todas as sociedades dos estados da república brasileira. Até então, desde a Guerra do Paraguai, evento que, segundo Carvalho (2002), trouxe um sentimento de identidade nacional nunca antes visto (CARVALHO, 2002, p. 37-38), os estados brasileiros não tinham ainda, na sua formação identitária, se consolidado como nação.

Somente a partir, dos jornais de grande circulação, folhetins, revistas, rádio e, a partir da década de 1950 da televisão, veio a se consolidar esse sentimento de identidade nacional. E somente com base em um sentimento nacionalista que um desejo pela democracia poderia se consolidar, ou pelo menos, a simulação desse desejo⁹⁰.

Certamente, essa não foi a única conclusão à qual chegamos por meio dessa discussão no primeiro capítulo. Entender de onde surgiu a “consciência da democratização” também está entre os resultados, e a proposta de que talvez tenha surgido da espetacularização da própria democracia⁹¹ é uma de nossas respostas a essa indagação. Considerando que a democracia surge como um projeto que cria unidade de luta e discussões em relação à sua forma – socialistas e liberais concorrem para ter suas ideologias reconhecidas na formação da nova democracia – contra a ditadura. Contudo, as *elites* se apropriam das ideias principais e espetacularizam o debate sobre a democracia, fazendo assim com que a ideia

⁹⁰ Essa hipótese foi apresentada no primeiro capítulo deste trabalho.

⁹¹ Neste ponto, nossa afirmação encontra certo apoio em declarações de Laclau (2011, p. 54): “E, de fato, **o espetáculo das lutas políticas e sociais dos anos 1990** parece nos confrontar, como foi dito, com uma proliferação de particularismos, enquanto o ponto de vista da universalidade vai cada vez mais sendo posto de lado como um sonho totalitário ultrapassado”.

vencedora seja a democracia liberal ou representativa. Como dissemos anteriormente, a discussão não é mais sobre a política a ser adotada, mas a que democracia deveríamos recorrer, socialista ou liberal. Esse consenso em torno da democracia é uma forma de alienação. A ideia de luta, na realidade, é apenas a concordância com a ideia hegemônica de democracia.

Com a implementação da democracia liberal por parte das *elites políticas*, valorizaram-se estruturas políticas baseadas na representação dos sujeitos e na formação de indivíduos dependentes das leis de mercado⁹². A discussão política transformou-se em espetáculo que alienou a sociedade do seu verdadeiro significado e da própria política. Para isso, partiu-se do pressuposto de que alguns significantes já não representam seus objetos, que não existem mais ou que estão esvaziados: são apenas representações de si mesmos.

Pudemos, também, propor que o *campo político* sustenta essa *elite política* no Brasil, que, talvez, considerando as ideias de vários autores da história política, (HOLANDA, 2011; KELSEN, 2000; CARVALHO, 2002; WEFFORT, 1984; COUTINHO, 1979) sempre tenha estado a frente da hegemonia da política brasileira. Foi possível, também, considerar que essa *elite política* tenha se formado como uma minoria organizada que acredita que a grande massa não tem competência para gerenciar a coisa pública e que, por isso, tem como única oportunidade de intervenção a escolha dos governantes para atuar no Legislativo ou Executivo, que muitas vezes é influenciada pelas *leaderships* (MARQUES, 2003; ALBERTONI, 1990). Isso determina o funcionamento do *campo político* e da comunicação com os governados. No Piauí, verificou-se que a maioria dos parlamentares mantém laços familiares com ex-políticos ou políticos em exercício. Na Alepi são quase 70%.

Há, portanto, considerando o que foi discutido no primeiro capítulo, um simulacro de abertura do *campo político*. Na prática, a *classe política*, que compõe

⁹² Para Nicola Matteucci, em *Liberalismo*, no *Dicionário de Política*, “a fé na possibilidade de harmonizar os interesses particulares egoístas ou de fazer coincidir a utilidade particular com a pública foi possível mediante a aplicação, por analogia, à política dos conceitos formulados para a economia pelos liberais Adam Smith e Ricardo, isto é, os de mercado e de utilidade. Estruturas políticas que maximizassem o mercado político, estendendo o cálculo utilitário ao maior número possível de pessoas, e tornassem os governantes dependentes das leis de mercado, através de eleições frequentes, iriam possibilitar a máxima felicidade para o maior número de pessoas” (MATTEUCCI in BOBBIO, 2010, p. 689).

este campo, tem buscado um fechamento constantemente maior, por novas ferramentas, que aparentam estar abrindo o campo, mas que, na realidade têm *sedado* a sociedade, como tem sido a função dos meios de comunicação em nossos dias⁹³. Sendo assim, considerou-se, no segundo capítulo, que diante desta *sedação* e do *imperativo da visibilidade* (SIBILIA, 2003) os políticos estejam fazendo uma espécie de promessa de interatividade aos cidadãos. Seus *microblogs* parecem oferecer respostas imediatas e diretas aos questionamentos de quem os seguem, os *blogs* levam informações que somente um contato direto com o político poderiam ser obtidas e os sites, por sua vez, oferecem espaços como “fale com o deputado”, “fale conosco”, “contato” etc, que oferecem aos interlocutores a esperança de respostas às suas demandas. Com toda esta aparente interatividade, parte da sociedade busca um engajamento virtual, que acaba levando-os a um desengajamento real.

Considerando, no entanto, um estudo recente que faz uma análise de sites institucionais de governo em sua relação comunicacional com os cidadãos, percebemos que até mesmo os mais entusiastas da Internet acreditam que os “governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônicos para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real” (CASTELLS apud PINHO, 2008, p. 476). Isso nos permitiu, portanto, propor que os representantes ou governantes também estejam usando este meio com os mesmos propósitos. Tal afirmação pôde ser confirmada no terceiro capítulo, no qual se analisou os sites, *blogs*, *microblogs* e as entrevistas com os deputados e cidadãos no estado do Piauí.

O Piauí apresentou um quadro interessante em relação à comunicação na Internet entre deputados e cidadãos. Obviamente que para nossa análise qualitativa precisamos, também, de alguns números para sabermos qual seria a dimensão da presença dos deputados estaduais na Internet. Para isso, fizemos um mapeamento dos 30 deputados estaduais e verificamos que mais de 70% deles não possuía qualquer site na Internet. Apenas 10% mantinham qualquer *blog* na rede, mesmo que metade deles estivesse desatualizada desde a campanha eleitoral de 2010. Metade dos deputados possuía *Twitter*, dos quais quatro estavam desatualizados desde a campanha eleitoral de 2010 e, um deles, desde agosto de 2011. Em relação

⁹³ No primeiro capítulo explicamos o que vem a ser a *sedação* da sociedade, proposta de Norval Baitello Junior (2005, p. 31-37) da qual dificilmente se pode discordar.

ao *Facebook*, apenas quatro deputados possuíam a ferramenta e, tratando-se de *Orkut*, oito parlamentares possuíam cadastro no *microblog*. Um fato curioso é que um deles possui conta no *Youtube*, ferramenta em que veicula pronunciamentos e mensagens diretas aos cidadãos. Grande parte, ou seja, 30% deles, não possuíam qualquer tipo de plataforma de comunicação na Internet, excluindo-se o *e-mail* institucional, que foi revelado pelo diretor de Tecnologia da Informação da Alepi que é cadastrado pela própria instituição⁹⁴. Porém, apesar de toda essa ausência dos deputados na rede mundial de computadores, foi verificado que a Alepi é uma instituição completamente informatizada, inclusive em seu plenário. Segundo o diretor de TIC são mais de 500 computadores em toda a casa parlamentar, incluindo gabinetes e plenário. Portanto, a ausência de muitos deputados estaduais da Internet não se deve à ausência de recursos, mas à falta de interesse nesse tipo de comunicação com os cidadãos.

Quando fomos a campo entrevistar os deputados e cidadãos, descobrimos que existe um grande abismo entre essas duas categorias. O *microblogs*, principalmente, onde estão metade dos deputados, e os quais prometem uma interatividade mais rápida, na realidade não são usados como deveriam. Essas plataformas, na maioria dos casos, são utilizadas para a veiculação de mensagens unilaterais, ou seja, para a publicação de informações a respeito do parlamentar e que, na maioria das vezes, são publicadas por *mediadores*, isto é, assessores, grande parte jornalistas contratados para prestarem esse tipo de serviço. Os sites e *blogs* desempenham o mesmo papel. Porém, também oferecem uma possibilidade de interatividade por meio do “fale com o deputado”, “fale conosco”, “contato”, entre outros, que segundo os cidadãos entrevistados, não funcionam na prática. E como se dá a interatividade entre deputados e cidadãos? Por meio das *leaderships*, que geralmente são formadas por representantes de associações, de organizações não governamentais, de classe, professores, jornalistas etc. Os laços entre esses sujeitos e os deputados são mais fortes. A comunicação entre eles acontece pessoalmente e estabelece, realmente, uma troca. Descobrimos que há uma espécie de *vínculo* entre esses sujeitos, principalmente com os jornalistas.

⁹⁴ Os dados desse levantamento podem ser vistos no terceiro capítulo deste trabalho, bem como a forma como foram obtidos.

Chegamos, portanto, à conclusão de que há uma presença da *incomunicação* muito maior do que da *comunicação* nesse processo que se estabelece na Internet entre deputados e cidadãos do estado do Piauí. Isso, considerando que a comunicação se desenvolve na troca, ou seja, no estabelecimento de vínculos e que a *incomunicação*, como parte da comunicação, está sempre presente, mas neste caso, se revela muito mais que a própria comunicação. Ao constatarmos que alguns deputados e cidadãos escolheram os espaços virtuais para aumentar suas visibilidades e diminuir o *abismo* que existe entre os dois, verificamos também que esses sujeitos estão mais preocupados com a *velocidade* e com a *visibilidade* que o mundo pós-moderno os impõe. As falsas expectativas criadas por ambas as partes são mais que uma evidência de que a *incomunicação*, nesse caso, prevalece muito mais que a comunicação. O excesso de informação gerada pelos deputados e o excesso de tecnologia e visibilidade utilizado pelos dois lados são aspectos que nos permitem argumentar, baseados em Baitello, que esta situação é um espaço aberto para a atuação da *incomunicação*.

E como já dissemos no terceiro capítulo deste trabalho: 1) de um lado, temos políticos ansiosos por seus sites, *blogs* e *microblogs* repletos de acessos, de eleitores em potencial, de propagadores de suas ações; 2) do outro lado um público que em primeiro lugar é ansioso por estabelecer “vínculos”, por levantar uma bandeira partidária, ou mesmo pessoal, em segundo, que busca informações políticas nos mais diversos meios. Em terceiro, que tem a ideia de que a Internet possa no futuro ser um meio favorável para essa comunicação, em quarto, que deseja participar do processo político, mesmo após o processo eleitoral e, em quinto, que aspira uma visibilidade do político. Foi baseado em tais distinções que dissemos que há uma presença muito maior de uma *incomunicação* do que propriamente da comunicação. E essa talvez seja uma das maiores contribuições de nosso trabalho, que esperamos não somente orientar novos estudos, como complementar os existentes que se baseiam somente na comunicação entre instituições e cidadãos, como mencionado no início.

Tivemos, porém, outra contribuição importante neste trabalho. A proposição de que a democracia em nossos dias seja um *significante vazio*. Guiados por Ernesto Laclau (2011), dissemos que “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado”. Isso porque se constatou, não somente na

pesquisa bibliográfica, mas principalmente nas entrevistas, que existe uma *indefinição* no termo democracia, que impossibilita a realização dela mesma. O *significante vazio* se apresenta como a impossibilidade da realização dos limites da significação de um discurso.

Assim como suspeitamos no primeiro capítulo, nas entrevistas com deputados e cidadãos, ao pedirmos para que vários sujeitos definissem democracia, foram apresentadas inúmeras definições que representavam muito mais particularismos do que a própria ideia universal de democracia. Exatamente pelo vazio, ou como explicado por Laclau (2011), pela interrupção, subversão, distorção ou outras anomalias absorvidas pelo significante. O termo democracia, neste caso, representa muito mais que a ideia universal, pode ser visto como a própria definição da comunidade, que só pode representar a si mesma por meio de ideias universais, mas que quando explicada por meio dos particularismos revelam o esvaziamento dos significantes.

Quando trouxemos, portanto, as considerações de Pinho (2008, p. 491), no segundo capítulo, em relação à comunicação entre o *government-to-citizens*, que tratam da não localização de “transparência e diálogo aberto com o público”, e ainda, que não seja possível “uma verdadeira revolução cultural”, “uma mutação de grande amplitude”, um “provimento democrático de informações”, e menos ainda, pela análise dos portais, uma possibilidade de “capacitação política da sociedade”, estávamos avaliando que poderíamos adotar o mesmo posicionamento do autor. Em nossa pesquisa, podemos considerar que o interesse em publicar informações em relação aos mandatos dos deputados tem sido muito mais importante que estabelecer vínculos com os cidadãos. De fato, parafraseado Pinho (2008, p. 492), o problema do Piauí não é de tecnologia, mas de cultura política, de desenvolvimento político, de uma abertura verdadeira do *campo político*. Assim, aquele estado tem muita tecnologia, ainda que possa e deva ser ampliada, mas pouca ou nenhuma democracia, pois a tecnologia que poderia ser usada para o aperfeiçoamento da democracia não é mobilizada nesse sentido, mas sim com interesses particulares por parte da *classe política*.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e Teoria das Elites**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter Evangelista; Maria Laura Viveira de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração Progressiva das seções – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6028**: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 12225**: Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ALVES-MANZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. Pp. 179-187.

BAITELLO JR., Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hackers, 2005a.

_____; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugenio de O. (org.). **Os Meios da Incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005b.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Tradução Maria da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

_____. **As estratégias fatais**. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11.

BENNERS-LEE, Tim. **Long Live the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality**. Scientific American. [S.l.]: 2010. Disponível em <<http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web&page=6>>. Acesso em: 08 out. 2011.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrano. **Dicionário de Política**. Tradução João Ferreira (Coord.). 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, p. 193-216, jan-jul. 2011.

_____. **Sobre el campo político: Conversacion com Philippe Fritsch**. Lyon: Universitaires de Lyon, 2000.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAMASSETO, Leandro Rodrigues. Internet, a ilusão democrática. **Socitec e-prints**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 29-39, jan-jun – 2005.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e Democracia**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: Conflitos multiculturais da globalização. Tradução Maurício Santana Dias. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAZELOTO, Edilson. **A inclusão social e a reprodução do capitalismo contemporâneo**. Tese (Doutorado Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica. São Paulo: PUC, 2007.

_____. **A virtualização das comunidades**: crítica dos vínculos sociais no capitalismo contemporâneo. In: III SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 20, São Paulo: ESPM, 2009.

_____. **Apontamentos sobre a noção de “Democratização da Internet”**. In: TRIVINHO, Eugênio (org.); CAZELOTO, Edilson (org.). A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa, São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2009. Disponível em: <<http://www.abciber.org/publicacoes/livro1>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

_____. **Monocultura informática, permacultura e a construção de uma sociabilidade contra-hegemônica**. In: Revista Matrizes, São Paulo, Ano 3, n. 2, jan./jul. 2010.

_____. **Monocultura informática**: A voracidade dos chips. In: GhrebhRevista, São Paulo, n. 14, out., 2009.

_____. **Por um conceito de hegemonia na cibercultura**. In: Comunicação & Sociedade, Ano 32, n. 54, p. 149-171, jul./dez., 2010.

CHINOY, Ely. **Sociedade**: Uma introdução à Sociologia. Tradução Octavio Mendes Cajado. 5. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

CHOMSKY, Noam. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, n. 29, p. 259-276, Jan-Abril de 1997.

CIDADE VERDE. Projeto de Lei estabelece regras para compras coletivas no Piauí. Teresina, 28 fev. 2012. Disponível em <<http://www.cidadeverde.com/projeto-de-lei-estabelece-regras-para-compras-coletivas-no-piaui-95645>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

COLLIVA, Paolo. Povo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrano. **Dicionário de Política**. Tradução João Ferreira (Coord.). 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio; et al. **Encontros com a Civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**. Tradução Magda França Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Sage, 2010.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro R. B.; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, nº 43, Rio de Janeiro, p. 23-48, Jan./Fev. 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ÉPOCA. **Entrevista Philip Bobbitt**. São Paulo, p. 84-86, 10 out 2011.

FARIAS, Deusiney Robson de A.. Democracia, Internet e a legitimação das elites políticas no poder. **Revista Entre.Meios**, Campinas, Vol. 8, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://pucposcom-rj.com.br/revista-entremeios/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

_____. **O discurso da democratização na sociedade do espetáculo**. In: III Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso, Identidades e Sociedade. Campinas: Unicamp; USP: 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/FARIAS_DEUSINEY.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. Tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEBBRO, Eduardo. **Siempre se infunde miedo en nombre del bien**: Dialogo con el intelectual Frances Paul Virilio. Página/12. [S.I.]: Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-157228-2010-11-20.html>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

FERNANDES, Antonio Teixeira. **O campo político**. [S.I.]: Scientific Commons.org. 2006. Disponível em: <http://en.scientificcommons.org/ant%C3%B3nio_teixeira_fernandes>. Acesso em: 18 nov. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1997.

_____. **A microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 29ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

G1. Deputado Roque Barbieri deve depor hoje na comissão de ética da Assembleia Legislativa. São Paulo, set. 2011. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/videos/sao-paulo/v/deputado-roque-barbieri-deve-depor-hoje-na-comissao-de-etica-da-assembly-legislativa/1653450/>>. Acesso em: 30 set. 2011.

GALACHO, Diego Ruiz. **El Estado ateniense**. Revista Laberinto, Nº 2, fev. 2000. Disponível em: <http://laberinto.uma.es/index.php?option=com_content&view=article&id=59:el-estado-ateniense&catid=36:lab2&Itemid=54>. Acesso em: 16 jun. 2011.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. C. M. **Comunicação e democracia**. Porto Alegre: Meridional; Sulina, 2008.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução George Sperber; Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Teoria de la acción comunicativa, I**: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1999.

_____. **Três modelos normativos de Democracia**. Sobre el concepto de una política deliberativa. Tradução Gabriel Cohn; Álvaro de Vita. In: SEMINÁRIO "TEORIA DA DEMOCRACIA", 1991. Valência: Universidade de Valência, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Normas de Tabulação**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução Ivone Castilho Benedetti; Jefferson Luiz Camargo; Marcelo Brandão Cipolla; Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Coord. e Revisão técnica geral Alice Casimiro Lopes; Elisabeth Macedo. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011.

LAMY, Marcelo. **Princípio Constitucional do Estado Democrático e Direito Natural**. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL - DIREITO NATURAL, JUSTIÇA E POLÍTICA, 02, 2005, Porto. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2005. Disponível em <<http://www.hottopos.com/rih9/lamy.htm>>. Acesso em 15 ago. 2011.

LEMONS, André. **Cibercultura**. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **Cibercultura e Mobilidade**: a Era da Conexão. *Razón Y Palabra*, n. 41, Out-Nov, 2004. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/cibermob.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3 ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

_____. **A condição pós-moderna**. 6 ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Rousiley C. M.. **Democracia e Internet como esfera pública**: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “Internet, Democracia e Bens públicos”, 2000. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000.

MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo J. A. **Participação política e internet no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, Ângela C. S.. **Os meios de comunicação na esfera pública**: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*, São Paulo, n. 21, ano XXI, p. 23-36, jun – 2008.

MARQUES, Francisco P. J. A.. **Participação Política e Internet**: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado Brasileiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Faculdade de Comunicação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

MARQUES, Francisco P. J. A.. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** 12(2): p. 82-94, maio/agosto, 2010.

MARTINELLI, Claudio. L'organizzazione del potere nel pensiero di Gaetano Mosca. **Giornale di Storia Costituzionale**. [S.l.], n. 17, p. 177-205, I semestre, 2009. Disponível em <http://www.storiacostituzionale.it/doc_17/martinelli.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MENEZES, Anderson de Alencar. **Habermas: com Frankfurt e além de Frankfurt**. Recife: Faculdade Salesiana do Nordeste, 2006.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. **História das doutrinas políticas**: desde a antiguidade. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Elementi di scienza politica**. 3 ed. Bari: Laterza, 1939.

_____. **Scritti politici**: a cura di Giovanni Busino. Torino: Utet, 1982.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político**: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Buenos Aires: Paidós, 1999.

NORRIS, Pippa. **Digital Divide? Civic Engagement, Information Poverty & the Internet Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PENTEADO, Cláudio L. C. et al. Ação política na internet brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.111-132, jan./mar. 2011.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **¿Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com?**. Barcelona: Gedisa, 2004.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano. Dossiê “Elites Políticas”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n 30, p. 7-15, Jun. 2008.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL. **TIC Governo Eletrônico – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

_____. **TIC Domicílios e Empresas – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

PINHO, José A. G.. Investigando portais de governo eletrônico nos estados do Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, no 42 (3), Rio de Janeiro, p. 471-493, Mai./Jun. 2008.

PINHONI, Marina. Alesp discute caso Barbieri a portas fechadas. **Veja**. São Paulo, set. 2011. Brasil. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/alesp-discute-caso-barbieri-a-portas-fechadas>>. Acesso em: 30 set. 2011

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. Tradução Angela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RHODES, P. J. (Org.). **Athenian Democracy**. New York: Oxford University Press, 2004.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**: princípios de direito político. Tradução Antônio de P. Machado. São Paulo: Tecnoprint, 1995.

RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrano. **Dicionário de Política**. Tradução João Ferreira (Coord.). 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no Novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SCHUMPETER, Joseph A.. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <<http://www.doutorlinux.com/pesquisas/bibliografia/SchumpeterCSD.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

SENADO FEDERAL. **Frederic Gros: a internet vai obrigar a democracia a se reinventar**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/07/04/frederic-gros-a-internet-vai-obrigar-a-democracia-a-se-reinventar>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

SIBILIA, Paula. **Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica. do sujeito.** XII COMPOS, 2003. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/tics/2003/>> no e-book do GT. Acesso em: 02 out. 2012.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala:** função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010.

VIEIRA E SILVA, Renato de Almeida. **Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade na prática democrática:** entre Rousseau e Habermas. *Lumen et Virtus*, v. 02, n. 04, p. 121-133, maio 2011.

VIRILIO, Paul. **Cibermundo:** A política do pior. Tradução Francisco Marques. Lisboa: Teorema, 2000.

_____. **Velocidade e Política.** Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. La grande régression. **Ravages**, Paris, n. 2, mar. 2009. Actualités.

WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

Perguntas abertas sem roteiro pré-definido

Entrevista Marco Aurélio Maia (Dir. de TI da ALEPI):

PESQUISADOR: Como funciona a comunicação dos deputados com os cidadãos por meio do site da ALEPI?

M.A.M.: Foi aprovada em plenário, a solicitação de um deputado, que fosse desenvolvida uma página pessoal de cada deputado dentro do site da Assembleia. Quando selecionasse o deputado abriria uma página institucional, onde seriam mostradas todas as proposições do deputado, mais ou menos nos moldes da Câmara Federal, e isso nós estamos providenciando. Atualmente nós temos apenas o currículo do deputado, mas é uma coisa estática, que não pode ser modificado, trazido pela assessoria de imprensa de cada deputado. Se eles quiserem alterar alguma coisa, eles têm que vir aqui e solicitar que se faça a alteração.

A gente tinha uma previsão, um desejo, de fazer alguma coisa voltada pra áudio. Qual era a intenção da gente? Toda semana, dependendo da disposição e do deputado querer, ele iria à TV ou à rádio e gravaria um áudio, como se fosse uma entrevista, prestando contas do que ele está fazendo semanalmente, e nós disponibilizaríamos no site o link para as rádios do interior, que ele tivesse contato, ou que fosse da base dele lá. Daí o pessoal baixaria o áudio e divulgaria a entrevista, como se fosse a entrevista feita com o deputado semanalmente.

Eu acho que com a entrada da TV Assembleia e a Rádio Assembleia, podou essas ações que a gente estava pensando em implementar.

PEQUISADOR: Mas essas ideias de mudança no site surgem daqui ou vêm dos deputados?

M.A.M.: Às vezes, algum deputado ou outro sugere alguma coisa. A gente está planejando desenvolver um site novo, inclusive implementando essas coisas da Lei de Transparência, que seriam as informações aos cidadãos. Nós vamos disponibilizar, nos mesmos moldes da Câmara. A gente já disponibiliza hoje licitações... nós temos um trabalho que poucas as Assembleias que tem... o nosso processo legislativo é diferente, da maioria delas. A gente trabalha com imagem, e a maioria das Casas Legislativas trabalha com texto, por exemplo: quando o deputado vai apresentar uma proposição, tem uma pessoa que vai digitar aquela proposição e ela entra em formato de texto (digitado), o nosso aqui é em formato de imagem, a gente digitaliza as imagens e divulga isso aí. É feito um trabalho de busca no acervo, de todos os livros, com todas as Leis, publicadas e homologadas no Estado do Piauí. Foram desmanchados todos esses livros, tratadas as folhas, digitalizados todos eles e colocado à disposição, através do nosso Portal. Você tem como fazer uma busca por assunto. A gente não tinha como digitar todas elas, mas na ementa lá em cima, a gente selecionou alguns índices de busca. E aí, você consegue buscar, como por exemplo, uma lei que trata de um município. Você coloca lá, Parnaíba, e ele mostra as Leis que foram criadas e dizem respeito à Parnaíba.

PESQUISADOR: Se colocarmos Internet?

M.A.M.: Vai aparecer se tiver alguma proposição em relação à Internet. Provavelmente, se tiver alguma coisa, é uma coisa muito nova. Pra gente que trabalha no meio é muito comum, você falar esses termos (Internet), mas para quem não tem o convívio diário com isso.

PESQUISADOR: Você acha que o deputado... Vamos para a realidade...

M.A.M.: Poucos têm site...

PESQUISADOR: Mas a gente percebeu que a Assembleia é informatizada por completo, inclusive o plenário...

M.A.M.: Plenário, finanças, biblioteca... Quando assumi a diretoria há seis anos, a gente tinha umas 60 máquinas funcionando, contando com os gabinetes dos deputados que são 30, hoje nós temos quase 500 máquinas, funcionando.

A estrutura que a gente apresenta hoje, de informática, para o deputado eu acho que não deixa nada a desejar.

PESQUISADOR: E a relação do deputado com essa tecnologia?

M.A.M.: Todos eles utilizam, quando não utilizam a assessoria utiliza, mas todos eles têm uma conta de e-mail institucional, todos eles usam esse e-mail. Nós temos um controle ótimo de acesso, pra saber o que estão acessando, nós temos alguns bloqueios... com relação à internet, à navegação, como todo órgão público, nós temos alguns bloqueios.

PESQUISADOR: Vocês têm dados estatísticos do que é mais acessado pelos deputados?

M.A.M.: A gente tem uma peculiaridade, uma característica, que é muito particular de Teresina, principalmente, que é esse boom de notícias nos portais. Primeira página de jornal deixou de ser novidade aqui no Piauí. Quando a notícia sai na primeira página em um dia, no dia anterior à tarde você já está sabendo o que vai ser. Porque o povo aqui tem a cultura muito grande de portal de notícias.

PESQUISADOR: Você acha que existe essa cultura aqui?

M.A.M.: Existe sim...

PESQUISADOR: E aqui na Assembleia?

M.A.M.: Demais... Se você prestar atenção na hora do plenário, normalmente eles estão “navegando”, eles estão vendo as notícias, muitas vezes eles comentam a notícia que saiu naquela hora. Quer dizer, é uma velocidade da informação muito grande aqui...

PESQUISADOR: Então, de certa forma, a informatização do plenário, principalmente, serviu para que os deputados se informassem mais.

M.A.M.: Ela serve para o deputado se informar mais, ela serve para o deputado consultar a ordem do dia. Ele pode consultar uma lei ou uma proposição que foi apresentada na semana passada, e se ele quiser dar uma olhada para fazer algum comentário, ou alguma coisa, está disponível lá, através de nosso portal, ou se ele quiser acessar notícia, nos portais de notícias.

PESQUISADOR: E se quiser acessar algum *blog*, *microblog* ou *site*?

M.A.M.: No gabinete é liberado.

PESQUISADOR: E no plenário?

M.A.M.: No plenário não me recordo se são liberadas todas as redes sociais. Mas as mais utilizadas, se ele solicitar... se tiver algum bloqueio e ele solicitar a liberação e a gente vê que não tem nenhum tipo de pornografia ou alguma outra coisa que possa denegrir... por que, principalmente, para quem trabalha com o público diariamente, e que precisa desse feedback, para estar acompanhando esse negócio... é muito difícil você julgar que rede social não é uma coisa necessária.

PESQUISADOR: Sem falar que tem alguns deputados presentes nas redes sociais.

M.A.M.: Têm alguns que são bastante ativos nas redes sociais. Eu como acompanhante, não aqui no trabalho, não como gestor, no horário de trabalho quase não tenho tempo pra isso, mas como pessoa que trabalha aqui no Poder... quando chego em casa, fora daqui, eu estou o tempo todo monitorando, dando uma olhada no *Twitter*, *Facebook*, em portal de notícias. Então, eu acompanho muito isso e vejo a atuação deles aqui.

PESQUISADOR: Você acha que eles se preocupam em usar a Internet como meio de comunicação com os cidadãos?

M.A.M.: Alguns tem a noção disso. Outros não.

PESQUISADOR: Se a gente fosse citar um número, em percentual, qual seria?

M.A.M.: Eu não posso falar como uma informação da Assembleia, porque eu não tenho esses dados aqui. Mas posso te dizer como cidadão, que acompanha todos eles, que segue todos eles. Eu não sou muito de estar comentando, mas capto muita informação sobre isso. Eu acho que temos aqui uns sete ou oito deputados que estão no dia a dia utilizando isso aí.

PESQUISADOR: A gente observou que todo deputado tem um e-mail institucional, esse e-mail institucional, quem controla?

M.A.M.: As assessorias deles.

Quando a caixa postal enche e a gente é comunicado que a caixa postal dele encheu, provavelmente é por que eles não estão utilizando lá. E aí a gente vai lá...

PESQUISADOR: E isso acontece muito?

M.A.M.: Não. Muito pouco. Do tempo que estou aqui se aconteceu umas três ou quatro vezes... mas a gente tem esse cuidado de estar monitorando. Não as mensagens que ele recebe que a gente não tem acesso a isso. Mas eu tenho como saber se a caixa de postal dele está cheia ou não. Eu recebo um aviso quando a conta dele estourou, e aí eu vou lá e comunico.

Por exemplo, se acontecer um caso fora do expediente, por exemplo. Fora de expediente que eu estou falando é fora do expediente administrativo da Casa, que é de 07h30 à 13h30, mas os gabinetes dos deputados ficam abertos aí, se ele quiser ficar 24h o gabinete dele está aberto. Então, se tiver algum tipo de acesso a algum site que a gente veja que não são coisas do dia a dia, coisas que estão relacionados a atividade dele, a gente faz um relatório do que foi acessado naquele dia e naquele horário e comunica o deputado oficialmente. Porque pode ser que ele não saiba.

Acesso a conteúdos pornográficos a gente bloqueia e faz um relatório.

PESQUISADOR: No site tem um link que as pessoas podem ver o que está acontecendo no plenário. Existe algum controle de acesso? Tem como saber quantos acessos tem?

M.A.M.: Só se tiver em quem hospeda o serviço. Eu acho que se a gente solicitar, eles nos fornecem. Eu acho que tem como pegar a quantidade de acesso ao site, não ao conteúdo da TV.

Mas o nosso site tem muito acesso, por que não é só de notícia, é institucional. Então, toda a parte de contracheque, ele hoje acessa o site e digita a senha dele... e ele tem acesso desde 1995 pra cá. Ele tem todo o histórico que ele pode consultar com a senha dele.

PESQUISADOR: Mas o que nos interessaria, seria o acesso à página dos deputados.

M.A.M.: Mas os deputados não têm página individual. Quando você clica em algum deputado lá, aparece a fotografia dele e o currículo dele, do jeito que a assessoria mandou. Na página que estamos desenvolvendo, vão existir as funções: o deputado, o link de transparência, verbas indenizatórias...

PESQUISADOR: Vai ter algum tipo de link direto para falar com o deputado, como uma espécie de chat?

M.A.M.: Como uma ouvidoria? Pode até ter, mas não está planejado isso não. Mesmo porque eu acho que se colocarmos um chat como esse, eu não acredito que todos vão utilizar essa ferramenta. Falando como profissional dessa parte de tecnologia e marketing, seria mais interessante se colocássemos um chat da instituição Assembleia. E em um dia disséssemos hoje o chat é com o deputado tal e ele se comprometesse a vir. Mas se deixássemos o canal aberto direto para os 30 deputados, eles não vão ter tempo para estar utilizando isso o tempo todo.

PESQUISADOR: Então, você acha que eles não utilizariam.

M.A.M.: Eu acho que eles não teriam tempo para utilizar isso diariamente.

No começo a gente sempre recebia muita solicitação de uma Lei, da cópia disso, da cópia daquilo... por exemplo, o advogado estava preparando uma peça e precisava consultar uma Lei, antes a gente recebia muita solicitação deles aqui. Hoje a gente sabe que eles acessam a página e buscam essa Lei lá. Como eu sei? Eu não tenho uma ferramenta para saber que eles estão vindo buscar. Mas um dia desses o pessoal implementou uma nova função e mudou a forma de pesquisa no nosso portal e choveu de gente aqui para saber como é que fazia agora. Então, de certa forma, involuntariamente, a gente teve um feedback, da quantidade de acesso que a gente estava tendo lá.

Antes da implementação disso aí, o nosso portal, assim como existe essa cultura aqui em Teresina, voltada para o portal de notícias... o nosso portal é institucional, mas era muito voltado para a notícia. E a gente procurou tirar essa característica principal do nosso portal. Hoje, a gente divulga notícias institucionais, mas se o deputado chegar pedindo para colocarmos notícias fazendo críticas, ataques pessoais... nada disso tem aqui, são notícias institucionais.

Se você for lá, na assessoria de imprensa, onde o pessoal redige as matérias e divulga o andamento do que foi votado no plenário, do que passou pelo plenário, eles tem um trabalho de contabilização da quantidade de matérias que saem nos jornais do dia seguinte, cuja fonte é o nosso portal.

Então, nosso portal hoje, as notícias são muito institucionais, a gente implementou a parte do GED e implementou a parte do serviço ao servidor. Com relação a transparência, hoje a gente tem as licitações lá no Portal. Toda parte financeira da Assembleia, todos os pagamentos que são feitos da Assembleia estão no Portal da Transparência, do governo do Estado.

O que está faltando divulgar? Nós estamos nos preparando para divulgar a questão do atendimento à Lei de Acesso à Informação, com relação aos salários, nos mesmos moldes da Câmara Federal, da mesma forma que eles estão fazendo, nós vamos colocar aqui. Por que? Porque tudo aqui na Assembleia é espelho do que é na Câmara Federal, guardadas as devidas proporções.

PESQUISADOR: O que seria o GED?

M.A.M.: O GED é o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a gente hoje implementou a parte de leis, de tramitação dos documentos que passam pela assembléia, das proposições dos deputados... mas o GED é algo muito maior, onde a gente pretende, futuramente, implementar áudio, a parte de rádio Assembleia, de entrevistas, a parte das seções plenárias... por exemplo: o ano que vem você quer escutar o que passou no dia 11 de agosto, você clica lá e vai escutar. Isso tudo vai ser feito por esse sistema de gerenciamento eletrônico de documentos. Depois nós vamos colocar imagens, vamos botar os vídeos das seções. Mas quem trabalha com isso sabe, que a quantidade de armazenamento que você tem que ter é muito grande. Então, como a tecnologia que a gente tem hoje, apesar de muito avançada, ainda demanda um espaço muito grande para armazenamento disso tudo, a gente ainda está pensando em buscar soluções, que com a quantidade de espaço disponível que a gente tem, a gente possa estar cumprindo esse lado, para estar disponibilizando isso aí.

[INTERVALO]

M.A.M.: Uma coisa interessante que eu tenho a te falar é que nós temos um encontro anual de todas as pessoas ligadas a área de TI nos parlamentos, onde se discutem projetos, cooperações ou trocas de informações. E há uns 3 anos eu fui a um encontro na Assembleia de São Paulo e quando chegamos lá, no segundo dia do encontro eu fiquei sabendo que a finalização do terceiro dia seria uma mesa redonda, onde discutiríamos tecnologias aplicadas nas Assembleias e estariam nessa mesa as Assembleias de São Paulo, do Rio Grande do Sul e a do Piauí. O que eu acho que eles pegaram a maior, a que eles achavam que seria a mais desenvolvida e a que eles achavam que seria a menos desenvolvida.

Eu fui participar dessa mesa e, guardada as devidas proporções, todas as tecnologias que eles usam lá, com relação a segurança de rede, acesso a Internet, a disponibilização disso ou daquilo... tudo o que eles usam no Rio Grande do Sul ou São Paulo, nós usamos aqui. Então, a questão da velocidade da informação hoje é muito grande, com essa questão da globalização, apesar de terem uma imagem que o estado do Piauí é um estado subdesenvolvido, mas tudo o que eles apresentaram nós tínhamos. É óbvio, que eles lá tem muito mais recursos, muito mais condição financeira, uma condição de estar no centro da informação, o que torna pra eles muito melhor. Ou seja, tudo que eles tem lá, nós temos aqui.

PESQUISADOR: Mas na questão de acesso aos deputados?

M.A.M.: Se você fizer uma pesquisa com todas as Assembleias, eu acho que nós somos uma das Assembleias que oferece mais condições nessa área para os deputados e para os cidadãos. Eu conheço as Assembleias de São Paulo, Goiás, Pernambuco... e eu acho que até por esse aspecto em relação a notícia que existe aqui, eles se preocupam mais com isso.

Eles hoje têm a preocupação de colocarem as assessorias para estarem monitorando os portais de notícia. Como a gente tem disponibilizado o e-mail dos deputados, eles recebem muitas solicitações pessoais.

PESQUISADOR: E você acha que o deputado responde?

M.A.M.: Acredito que sim. É importante demais o deputado responder.

PESQUISADOR: Ele mesmo ou a assessoria?

M.A.M.: Eu acho que a assessoria filtra, leva pra ele e ele diz cada uma... alguns deles usam.

DEPUTADOS

Roteiro de entrevista pré-definido

Roteiro de Entrevista para Deputado A

1. Quanto tempo de mandato Vossa Excelência possui?

Eu já fui eleito vereador da capital em 1982. E em 1986 fui eleito pela primeira vez deputado estadual e reeleito em 1990. Em 1994 fiquei na primeira suplência, mas ocupei uma secretaria no governo. Fui eleito novamente em 1998, 2002, 2006 e 2010. E hoje já exerço mandato de Presidente da ALEPI pela terceira vez.

2. Alguém da sua família é ou foi ligado à política? Se sim quem e que tipo de ligação teve?

Sim. Meu pai já foi Deputado Federal e tem 91 anos de idade. E meu irmão hoje é Deputado Federal.

3. Vossa Excelência se considera um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Todos os deputados são preparados. Cada deputado representa um segmento da população. Na Assembleia são 30 deputados e cada deputado representa uma parte da população.

Aqui nós representamos as minorias, aqui é bem diferente de um cargo majoritário. Aqui tem quem tenha 18.000 ou 20.000 votos e é suplente e um deputado com 11.000 votos é titular. Então, aqui nós representamos muitos e todos estão preparados. Olha aí o Lula... o Lula foi presidente do Brasil... metalúrgico e não precisou de diploma para ser o melhor presidente do Brasil. Ele não precisou de mestrado.

4. Defina democracia?

Democracia é o voto. A liberdade do voto. Hoje, até analfabeto pode votar. Isso é democracia. Você não vê aí o exemplo do Collor de Mello? Sofreu impeachment, mas voltou... é senador. E tem gente que pensa que tá votando no pior. Isso é democracia.

5. O Brasil é hoje um país mais ou menos democrático?

Hoje o Brasil é mais democrático. A pessoa vai no meio de comunicação e fala o que quer, diz o que quer e não tem problema. No meu entender não. Não sei se isso acontece em todo o mundo né?! É um regime aonde a população tem força e onde o poder está na maioria da população.

Você vê no passado. No passado as mulheres não votavam. Essa é uma conquista recente das mulheres. Até os analfabetos, que não tinham direito a voto, hoje têm.

6. Por que?

Tem países grandes aí que só tem dois partidos... e a população só escolhe entre os dois. Aqui tem vários... então é só escolher.

7. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não... não tem democracia sem representação.

8. De que forma, considerando todas as formas de comunicação, Vossa Excelência prefere se comunicar com o cidadão?

Pela televisão, pelo rádio, pela Internet... hoje tem Facebook, tem Twitter...

9. Por qual meio de comunicação Vossa Excelência acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E da sua atuação?

Os dois meios que ainda hoje são muito fortes são a televisão e o rádio. E aqui a Assembleia tem sua própria televisão em canal aberto, tem seu canal de rádio e ainda temos um programa de televisão em outro canal aberto. Além de colocarmos na Internet. E aí vai para o mundo. Então a população só não fica sabendo do que os parlamentares estão fazendo se não quiserem.

Eu sou um deputado que gosta muito de andar nos bairros e nas cidades onde eu fui votado. Conversando diretamente com a população. Gosto muito de ter esse contato direto.

10. Vossa Excelência possui algum canal de comunicação na Internet, como *redes sociais*, *blogs*, *site* e/ou *microblogs*? Se sim, quais?

Não. Só o e-mail da casa, mas eu nem uso.

11. Por que vossa excelência aderiu a este tipo de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta anterior for positiva)

12. Quem "alimenta" seus canais de comunicação na Internet? Com que frequência? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

13. Existe um moderador (pessoa que controla os comentários, e decide o que vai ao ar ou não) no canal de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

14. Vossa excelência acredita que seu contato com os cidadãos aumentou depois de sua adesão à Internet? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

15. Existe algum projeto de Lei seu proposto por algum cidadão por meio da Internet?

Não.

16. Seus canais permitem uma discussão com os cidadãos em relação à sua atuação? De que forma?

17. Existe algum caso de deliberação de ideias no seu mandato que tenha acontecido por meio deste canal? Podemos conhecer o caso?

Também não.

18. Qual a relação da Internet com a democracia?

A Internet é de todos, não é?! E a democracia também! Acho que a relação entre uma e outra seja essa.

19. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Vossa Excelência acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, direta, participativa ou deliberativa? Caso "não", por quê?

Eu tiro por mim. Todos os dias eu visito associação de moradores, associação de bairros, amigos... aqui na capital e no interior do estado. Além de usar rádio, televisão como forma de comunicação. E isso é possível não só no Piauí, mas no Brasil e no mundo.

Roteiro de Entrevista para Deputado B

1. Quanto tempo de mandato Vossa Excelência possui?

Este é meu décimo ano de mandato parlamentar.

2. Alguém da sua família é ou foi ligado à política? Se sim quem e que tipo de ligação teve?

Meu pai também foi Deputado Estadual por três mandatos e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas.

3. Vossa Excelência se considera um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Sim, me considero.

4. Defina democracia?

*após pensar por mais de um minuto

É um regime onde o povo tem liberdade e isonomia para a escolha dos seus representantes. As decisões mais importantes da cidade, do estado ou do país são tomadas pelos representantes, eleitos de forma livre pela população.

Definição: é a liberdade de escolha que a população tem liberdade para votar em seus candidatos e nos seus representantes.

5. O Brasil é hoje um país mais ou menos democrático?

Bem mais democrático que no regime militar.

6. Por quê?

Porque como já disse a população tem liberdade para escolher em seus representantes.

7. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Eu acho que em qualquer sociedade organizada a representação é a forma mais racional de decidir o destino de um povo. Então, quando você vive em família ou quando você vive em outros ambientes, até mesmo no seu local de trabalho, quando o número de pessoas é menor, mais reduzido, todas as pessoas podem tomar a decisão de forma coletiva. Num ambiente como uma cidade, ou quando se começa a ampliar a quantidade de pessoas envolvidas essa tomada de decisão vai ganhando um grau de dificuldade cada vez maior. Porque vai se tornando difícil ouvir a todos e ter um entendimento único sobre a decisão a ser tomada. Então, eu acredito que a forma mais sensata e mais racional e que teoricamente vem se comprovando como a mais adequada é justamente a democracia representativa.

8. De que forma, considerando todas as formas de comunicação, Vossa Excelência prefere se comunicar com o cidadão?

Sem dúvida nenhuma os meios de comunicação de maior alcance são os meios de comunicação de massa. A televisão e o rádio. Talvez não os mais adequados por que o tempo que se tem disponível nesses meios de comunicação são tempos normalmente limitados. Mas sem dúvida nenhuma são os que têm maior alcance e aquele que a informação chega ao mesmo tempo para o maior número de pessoas possível. Então acredito que são a televisão e o rádio.

9. Por qual meio de comunicação Vossa Excelência acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E da sua atuação?

Acredito que também pela televisão e pelo rádio e acho que também a mídia escrita é muito forte.

10. Vossa Excelência possui algum canal de comunicação na Internet, como *redes sociais*, *blogs*, *site* e/ou *microblogs*? Se sim, quais?

Eu também tenho um site por onde divulgo minha atuação e também participo de uma rede social para também divulgar minhas ações e também me manifestar sobre determinados temas.

11. Por que vossa excelência aderiu a este tipo de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta anterior for positiva)

Eu acredito que a sociedade tem um dinamismo grande e são novas ferramentas que apareceram e estão a disposição e isso se trata de imagem. E quem tem necessidade de se comunicar, deve aderir. Eu quero continuar me comunicando com o maior número de pessoas possível. Para tanto eu tenho que me valer de todas as ferramentas que estão disponíveis. Às vezes a gente tenta, mas a gente tem que se utilizar de todas as formas e todos os meios para atingir o maior público possível.

12. Quem "alimenta" seus canais de comunicação na Internet? Com que frequência? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

Na rede social eu mesmo. No meu site nós temos uma assessoria de comunicação que é quem publica as matérias e a atuação parlamentar.

13. Existe um moderador (pessoa que controla os comentários, e decide o que vai ao ar ou não) no canal de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

À medida que novas discussões ou fatos novos são gerados. Às vezes mais de uma vez por dia, às vezes uma vez por semana. Depende da intensidade e da atuação parlamentar.

14. Vossa excelência acredita que seu contato com os cidadãos aumentou depois de sua adesão à Internet? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

É difícil de precisar, porque nós não temos como avaliar se as pessoas que acessam a Internet, ao meu site, são as mesmas ou não daquelas que me acompanham na televisão, no rádio, ou até que eu tenha um contato pessoal direto. Mas eu entendo que é mais um canal e nós temos que nos valer de tudo.

15. Existe algum projeto de Lei seu proposto por algum cidadão por meio da Internet?

Teve. Teve um projeto, inclusive que já foi aprovado e que é Lei, que é um projeto que regulamenta o funcionamento daqueles sites de compra coletiva. Me enviaram, eu achei interessante e fiz a proposição, que foi aprovada e sancionada pelo governador. Ela está no meu site e no portal da Assembléia também.

16. Seus canais permitem uma discussão com os cidadãos em relação à sua atuação? De que forma?

No meu site tem um local onde o cidadão pode se manifestar. Postar alguma crítica, alguma sugestão. Além do meu e-mail, né? E também na rede social que permite essa interação.

17. Existe algum caso de deliberação de ideias no seu mandato que tenha acontecido por meio deste canal? Podemos conhecer o caso?

Na rede social sim. A gente fica discutindo, dialogando. Não tem nenhum caso específico.

18. Qual a relação da Internet com a democracia?

Eu acho que é uma nova ferramenta, como já disse. Um meio novo, de interação. Eu não entendo como concorrente de nenhum dos outros, mas sim complementar aos outros.

Aqui no Piauí tem a questão do próprio acesso, o interesse mesmo das pessoas, porque essa é uma questão cultural. Então, é um canal complementar aos demais, que tem tudo para avançar e continuar avançando.

19. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir etc. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Vossa Excelência acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, direta, participativa ou deliberativa? Caso "não", por quê?

Eu acho que sim. Tudo é possível. E, sobretudo diante dos avanços tecnológicos, que essa nossa geração tem vivenciado. Agora, muita coisa tem que se avançar para a gente ter realmente a convicção, a certeza da legitimidade dessas manifestações.

Porque da mesma forma que ela possibilita esse canal de comunicação, de interação, é uma ferramenta que muitas vezes é desvirtuada.

Você vê, naturalmente, determinados seguimentos que criam personagens dentro da Internet e que buscam criar um clima, um ambiente, em prol de determinada causa, que tem uma "capa" de legitimidade, mas que por trás dá para se perceber em vários momentos da história recente, que houve uma condução ou uma indução para aquela manifestação.

Quando você efetivamente tiver a certeza de que aquelas manifestações são legítimas e que elas estão vindo da manifestação livre de cada uma das pessoas individualmente se manifestação e de que não seja uma criação de personagem dentro da Internet para criar um clima, eu acho que é um caminho. E também acho que esse filtro tende a acontecer naturalmente até pelos excessos que vem acontecendo pela Internet. A Internet é uma coisa fantástica, fabulosa, mas que tem esse viés e que tem que ser tratado, inclusive pelos políticos. Pela Câmara Federal e pelo Senado Federal que tem que disciplinar um pouco mais, não no sentido de censurar, mas no sentido de coibir excessos e coibir práticas delituosas.

Roteiro de Entrevista para Deputado C

1. Quanto tempo de mandato Vossa Excelência possui?

35 anos de vida pública. 11 anos de prefeito, com 16 de deputado... mas eu na realidade tenho 14 de Deputado Federal.

2. Alguém da sua família é ou foi ligado à política? Se sim quem e que tipo de ligação teve?

Sim. O meu pai foi vereador por 16 anos, meu irmão foi prefeito, minha esposa é vice-prefeita...

3. Vossa Excelência se considera um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Essa avaliação não sou eu quem faço. Eu me considero preparado, mas o mais preparado quem avalia é o povo. A gente se esforça pra entender de todos os problemas brasileiros, de todos os problemas do Piauí, o encaminhamento das soluções dos problemas.

4. Defina democracia.

É um regime político... uma forma de governo, onde há a participação de todos, onde todos tem igualdade de participação no processo eleitoral, no processo de decisões políticas...

5. O Brasil é hoje um país mais ou menos democrático?

Bom, se formos comparar à revolução de 1964, somos muito mais democráticos. Eu acho que o Brasil hoje está entre as grandes democracias do mundo. O que falta no Brasil é dar mais igualdade na distribuição da renda... porque há um desequilíbrio muito grande entre ricos e pobres do nosso país. E também, aumentar a renda per capita como um todo. Além de aumentar, redistribuir a renda.

6. Por quê?

7. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não (estranhamento). Democracia é toda ela representada. Não há democracia sem representante. Eu acho que todo lugar do mundo, a democracia tem seus representantes, tanto no poder executivo quanto no poder Legislativo.

8. De que forma, considerando todas as formas de comunicação, Vossa Excelência prefere se comunicar com o cidadão?

Quando eu comecei a comunicação era muito mais difícil, hoje a comunicação é muito mais fácil e mais rápida, através da Internet, da televisão, do rádio, dos jornais, dos portais de notícias, dos blogs e das redes sociais.

Então, nós temos inúmeros meios de comunicação nos dias de hoje. E a maioria deles é de comunicação on-line.

9. Por qual meio de comunicação Vossa Excelência acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E da sua atuação?

O rádio, a televisão, as redes sociais, os portais de notícias. Então o cidadão tem mil e uma opções. Ele quem vai escolher a melhor. Eu acho que através da imprensa escrita, falada e televisa. E também pela Internet.

10. Vossa Excelência possui algum canal de comunicação na Internet, como *redes sociais, blogs, site* e/ou *microblogs*? Se sim, quais?

Tenho! Tenho Facebook e site.

11. Por que vossa excelência aderiu a este tipo de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta anterior for positiva)

Pela rapidez com que ela chega àqueles que aderirem também a este meio de comunicação.

12. Quem "alimenta" seus canais de comunicação na Internet? Com que frequência? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

Ora sou eu, ora são assessores... assessores alimentam e distribuem também com toda a imprensa escrita de todo o meu estado e do Brasil. A frequência é diária. Mas a repercussão é de acordo com a matéria que se coloca nesse meio de comunicação.

13. Existe um moderador (pessoa que controla os comentários, e decide o que vai ao ar ou não) no canal de comunicação? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

Existe sim.

14. Vossa excelência acredita que seu contato com os cidadãos aumentou depois de sua adesão à Internet? (Perguntar somente em se a resposta da questão 6 for positiva)

Aumentou sim. O pessoal sabe rapidamente daquilo que você está fazendo.

15. Existe algum projeto de Lei seu proposto por algum cidadão por meio da Internet?

Pela Internet? Já... já propuseram várias vezes. Sobre redistribuição de renda, sobre melhoria da saúde, de determinadas classes..

Redivisão dos Royalties... surgiram várias vezes. Eu já tinha idéia... e eles sabem que eu tenho essas ideias e ficam dando sugestões. E às vezes criticando os privilégios dos Royalties de Petróleo do critério atual.

16. Seus canais permitem uma discussão com os cidadãos em relação à sua atuação? De que forma?

Às vezes permite... porque da forma que ficam alimentando, mandando notícia, recebem notícia. Há uma reciprocidade.

17. Existe algum caso de deliberação de ideias no seu mandato que tenha acontecido por meio deste canal? Podemos conhecer o caso?

Sim, pela Internet eu tenho aqui no Piauí um Juiz de direito que me deu a ideia de mudar os sinais de trânsito para os daltônicos. Ele mandou as ideias pela Internet e nós fizemos o projeto.

O Juiz enviou pela Internet e nós avaliamos, modificamos e enviamos novamente para que ele desse o parecer e ele concordou e nós demos entrada.

18. Qual a relação da Internet com a democracia?

Bom... é a participação de todos. A Internet é livre para todo mundo, é como a democracia. Então, isso facilita muito... já que essa liberdade que cada um tem de dizer e externar seu pensamento... Às vezes democraticamente, às vezes com uma certa paixão, às vezes com certo rancor, faz parte da democracia. A gente tem que saber entender e saber tirar os exageros daquelas afirmações e daqueles conceitos que as pessoas fazem em relação a você ou relação a outras pessoas... que eles fazem pela Internet.

19. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Vossa Excelência acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, direta, participativa ou deliberativa? Caso "não", por quê?

É possível em qualquer lugar do mundo. Claro que quanto mais desenvolvido, maior o percentual da população que tenha acesso à Internet, quanto menos desenvolvido, menor. Mas a tendência é universalizar, uma vez que o computador, a Internet cada dia mais fica mais popular, mais barato, permitindo assim o acesso de todos. É verdade que hoje não temos, mas a tendência no futuro é universalizar.

Não... votar não. Porque o regime democrático não permite... ele tem que ser participativo na escolha dos seus representantes e poderá ser participativo... como existe hoje lei de iniciativa popular, como a lei de ficha limpa... com um milhão e meio de assinaturas, esse é um exemplo de lei participativa.

CIDADÃOS

Roteiro de Entrevista Cidadão – Jornalista A

1. Qual sua profissão?

Há 47 anos como Jornalista.

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Não. Só uso o e-mail.

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Por vários meios de comunicação. Ultimamente a Internet tem sido a mais eficiente, mas pela imprensa principalmente... a imprensa sempre foi o grande veículo desse país para divulgar todo e qualquer acontecimento, principalmente as atividades parlamentares.

Eu fico sabendo de várias maneiras. Conversas particulares, telefone, a própria imprensa... o jornalista tem muitas fontes.

4. Você frequenta alguma rede social, *blog*, *site* e/ou *microblog* de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

1. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Mantenho sim. Pessoalmente, por telefone, etc. O jornalista tem muito contato com suas fontes permanentemente. Eles mesmos procuram a gente para dar dicas disso e daquilo que está acontecendo. Estabelecem um elo entre o profissional de imprensa e o parlamentar. O político de um modo geral, não só o parlamentar.

Desde o início da profissão.

2. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Não.

3. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

Não. Escrevi assim... em período de campanha sim. Produzi peças de campanha para políticos sim... de deputados e de outros políticos.

4. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

5. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

Pessoalmente e por telefone. Mais é pessoalmente.

6. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

7. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

8. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Isso é muito relativo. Às vezes você falar sobre preparo tecnológico ou de profundidade tecnológica, eu acredito que muitos deles não têm. Entretanto, eles têm uma vivência popular tão grande, um convívio tão grande com as diversas camadas populares, que eles sabem todos os anseios das pessoas. E aí, o grande mérito que eu acho do político, não só do parlamentar, mas também do administrador, é ele ouvir esse anseio da população e conversar com a comunidade técnica para pedir sugestão como transformar isso em projeto técnico que venha como benefício para a sociedade.

9. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Discutem. Muitos deles discutem. Inclusive eu já fui procurado por parlamentares e administradores também para pedirem sugestões sobre determinados fatos. Tem muito político que nos procuram, nós jornalistas, para trocar ideias, pedir opinião sobre projetos que eles querem apresentar, pedir sugestões para melhorar projetos... eu particularmente recebo constantemente.

10. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Com certeza. A Internet hoje é uma realidade que a gente não sabe onde pode chegar. A capacidade dela agora é que está sendo discutida. Com certeza, se os deputados utilizarem bem a Internet para conversar com os diversos segmentos da sociedade, facilita mais o trabalho deles.

11. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Conheço vários. Tem muitos deputados que colocam blogs que recebem sugestões. Aqui na Assembleia tem o Deputado Firmino Filho que faz isso constantemente, o vereador Edison Melo faz isso. Vários e vários políticos fazem. Colocam canais de Internet para receber sugestões.

Projeto de lei... não só projeto de lei, inclusive posicionamento sobre essa ou outra matéria. Eu conheço jornalista sim que já fizeram isso. E inclusive eu tenho um filho que é jornalista que ele faz isso com vários políticos. Ele pede sugestões pela Internet e ele devolve pela Internet também... é muito comum. Eu é que não sou afeito ao uso da Internet.

12. Com suas palavras, defina Democracia:

Eu acho democracia um conceito muito lato. Porque as pessoas confundem inclusive democracia com liberdade para fazer tudo, inclusive o mal. Não é por aí. Eu acho que democracia é um regime de muita liberdade, um regime essencial para se viver, mas exatamente por ser um regime de muita liberdade e muito bom para se viver é que ele estabelece inclusive regras subliminares para a formação do caráter da pessoa. Aí sim, você vai saber quem é o bom ou mau cidadão no regime democrático, por que ele não está fazendo nada obrigado, ele está fazendo espontaneamente, aí você pode delimitar qual o bom e qual o mau caráter.

13. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Eu acho que o Brasil é um país democrático. Porém, ainda tem muita influência de determinadas forças, como por exemplo, o poder econômico. E tem um grande mal que o Brasil está vivendo hoje que se tornou uma força tão grande, mas tão grande mesmo, que está incontida, que é a corrupção. Hoje tudo no mundo se consegue através do dinheiro, através do favorecimento. É o toma lá, dá cá. E esta coisa está virando quase que uma política de Estado. Está perigosíssima. Porque você vê na televisão... cria-se uma rede de corrupção, um pagando o silêncio do outro. E o que é isso? Isso é uma prerrogativa do regime democrático. Porque o cidadão não é policiado e por não ser policiado ele se dá ao luxo de fazer esse mal. E como nós temos uma justiça caminhando muito lentamente para punir as pessoas que praticam o mal, nós temos hoje uma rede de criminalidade sutil que está tomando de conta do nosso país, que é esta rede de corrupção. Que virou uma política de Estado. Uma verdadeira política de Estado a corrupção no nosso país.

14. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Olha, a relação é muito grande. É como eu disse de início, a Internet não se sabe onde possa chegar. Ela está tão grande e em tamanha expansão e a todo instante descobrindo fatos novos que hoje a gente se assusta. Mas o que assusta hoje, amanhã já não assusta mais. Já vira rotina. Então, a Internet é uma invenção nova que aconteceu sem barreiras e exatamente por ser sem barreiras, ela está numa expansão muito vertiginosa e isso pode trazer perigos para sociedade sim, se existir desvirtuamento.

15. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Pode sim. Pode e deve até certo ponto. Porque a própria sociedade se tiver um bom direcionamento e tiver, por exemplo, bons princípios cristãos, princípios morais, princípios éticos, a própria sociedade... agora, em todo e qualquer movimento, tem que ter liderança e essa liderança tem que estar acima de tudo bem intencionada. Esse que é o grande problema.

Nós temos hoje uma sociedade que está agindo por impulso ou levada por interesses imediatos. Por exemplo, o sindicalismo brasileiro que foi a voz do trabalhador por muitos anos, mas acabou desvirtuado. Tomou rumos partidários, rumos de interesses imediatos muito acirrados e deixou de ser aquela representação realmente do segmento da sociedade, mas do interesse localizado. E isto é perigoso.

16. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Eu acredito sim. E vou mais além, ela não é apenas um canal de comunicação entre cidadão e político ou político e cidadão, ela é entre o cidadão de modo geral. Entre o elemento humano de modo geral. A Internet está tomando conta... virando uma coisa de conversação. Então, da mesma forma que estamos conversando aqui, você conversa de forma virtual. Você tem hoje cursos virtuais até de nível universitário que estão aí com excelentes resultados. Então, a Internet é uma realidade tão grande e tão fascinante que nós não temos... eu por exemplo, não tenho a menor ideia de onde ela possa chegar. Agora, que é um canal que a tendência é de crescimento e de aperfeiçoamento é. Porém, tem também os seus pecados. As redes de Facebook e não sei o que... qualquer que seja o canal, em determinado momento ela se torna uma rede muito perigosa. De espalhar fuxico, de espalhar difamação, de espalhar calúnias... e não se tem sequer uma dimensão de como se pode criminalizar essas ações. E nós temos muitos e muitos exemplos... quantos e quantos escândalos mundiais já surgiram em função da Internet. Então, ao mesmo tempo que é uma coisa fantástica para a humanidade é também muito perigosa.

Isso acontece de várias maneiras, um fator dessa natureza vem acontecendo naturalmente sem que a gente se aperceba do que está ocorrendo. Às vezes nós mesmos não damos conta do que está em volta da gente. Simplesmente, vai chegando e se apoderando. Você não sabe onde pode chegar. Fica numa coisa tão fantástica que de repente toma de conta da sociedade. Agora a gente vê às vezes uma pessoa da repartição pública que

para um serviço que está fazendo por que recebeu uma mensagem no Facebook. Ela para para ir atender aquela mensagem, às vezes é uma mensagem importante, mas às vezes é só uma fofoca. Então fica difícil até de dimensionar.

[Conversa informal]

As pessoas, e isso vem do parlamentar, do político, do empresário, etc. eles já estão tão acostumadas a essa troca de favores, a esse toma lá, dá cá, que se você chega sem se identificar, sem dizer quem você é, ele já olha assim e no íntimo ele já pensa: Porque que eu vou parar para perder tempo com esse cidadão que eu não sei nem quem é? Se ele não sabe a finalidade da pergunta que você está fazendo. Às vezes a pergunta é muito importante e se destina a uma função muito mais nobre ainda, mas ele não tem poder de absorver aquilo. Resultado, ele simplesmente perde a oportunidade de se comunicar, ou de fazer uma comunicação da maior importância para a sociedade, por que ele acha que ele vai perder tempo. A mesma coisa o mundo moderno está impondo ao empresariado. O empresário só para pra conversar com a pessoa se ele souber do que se trata (se tem perspectivas de negócios, se ali dá uma troca), digamos assim. É o toma lá, dá cá. Eu só lhe dou isso, se você me der isso. Mas a sociedade está em um automatismo tão grande, numa correria tão terrível que a pessoa não para para escutar. Às vezes a pessoa pode estar dizendo uma coisa que pareça ser insignificante, mas aquilo tem um conteúdo por traz muito grande principalmente para o político, que às vezes reflete um problema social da maior importância, mas nem sempre ele para para escutar, aquilo que é da maior importância para ele.

Roteiro de Entrevista Cidadão – Jornalista B

1. Qual sua profissão?

Jornalista

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Tenho sim. As redes sociais *Twitter*, *Facebook* e *blog*.

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Numa escala de abrangência, eu acredito que a Televisão, depois a Rádio e ultimamente a Internet. Esses veículos nessa ordem são os meios mais fáceis para se saber da atuação parlamentar.

Eu gosto muito de ler jornais, revistas e também pra ter a informação de forma mais rápida, mas de forma superficial eu uso a Internet.

4. Você frequenta alguma rede social, *blog*, site e/ou *microblog* de algum deputado? Com que frequência?

Sim. Tenho vários deputados que eu sigo na rede social *Twitter* por conta da profissão que exige que eu esteja antenado com o que eles estão praticando. E essas redes sociais são as formas mais rápidas para a gente manter este contato. Então eu os sigo para ter as informações de forma mais rápida nas redes sociais.

Diariamente eu acesso as redes.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

1. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Sim. Sempre que estou presente nas seções da Assembleia ou da Câmara Municipal eu tenho esse contato direto. Também na redação do jornal, por contato telefônico e também nas redes sociais. Desde que iniciei a trabalhar com jornalismo político, há uns quatro anos, mantenho esse contato e troco algumas informações com os parlamentares.

2. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Há quatro anos eu mantenho esse com todos os deputados, mas pela Internet é bem recente, penso que no último ano. Alguns deputados são pioneiros na utilização dessa ferramenta.

Algumas coisas que eu escrevo no *Twitter* são respondidas e algumas postagens que eu faço no *Facebook* também são comentadas. Então, essa interação pela Internet existe.

3. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

Não. Todo material que escrevo é sempre publicado.

4. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

Obtenho respostas sim. Eu costumo fazer perguntas para aqueles que são ativos na rede. E aqueles que são eles mesmo que atualizam. Alguns se utilizam da assessoria de imprensa para fazer a atualização. Mas estes eu percebo e pouco tenho contato. Mas os que eu sei que é o próprio parlamentar que atualiza eu consigo fazer esse contato e sempre sou respondido.

Algumas vezes fica visível pela própria assinatura no final da mensagem, mas em alguns outros casos, que não tem essa informação, a gente percebe que o texto não é aquele texto pessoal, que é um texto de promoção, puramente feito por assessoria.

5. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

O contato pessoal ainda é o mais eficiente, por que a gente tem a possibilidade de ver a reação imediata do parlamentar e a partir dali desenvolver novas perguntas. O diálogo pessoalmente ainda é a melhor ferramenta.

6. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

Não. Não cheguei a propor. Geralmente quando eu faço questionamentos através da Internet, são puramente questionamentos, em busca de informações. Mas nunca houve essa questão da proposição.

7. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

Sim. Na realidade todos os deputados que começaram a usar a rede, com os quais eu sempre tive contato pessoal, passei a ter um contato maior. Principalmente por conta do Twitter, Facebook...

Principalmente depois do advento das redes. De fato a Internet e as redes sociais vieram contribuir com esses debates, com essas discussões e inserir os cidadãos nesse debate.

8. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Na verdade o que a gente vê nas redes sociais é que eles se utilizam da ferramenta para mensurar como está a sua atuação política. Isso não quer dizer que eles sejam os mais preparados... mas podemos dizer que eles estão à frente dos que não utilizam essa ferramenta.

É difícil dizer se são os mais preparados, mas posso dizer que são sim os que mantêm uma melhor comunicação com seu eleitorado. São os que vencem, talvez por abrir essa oportunidade de comunicação. Que não é importante apenas no período eleitoral, mas em todo o mandato do parlamentar.

9. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Acredito sim. Na realidade eu já vi e já acompanhei algumas dessas discussões. Principalmente com o Deputado Firmino Filho, Senador Ciro Nogueira... Alguns internautas elogiando, alguns internautas propondo novas alterações... então, eu acredito sim que eles discutam.

10. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Com certeza. As proposições que são colocadas nas redes sociais pelos parlamentares são sempre tem um repercussão. Seja ele elogioso, seja ele de crítica, seja ele de sugestão. Mas as postagens feitas nas redes sociais nunca passam em branco. Esse é um canal direto de divulgação para a sociedade.

11. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Vários deputados piauienses já fizeram isso. Deputado Firmino Filho, Senador Ciro Nogueira, Deputado Federal Marlos Sampaio, que são parlamentares que utilizam bastante as redes sociais.

Discussão eu nunca observei. Já vi a observância da relevância dos projetos, algumas sugestões e algumas críticas, mas nunca troca de insultos, troca de ofensas que venham caracterizar uma discussão. Somente discussões positivas, nunca beirar a coisa agressiva.

12. Com suas palavras, defina Democracia:

Democracia eu vejo como um processo que ainda segue em construção no Brasil. A gente tem avançado em diversos pontos, mas que precisa ser aperfeiçoado. Mas é um processo essencial para que a gente possa ter um processo político, um processo eleitoral, um processo de transformação, atendendo os direitos da sociedade.

Além de você possibilitar que as pessoas se manifestem, conceder liberdade às pessoas e aos seus políticos, é uma forma dos nossos representantes estarem administrando nosso país.

13. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Democrático. Bastante Democrático. Mas precisa avançar em muitos pontos. A gente vê uma democracia avançada em alguns pontos como: liberdade da votação, na liberdade da escolha. O nosso processo eleitoral é um exemplo claro da força da nossa democracia. Na própria liberdade de imprensa... mas também tem as relações difíceis como os presídios... a gente vê que o Estado tem dificuldades de manter uma conversa com os detentos... enfim, a gente ainda está em construindo esse processo de democracia. Eu creio que nossa democracia esteja em processo de formação.

14. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

A Internet surgiu dando a possibilidade do cidadão comum ser ouvido e se manifestar em meio a essa representação que a gente tem através dos políticos. Então isso se fortaleceu diante da Internet, por que ela abre portas, abre caminhos, para que ele leve sua mensagem, seja ele a favor, seja ele contra... seja ele uma crítica ou seja um elogio. Então, a Internet surge como essa grande ferramenta de penetração na sociedade que fortalece a democracia e sobretudo, fortalece o cidadão comum que tem a oportunidade de ser ouvido e de questionar quem o representa e quem está no poder.

15. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não. Eu creio que a forma que a gente tem hoje da representatividade através dos políticos, através dos parlamentos, através dos cargos eletivos é a forma mais adequada que a gente tem para tornar o direito popular.

Para tornar essa democracia popular representada. A democracia representativa é o melhor modelo que existe para um país como o Brasil de dimensões continentais e com essa quantidade populacional.

16. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Agora é possível a gente ver como os piauienses estão usando essa ferramenta. A gente já viveu um período muito mais difícil para se ter acesso à Internet, hoje a Internet já está se popularizando nos domicílios, nas escolas, nas universidades, ou seja, hoje o acesso à Internet está se tornando mais fácil.

Mas como essas pessoas que estão adentrando a Internet às vezes percebem um comportamento desvirtuado de outras pessoas com as enormes possibilidades que a Internet proporciona. Então, para a gente chegar a esse ponto do cidadão utilizar a Internet como ferramenta para se aproximar do seu representante ou do político, a gente tem que caminhar bastante para se conscientizar. Tem que existir a consciência de que o internauta, do cidadão comum, e ele pode e deve, e existe meios para ele utilizar essa ferramenta, para cobrar e para estar atento e acompanhar a atuação de seus representantes.

Então, a Internet tem esse potencial, mas os usuários não estão preparados para usar esse potencial da Internet como forma de cobrança ou aproximação aos políticos.

Nas redes sociais a gente vê muito mais um acompanhamento de fatos rotineiros, que são do senso comum, que uma postura crítica.

Parece que a política é uma coisa que pouco interessa ao internauta piauiense. Por que ele entra na Internet e quer ver primeiro acompanhar o resumo da novela, quem saiu no "paredão", ou seja, primeiro debater as coisas que fazem parte do senso comum para deixar para depois essa discussão da situação política.

As propostas que são apresentadas no parlamento, da atuação do governo, e as manifestações que a gente vê no sentido político ainda são alguns correligionários ou algumas pessoas ligadas a algum político que se manifestam. Falta ao cidadão que está desprendido de ligações políticas, mas que está sob a ordem da política, se envolver mais no debate, participar, propor e estar participando também nas redes sociais.

Roteiro de Entrevista Cidadão – Advogado, Professor Universitário

1. Data de Nascimento:

28/02/1950

2. Qual sua profissão?

Advogada e Professora Universitária.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Tenho *Orkut*, *Facebook* e *MSN*.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Em primeiro lugar a televisão, depois o rádio.

Eu pesquiso a atuação dos parlamentares. Eu assisto a TV Assembleia, acesso os sites de notícias, procuro me informar sobre a atuação dos parlamentares. Eu acesso o TSE.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Sim. Acessava muito o site do Deputado Tererê. Mas acesso outros blogs de caráter político.

Todo dia eu acesso o 180 graus para ler as fofocas políticas.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Sim. Tenho contato pessoal com o deputado que eu voto, que é o Deputado Tererê e com o Deputado Júlio César. E sempre eu recebo comunicação através do e-mail da atuação de vários deputados.

Eu também leio o site da Fundação Perseu Abrão, que é de caráter político.

Há muito tempo mantenho esse contato. E ultimamente tenho me comunicado muito pela Internet, faço inclusive críticas. Tenho os e-mails dos deputados e mando sempre e-mails com críticas.

7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Sim. Tenho o e-mail de vários deputados e desde que eu tenho e-mail eu mando. Antes da Internet eu tinha contato pessoal. Eu assistia as sessões da Assembleia, mas sempre mantive um contato pessoal.

8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

Não. Na realidade nunca escrevi nada em blog de nenhum, só por e-mail.

9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

Poucos são os que respondem. A maioria finge que não vê e não responde.

Dá pra perceber que é algum assessor.

10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

Pra mim fica muito mais fácil mandar e-mail. Ou criticando, ou aconselhando, ou elogiando alguma coisa. E eu sou uma pessoa esclarecida, mas nem todo mundo faz isso.

11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

A única vez que eu pude propor algo assim foi em 1993 quando eu participei de um congresso do debate da Lei Orgânica da Assistência Social, mas pessoalmente e em meio a um debate.

Eu só tento por meio da Internet, porque é muito difícil a comunicação pessoal com eles depois que eles se elegem.

12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

Eu nem sei se aumentou, porque eles não respondem. É muito impessoal, ou mandam um assessor responder, fingindo que responde e quando você o encontra pessoalmente e que questiona, vê que ele fica aéreo, por que não foi ele quem respondeu.

13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Essa questão de ser preparado ou não ser é muito relativa, por que todo mundo é preparado em alguma coisa. Basta que tenha boa vontade, por que todo mundo pode contribuir em alguma coisa. O que falta mesmo é o interesse dos deputados em trabalhar pelo povo.

O Brasil é um país imenso, só que...

Mesmo o que tem um baixo nível de instrução ele tem experiência em alguma coisa, se ele quiser contribuir, ele pode contribuir. Agora, o que acontece é que ele não tem interesse. O interesse é só em enganar o cidadão.

14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Só no período eleitoral. Porque são todos fisiologistas, e eu sei que é terrível você generalizar, mas em regra geral você tem acesso no período eleitoral pra discutir os projetos deles, depois disso eles esquecem e colocam uma pedra em cima das reivindicações dos cidadãos.

Cada qual, no meu entender, trata do seu próprio interesse. É só interesse pessoal.

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Se eles tivessem boa vontade sim. O problema é que eles não têm interesse. O interesse é só pra o bolso deles... é o que eu acho.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Esse tipo de discussão a gente tenta, tenho amigos que tentam também. Mas é impossível porque a gente não obtém respostas.

17. Com suas palavras, defina democracia:

Democracia pra mim, na etimologia da palavra, é o governo do povo. Mas um governo do povo entre "aspas", por que no momento que a população vota, ela transmite esse poder que ela tem para os deputados e os deputados fazem mal uso desse poder.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Muito mais que em 64. Muito mais mesmo que no período Getulista. Porque no período Getulista ele era muito mais populista que outra coisa qualquer. Porque ele fazia muita coisa pelo povo, mas isso era pra manter o povo no controle. Pra controlar o povo... as leis trabalhistas... tudo aquilo era pra manter, mais ou menos, o povo no controle e não haver uma revolta. E é o que continua acontecendo até hoje. Eles querem de alguma forma manter o povo controlado, minorando o sofrimento dos miseráveis que recebem alguma coisa e acham que estão recebendo muito, porque não tem uma noção exata dos direitos que teriam se esse país fosse bem administrado.

Se houvesse bons canais de comunicação, que não fosse também comprados. Que transmitissem a realidade. Redes de comunicação, que às vezes eu me envergonho, de como eles pendem pra um lado político, de como eles não têm interesse de esclarecer o povo. De como o governo não tem interesse na educação, porque o cidadão educado vira um cidadão crítico. Então eles não têm esse interesse. Eles têm interesse em amenizar essa situação, em dar um consolo pra quem é pobre demais e está a ponto de se revoltar, para evitar maiores revoluções e eles possam ficar sempre mamando e se enriquecendo.

Existem algumas pessoas de boa vontade entre eles, pessoas de boa vontade. Os cidadãos que fizeram a constituição de 1988 eles pensaram no povo. Foi a constituição cidadã e é uma das constituições mais

democráticas que tem. É pena que seja uma constituição altamente programática. Muita coisa que está na constituição ainda não foi regulamentada e por isso o cidadão não tem acesso a isso. Os direitos fundamentais estão lindíssimos na constituição, mas o cidadão não exerce a sua cidadania na sua plenitude. A dignidade da pessoa humana é altamente desrespeitada. Então é cidadania e democracia de faz de conta. Melhorou, claro que melhorou com a constituição de 1988, mas se a constituição de 1988 fosse observada na íntegra... fosse a bíblia do presidente da república, dos parlamentares, dos governantes... fosse a bíblia dos três poderes. E eles agissem com consciência, não existia um país melhor. Porque nosso país além de ser um país de dimensão continental, cheio de beleza, economicamente viável... seria ótimo. Mas a constituição continua não sendo aplicada na sua plenitude.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Internet pra mim é uma faca de dois "gumes". Porque eles colocam muita coisa na Internet para fazer a cabeça do cidadão, para o cidadão se conformar.

Se na Internet circulasse apenas o que é verdade seria muito legal. Mas não é. Pela Internet eles enganam o povo. E eu sou muito revoltada com isso.

Você coloca um filho seu para acessar a Internet, você tem que ter cuidado, por que a Internet tem muita coisa boa, mas tem muita coisa ruim também.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Não acredito. Não acredito, porque tem cidadão esclarecido que não tem acesso a Internet. Porque não sabe mexer no computador. Tem inclusive professores de universidade que não sabem acessar a Internet, imaginem um cidadão comum.

O Piauí é enorme. O grande sertão do Piauí tem gente que não tem acesso à televisão, como vai ter acesso à Internet? Não tem dinheiro pra comer, como vai comprar um computador?

Pra mim, o maior canal de comunicação seria as rádios comunitárias que estivessem no interior do sertão, tivessem em todos os lugares esclarecendo a população. Mas eu estive pesquisando e a maioria das concessões de rádio e canais de televisão pertence aos parlamentares ou à família dos parlamentares. Então, é um conteúdo que não é confiável, por que eles colocam o que querem para o cidadão.

Roteiro de Entrevista Cidadão – Funcionário Público

1. Qual sua profissão?

Funcionário Público.

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Redes sociais. *Facebook*, *Twitter* e esses outros que todo mundo usa, *Instagram*. No passado, *Orkut*, mas hoje, quase ninguém mais usa.

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Eu acho que hoje a presença da TV Assembleia é algo incomparável.

4. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Se eu acesso? Acesso todos eles.

Diariamente

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

5. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Com todos eles. Há seis anos. Pessoal, verbal... e pela Internet só se for para enviar circular.

6. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Não. Já me comuniquei. Já enviei recado e fui respondido. Já vi alguma deputado citar algum serviço da Assembleia e eu pela rede social fui lá e mostrei que não era assim...

7. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

No caso dessa particular, foi algo muito pessoal.

8. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já

pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

9. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

Como aqui na Assembleia, nós temos 30 deputados, normalmente eu trato pessoalmente. Às vezes eu faço algo escrito... Às vezes eu vou de gabinete em gabinete. Se eu vejo, alguma coisa no Twitter de alguém que falou mal de algum deputado e eu percebo que ele não deu nenhum feedback ou não se manifestou, eu o auxilio.

Eu tenho um cuidado muito grande com a imagem dos deputados.

10. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

Não. Nunca tive interesse. Nunca tive nenhuma proposição.

11. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

No meu caso, que estou ligado diretamente a parte de TI, aumentou.

12. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Bom. Eu acho que são eles que representam. Eles estão lá, por que a sociedade os colocou lá. Agora, cada deputado tem uma característica diferente, tem um assunto diferente, dependendo da área de atuação de cada um, da formação, eles direcionam mais o trabalho deles em uma área ou outra área.

13. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Acredito que sim. A Assembleia, e esse é um dado estatístico que você pode pegar também... e inclusive os deputados, se reuniram semestre passado, para definir regras para a realização de audiências públicas e de seções que não são ordinárias, de tantas que tiveram no semestre passado. Teve dias aqui, de ter duas audiências públicas. E audiências públicas tratam de assuntos que estão em discussão na casa com o envolvimento da sociedade organizada.

A Casa é muito aberta à participação popular.

14. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Eu acho que sim. Eu acho que esse é um caminho sem volta, vai acontecer.

15. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Se não me engano, eu já vi algum deputado fazer campanha em Internet para arrecadação de assinaturas, não me recordo o que foi, mas já vi.

16. Com suas palavras, defina Democracia:

(silêncio e dúvida)

Eu acho que hoje ela é muito bem... ela é muito bem... vivenciada pelas pessoas. Principalmente, a gente que trabalha em uma casa legislativa, onde a gente escuta essa palavra todos os dias... eu acho que a democracia é... eu acho que o Brasil hoje vive uma democracia, na essência da palavra... porque, você vê às vezes as pessoas dizerem: a gente vive uma democracia. Mas a pessoa não tem direito de chegar lá, de falar, de reivindicar, de estar expondo seu posicionamento. No caso da Assembleia, eu vejo uma casa muito aberta à participação popular. Você chega aqui e não tem controle de acesso, a pessoa chega aqui entra e a pessoa tem acesso direto ao gabinete do deputado. Se você chega na hora da seção na porta do Plenário, está cheio de gente, quem quiser encosta no deputado, fala com ele, conversa... Eu acho que, você definir democracia é uma coisa tão grande que é difícil definir com palavras. Porque eu acho que democracia é essencial na vida de todo mundo.

17. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Eu acho que é mais democrático. Principalmente pela velocidade e pela cobrança, principalmente para quem trabalha no setor público, com relação à transparência. Na divulgação do que você está fazendo, na prestação de contas... antigamente as coisas aconteciam de forma menos visível. Hoje a sociedade não reclama e não protesta se não quiser, mas a informação está ali na cara de todo mundo. Ninguém hoje faz nada escondido de ninguém. Quem não enxerga é porque não quer enxergar.

18. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Acho que Internet, principalmente com esse advento das redes sociais, eu acho que a sociedade hoje tem uma capacidade de mobilização muito maior. Nós tivemos um exemplo de mobilidade em Teresina, com relação a greve dos estudantes, com relação ao aumento da passagem dos ônibus, e você via eles se manifestando e marcando protestos pelas redes sociais, convocando o pessoal para protestar. Eu acho que é um instrumento muito grande de mobilização, de reivindicação dos direitos do cidadão, quando eles não estiverem sendo garantidos.

19. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Acredito que não.

20. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos

acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Acredito que sim. Eu acredito que com os deputados, por que eu vejo a preocupação deles no dia a dia de estarem inteirados sobre o assunto Internet, computador... deputados que nem sabiam o que era computador solicitaram que nós colocássemos alguém que estivesse orientando eles. A gente tem uma pessoa no plenário para estar orientando quando eles tiverem dificuldades e eles o chamam. Eles têm um interesse muito grande de participar disso, por que eles sabem da importância disso, principalmente por que aqui em Teresina, o pessoal adora estar vendo as notícias na Internet.

Minha família, a maioria, mora em Recife, eu vou lá e passo 15 dias e ninguém toca em um assunto sobre algo ou alguma notícia que está em portal na Internet. Em Teresina, você senta em uma mesa alguém diz: tu viu o que tinha no portal tal? Tu viu o que o jornalista tal falou em.

Roteiro de Entrevista Cidadão Representante de Classe – Juventude Partidária:

1. Qual sua profissão?

Minha formação é Turismólogo, mas eu não atuo na área não.

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Twitter, Facebook, Orkut...

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Hoje, ainda muito pela TV e jornal, mas já vem crescendo muito a questão das redes sociais. Ainda não é o principal meio de informação, mas já vem crescendo muito e em breve será o primeiro.

O meu pessoal é a Internet mesmo. Pela facilidade de estar na rua o dia todo e ter Internet pelo celular, tem como acompanhar mais pela Internet.

4. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Frequento. Todos os dias para ir acompanhando.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

5. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Mantenho. Com o deputado que eu acompanho hoje há quatro anos. Pela Internet e pessoalmente.

6. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Mantenho. Pela Internet há dois anos, quando ele começou a atuar.

7. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

Não.

8. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

Sim. Principalmente pelo Twitter, sempre que eu menciono ele no Twitter ele responde mencionando também a minha pessoa e a gente mantém esse contato.

Algumas vezes sim, a gente imagina que a assessoria dá um (risos)...

9. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

Pessoalmente é melhor, mas pelo twitter e facebook tem funcionado bem.

10. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

Não. (dúvida) O deputado que eu acompanho ainda não tem essa atuação nesse sentido nas mídias sociais. Então, para discutir projeto... ele mesmo não faz isso. E fica difícil para mim propor isso.

11. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

Aumentou. Porque nem sempre a gente pode estar presente e com a Internet como já falei, até com a facilidade do celular, você entra em contato, manda um e-mail, recebe, menciona no twitter, facebook... é até mais rápido.

12. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Com certeza.

13. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Acredito que não. É difícil... é o sonho que a gente tem.

Eu acho que a nossa política brasileira ainda não... a gente sonha com essa democracia, de não só chegar lá e escolher nossos representantes, mas também de discutir com eles os nossos projetos e a gente ainda não amadureceu politicamente nesse ponto aqui no Brasil.

14. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Poderia. Hoje tem ferramentas na Internet que facilitariam muito isso daí. Mas a gente ainda não viu como eu falei esse amadurecimento. Eu acho que por falta de vontade política deles.

15. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

O Deputado Firmino. Esse ano todo nessa parte de pré-campanha ele fez essa discussão. Ele recebeu ideias e respondeu as ideias que a gente mandava para ele. Então ele fez bem isso esse ano.

Já. Até no movimento estudantil, por que no movimento estudantil a gente costuma muito estar planejando, como fazer, como vai ser um ato político... através da Internet.

16. Com suas palavras, defina Democracia:

Rapaz, o conceito de democracia é muito complicado. É um princípio muito bonito na teoria, mas que a gente não conseguiu a plenitude dele na prática. A definição minha pessoal de democracia seria não só na hora de escolher o candidato, mas na hora da atuação parlamentar, na hora de decidir como vão ser os projetos, na hora de decidir até que projeto naquele momento cabe a cada seguimento... no meu caso como jovem, representante do movimento estudantil, na área educacional, na área de juventude... eu acho que é importante.

17. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

(dúvida) O Brasil avançou muito na questão da democracia, mas o que falta é a igualdade na hora da candidatura. A gente vê aí... o espaço seria o mesmo, mas o candidato que tem mais dinheiro a democracia é melhor para ele. Ele consegue chegar mais no povo. O povo tem mais acesso à chegar nele também. E o candidato com menos recursos é mais complicado.

18. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Acho que toda possível. Acho que facilita muito. Antes da Internet a gente nem conhecia o representante, você conhecia o candidato no período de campanha, mas você não sabia da vida dele. Como era a atuação dele fora da atuação parlamentar... na atuação profissional ou família. E com a Internet hoje a gente sabe, fica muito fácil a gente saber como é a atuação dele profissional, como é a atuação dele com a família, com os amigos... através das mídias sociais eu acho que a gente consegue separar bem essas coisas.

19. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não. A gente ainda não tem esse nível não.

20. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por que?

Hoje não. É uma coisa que tem que se avançar aos poucos. Hoje a gente vê isso nos EUA, por exemplo, por que é um país de primeiro mundo, a informação é maior... tem mais acesso à informação, a Internet está para todos. E aqui não. Aqui ou você paga e é caro, não é barato para o cidadão comum. E acaba ficando sem acesso... você vai para a *lan-house* ou você vai usar a Internet de um amigo... é assim que funciona. Mas nos países de primeiro mundo fica mais fácil.

Roteiro de Entrevista Cidadão Representante de Classe – Movimento Estudantil

1. Qual sua profissão?

Sou gerente de estoque.

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Redes sociais. Facebook e MSN.

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Televisiva, né? Eu também acho que televisiva, mas eu acho que falta é o contato frente a frente. Eu acho que não tem essa comunicação 100% de jeito nenhum. É mais quando ocorre um projeto que deu certo ou uma corrupção que foi descoberta. Mas nada que chame muita atenção do popular, por que eu acho que o social falta muito nessa hora.

4. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não. Até agora não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

5. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Não.

6. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

7. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

8. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

9. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

10. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

11. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

12. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

13. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Não. Justamente porque eu acredito que ele, por ele estar naquela situação ali, e ter um pessoal trabalhando com ele, pra ele não tem necessidade do contato com o público não. Ele acha que o pessoal tem que aceitar o que ele quer e só aprovar depois de estar pronto.

14. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Pode! Pode e não pode. Porque eu acho que pra o cidadão chegar a ponto de entrar num blog de um deputado, ou a função que ele exerce hoje no mercado político, ele tem que ter aquele contato social de pessoa física. Que eu acho que o que está errado na política hoje é que o camarada se esconde e só aparece no período eleitoral.

15. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Conheço só um.

16. Com suas palavras, defina Democracia:

Eu acho que... eu posso até me equivocar um pouco, mas eu acho que a democracia é uma coisa que eu acho que tem que ser aberta, tem que ser concreta, não pode ser escondida, de jeito nenhum, ela tem que ter o direito de visão, de todos. Você tem que mostrar o que realmente você pensa, você é e abordar todo mundo nesse sentido. A transparência, não é? Mostrar a transparência.

17. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Eu acho que a democracia dele, se concentra só num lugar. Ela não tem uma democracia pra fora. Como a democracia, dizem, que é para todos, ela não chega para todos. Mas ela deveria ser mais aberta... deveria estabelecer um contato mais físico e não aquela coisa escondida. No caso do projeto, um cara só te mostra o projeto quando ele joga na televisão e você tem que aceitar, e foi aprovado já. E a população não pode ter a iniciativa de dizer sim ou dizer não.

18. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Eu acho assim. Questão da democracia com a Internet ou com qualquer meio de comunicação, quando ela mostra o lado obscuro. Ela mostra, mas não mostra totalmente, por que toda vez que aparece uma confusão dessa, sempre tem um jeito de esconder alguma coisa. E quando a democracia é levada pra o lado bom, ela também, do mesmo jeito, ela esconde sempre um furo por trás de tudo. Eu acho que ela nunca foi clara. Ela não é clara pra ninguém.

19. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não.

20. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos

acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por que?

A partir do momento que a política deixar de ser banalizada. Que aquele político tenha um crescimento, no sentido do social, que ele começa a aparecer. Eu acho que o cara é eleito, e aí ele se esconde quatro anos dentro de uma prefeitura, aquilo ali não vai ter o interesse de ninguém procurar saber o que ele está fazendo. Eu acredito que se ele for um cara que procurar se mostrar, no sentido de abordar o cidadão na rua, chegar num bairro procurar saber qual o problema desse bairro... corre atrás de saber o que realmente a população está precisando, eu acho que ela vai deixar de ser banalizada e ser confiável. Aí eu acredito que sim, o povo vai começar a acreditar, a entrar no Facebook do deputado, a frequentar o blog, dar opinião... eu acho que nesse sentido, ocorre esse pensamento.

Roteiro de Entrevista Cidadão Representante de Bairro:

1. Qual sua profissão?

Engenheiro Civil.

2. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Facebook e Orkut.

3. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

A TV e a rádio são os meios com maior audiência. O jornal escrito ajuda muito, mas hoje com a Internet tem se tornado obsoleto, atrasado.

Eu estou diariamente conectado, vendo os sites de notícias do Piauí e do Brasil.

4. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Sim. Todos os dias, por que procuro acompanhar a atuação dos parlamentares que tenho contato.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

5. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

Sim. Temos um deputado estadual e um federal que ajudam nossa comunidade, mas temos contatos com outros deputados. Muitos vereadores vêm aqui também. Com esses deputados temos apenas 4 anos que eles nos ajudam, antes éramos apoiados por outros deputados.

Eu prefiro o contato pessoal. Apesar de que nos falamos muito por telefone. E-mail mesmo só uso pra falar com os assessores deles.

6. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

Mantenho, mas não são eles que me respondem. Acho que tenho Internet há muito tempo e não sei precisamente há quanto tempo me comunico com eles pela Internet.

7. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

Não. Não gosto de me expor. Às vezes agradeço ao deputado, mas com o perfil da Associação no Twitter, no Facebook, no site mesmo deles. Sempre agradecendo e sempre é publicado.

8. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

Nunca questionei nada, quando quero fazer isso eu ligo.

Eu já disse, na Internet não são eles que respondem são os assessores.

9. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

Como eu já disse pessoalmente é sempre melhor.

10. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por quê?

Não faço isso.

11. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

Não por causa da Internet.

12. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

Esses últimos quatro anos eles têm ajudado a gente muito nos problemas da nossa associação. Enquanto eles estiverem considerando prioritários os nossos problemas sempre serão para nós os mais

preparados. Quando fecharem os olhos para gente, não terão mais a nossa consideração.

13. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Sempre. Eles sempre pedem nossa ajuda. Eu levo os problemas do bairro para eles e eles sempre têm ajudado. Na realidade com os deputados esse tipo de discussão acontece bem menos, porque eles estão mais distantes da nossa realidade, mas sempre que queremos uma força com o prefeito ou mesmo ajuda para a nossa associação falamos com eles.

14. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

A associação já faz isso. Na nossa página os associados podem estar reclamando, no twitter... mas geralmente o pessoal vem fazer isso aqui mesmo na sede. Ninguém quer ficar se expondo na Internet falando mal de ninguém não. A Internet ajuda muito sim, mas não dá pra confiar, tem muita gente paga pra ferrar com os outros, principalmente político. Muita gente falando mal na Internet.

15. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Os deputados acho que não fazem isso. Quando a gente leva alguma sugestão já é tudo "mastigado".

16. Com suas palavras, defina Democracia:

Democracia é o direito de poder escolher seus representantes, de votar, de ser votado, de poder contar com o poder público para a melhoria de nossas vidas. Obviamente, que hoje as coisas estão muito mais difíceis. Nós temos que nos virar em mil pra conseguirmos alguma coisa em nome da coletividade, mas na maioria das vezes conseguimos, depende muito do empenho. As pessoas estão se empenhando pouco na política, se não fosse a associação muita coisa aqui no bairro não teria sido possível, por que as pessoas não falam nada para os políticos.

17. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Muito mais. Pior era quando ninguém tinha direito de nada, tinha que ficar calado só esperando a boa vontade dos milicos.

18. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Está ligada à liberdade. Na Internet e na democracia todo mundo tem liberdade de fazer o que quer, e hoje mais ainda. Existe liberdade até demais, até para fazer o mal e isso eu não acho democrático.

19. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não. Os representantes são muito importantes para a democracia, sem eles ninguém consegue fazer muita coisa. É como eu disse está todo mundo calado.

20. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Não, não. Isso é bobagem. O melhor canal de comunicação entre políticos e sociedade somos nós, as associações. Deputado, meu filho, não quer saber de Internet, muito menos de estar perdendo tempo conversando com muita gente. Eles têm que trabalhar. Aqui no Piauí acho que não funciona. Vejo um ou outro que se aventura nisso aí, mas só se ferra. Se mete em confusão porque fala mal de um ou de outro e os jornais acabam transformando isso em notícia. É muita exposição. Deixa esse trabalho para as associações, sindicatos, ONGs que falam em nome de todos.

Roteiro de Entrevista Cidadão – Estudantes (Estudante A)

1. Qual a sua data de nascimento?

25/04/1970

2. Qual sua profissão?

Comerciária

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sim, *Facebook*, *hotmail* e *Skype*.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

A maioria dos cidadãos atualiza-se pela televisão. Eu acompanho pela televisão e portais da Internet.

5. **Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou *microblog* de algum deputado? Com que frequência?**

Não

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. **Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?**
 7. **Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?**
 8. **Você já escreveu algo no *site* ou *blog* do deputado que não foi publicado?**
 9. **Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?**
 10. **Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?**
 11. **Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?**
 12. **Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?**
 13. **Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?**

14. **Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?**
 Não. Porque não é o que tenho acompanhado nos meios de informação.

15. **A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?**

Sim, porque dessa forma chegariam bem próximos ao que realmente a população anseia no que diz respeito às suas necessidades mais urgentes. Entretanto, nem todos têm acesso à esse meio e assim fica complicado esse tipo de comunicação, além disso, essa poderia ser apenas mais uma estratégia de "marketing pessoal" utilizada pelos deputados para, somente, promover sua imagem perante a sociedade.

16. **Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?**
 Não.

17. **Com suas palavras, defina Democracia:**
 Governo do Povo.

18. **O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?**
 Pouco. Porque, em geral, os que tem o poder de tomar decisões são aqueles mais favorecidos economicamente.

19. **Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?**
 Na Internet as pessoas têm conseguido expressar melhor suas insatisfações e reivindicar seus direitos, atingindo rapidamente um maior número de pessoas.

20. **A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?**
 Não.

21. **Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?**

Não. Primeiramente, porque aqui no Piauí, ainda é pequena a parcela de pessoas com acesso a Internet. Além disso, também é minoria os cidadãos que realmente estão preparados para "deliberar, votar, discutir". Querendo ou não, aqui ainda existe de forma intensa pessoas que se corrompem por dinheiro e poder.

Roteiro de Entrevista Cidadão – Estudantes (Estudante B)

1. **Qual a sua data de nascimento?**
 02/01/1992

2. Qual sua profissão?

Design Interiores, Gerente Administrativa

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sim, Facebook.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Internet, canal eleitoral.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?**7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?****8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?****9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?****10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?****11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?****12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?****13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?****14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?**

Não. Por que através da verdade ele não ganharia seus votos.

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Sim. Por que é um âmbito onde uma variedade de pessoas tem acesso, as opiniões são diferentes, o que pode estimular um debate.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso Com suas palavras, defina Democracia:

Não.

17. Com suas palavras, defina Democracia:

É um regime de governo em que o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Pouco democrático, já que a população é manipulada por tão pouco.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

O uso da Internet é uma tentativa de tentar expor opiniões, onde quem quiser pode comentar e debater sobre o tema abordado. Não considero democracia já que muitas coisas que são postas na Internet podem ser vetadas ou simplesmente ignoradas.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos

(representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Sim. Por meio da comunicação com os deputados.

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudantes (Estudante C):

1. Qual a sua data de nascimento?

28/12/1988

2. Qual sua profissão?

Estudante Universitário e estagiário.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sim, Facebook, Orkut e MSN.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

5.

Por noticiários veiculados a Tv, rádio e jornal impresso. Eu particularmente fico sabendo através de sites especializados na Internet.

6. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

7. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

8. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

9. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

10. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

11. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

12. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

13. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

14. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

15. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Creio que sim, mas, com o coletivo de cidadãos, estrategicamente objetivando maior número de apoio.

16. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Sim, na verdade, considero a Internet um forte aliado na política, sendo importante observar-se, que com um planejamento e organização pode e deve ajudar os políticos em geral nas suas campanhas.

17. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso. Com suas palavras, defina Democracia:

Já observei colegas, postando propaganda política na rede social Facebook. Democracia ocorre quando há influência do povo no Governo.

18. Com suas palavras, defina Democracia:

A Democracia ocorre quando há influência do povo nas decisões do Governo.

19. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Considero o Brasil pouco democrático, pois as leis são elaboradas na maioria das vezes por políticos e ainda assim não leva em consideração o bem comum e essencial à sociedade, como: saúde, educação, segurança, saneamento, moradia. Não interessa ao governo as sugestões do povo, evitando assim custos aos cofres públicos.

20. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

A Internet funciona neste primeiro momento, como uma base ampla de comunicação com a sociedade em geral. Facilitando diálogos, reclamações, tira dúvidas, sugestões.

21. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não, hoje em dia seria impossível, o poder dos representantes políticos já dominou tudo e todos, acredito que seria necessária muita conversa e a apresentação de excelentes exemplos para a retomada da democracia.

22. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Sim, concordo que a utilização da Internet é um ótimo meio de comunicação com os representantes piauienses, sendo de forma indireta, saliento que é preciso um controle, visando respeito nas comunicações entre candidato e eleitor.

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudantes (Estudante D)

1. Qual a sua data de nascimento?

02/09/1983.

2. Qual sua profissão?

Estudante.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sium. Facebook, MSN, e-mail.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

A maioria da população pela televisão. Eu pela internet.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Não. A maioria da população é analfabeta, e outra grande parte só vota por que é obrigada.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Não. Não.

17. Com suas palavras, defina Democracia:

Seria um governo no qual o povo governa junto com seus eleitos.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Pouquíssimo, os governantes governam em prol dos seus interesses.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

É nela podemos acompanhar com maior transparência os acontecimento do dia a dia.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Não, alta ainda maior participação na educação.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Não. O acesso a internet ainda é pouco e necessita de um maior esclarecimento por parte da população.

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudante (Estudante E)**1. Qual a sua data de nascimento?**

03 de janeiro de 1980.

2. Qual sua profissão?

Motorista.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sim. Facebook e e-mail.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Eu e a maioria dos cidadãos pela tv.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Não, na verdade eu só vejo político em época de campanha.

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Sim, por que os cidadãos estão vivenciando os problemas e assim fica mais fácil de mensurar suas necessidades.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso Com suas palavras, defina Democracia:
Não conheço.

17. Com suas palavras, defina Democracia:
Seria uma forma de governo que o povo teria participação, com liberdade de se expressar e manifestar suas opiniões.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?
O Brasil é um país pouco democrático. Porque o povo não tem voz, pra mim a democracia no Brasil é uma utopia.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?
Com um mundo cada vez mais globalizado, a Internet é uma ferramenta muito eficaz. Dando ao povo o poder de manifestar suas opiniões e ao mesmo tempo se manter informado.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?
Não. Um representante de verdade é de suma importância.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por que?
Atualmente não. Pois no Piauí somente cerca de 13% das pessoas tem acesso a Internet. Agora com uma maior integração digital, essa comunicação direta com os representantes recebendo sugestões, elogios e até mesmo críticas, seria de grande importância.

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudante (Estudante F)

1. Qual a sua data de nascimento?
01/11/1988.

2. Qual sua profissão?
Atualmente funcionário público do estado.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?
Sim, Facebook.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?
Internet.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?
Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?

Sim, isso é raro mais sempre existe alguém que quer fazer diferente e quer ter compromisso com o serviço público.

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

Com certeza, pois é uma ferramenta que hoje é de fácil acesso a maioria das pessoas, e isso seria uma solução pra diversos problemas, pois daria ao povo a oportunidade de reivindicar, cobrar, e dar sugestões às autoridades.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Não.

17. Com suas palavras, defina Democracia:

Democracia é a participação do povo na construção do seu país.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

Sim, por que a participação do povo nas políticas e nas gestões dos governos ainda é muito escassa.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

Vejo que a Internet por hoje ser uma ferramenta moderna, rápida e de fácil acesso, existe um caminho reto para se chegar a uma democracia ativa, mas por falta da preocupação tanto da população, como dos governantes, em fazer valer essa democracia não conseguimos ser um país absolutamente democrático.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Sim, basta todos se conscientizar da necessidade de estar presente nas gestões palpitando, vigiando e até mesmo executando atividades.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

Sim, primeiramente por que a Internet está presente em quase todo lugar, segundo é que essa é a única maneira das pessoas está próximo do que acontece nas políticas do estado. É preciso que as autoridades vejam isso e que se construa um canal direto onde as pessoas possam se posicionar diante das situações e com o direito de resposta em todas as participações.

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudante (Estudante G)

1. Qual a sua data de nascimento?

20/09/1989.

2. Qual sua profissão?

Estudante e consultor em segurança do trabalho.

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?

Sim. Facebook e e-mail

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

Pela televisão. Pela Internet.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?
7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?
8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?
9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?
10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?
11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?
12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?
13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

14. **Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?**
Se tem, ainda não conheço.

15. **A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?**
Sim. Por que é um meio de comunicação fácil e muita gente já tem acesso.

16. **Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?**
Não conheço.

17. **Com suas palavras, defina Democracia:**
Pode ser definido como o poder que emana do povo, onde a proposta vencedora deriva da maioria votante.

18. **O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?**
Pouco, pois nós cidadãos cobramos pouco do poder público.

19. **Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?**
Pouca relação ou quase nenhuma.

20. **A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?**

Sim. O povo pode fazer leis e mandar para o Congresso Nacional analisar e enviar para o presidente da república autorizar ou vetar; exemplo: Lei da Ficha Limpa, criada pelo povo. O poder Emanado do Povo! Porém nós somos acomodados. O fato é que vivemos num país onde as pessoas não conhecem a própria Constituição Federal, quando deveria ser inserida no processo educacional nas escolas para que a população soubesse pelo menos a base dos direitos e deveres. Os nossos representantes não querem um povo mais inteligente para não cobrar mais...

21. **Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por que?**

Sim. Estamos na era da informatização, utilizamos e perdemos muito tempo na Internet fazendo coisas desnecessárias, sem importância. O povo deveria estar mais "ligado" nos tramites dos processos das leis, principalmente da Lei Orçamentária, para conhecer a finalidade do dinheiro público. O Brasil é um dos países de maior carga tributária do mundo, entretanto não utiliza de maneira correta os recursos público. Acho que falta maior interesse do povo para cobrar os direitos...

Roteiro de Entrevista para Cidadão – Estudante (Estudante H)

1. **Qual a sua data de nascimento?**
16/10/1950.

2. **Qual sua profissão?**
Funcionário Público Estadual (auxiliar de serviços gerais) .

3. Você possui algum canal de comunicação na Internet, como redes sociais e/ou microblogs? Se sim, quais?
Não.

4. Por qual meio de comunicação você acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E você?

O meio mais asse cível é a Mídia falada e escrita. É o meio que Eu uso.

5. Você frequenta alguma rede social, blog, site e/ou microblog de algum deputado? Com que frequência?

Não.

Em caso de resposta positiva da questão 5, responder da questão 6 à questão 13. Em caso negativo, continue na questão 14.

6. Você mantém algum contato direto com algum deputado? Há quanto tempo? Por qual tipo de comunicação?

7. Você mantém contato com o (s) deputado (s) pela Internet? Se sim, há quanto tempo?

8. Você já escreveu algo no site ou blog do deputado que não foi publicado?

9. Você obtém respostas do deputado quando o questiona por meio da Internet? Se sim, você já pensou alguma vez que não seria o próprio deputado a estar respondendo seus questionamentos?

10. Quais os canais de comunicação com o deputado você prefere?

11. Por intermédio da Internet você já conseguiu discutir ou deliberar (com finalidade de construir) algum projeto de Lei ou ideia proposta por você com o deputado? Se sim, você pode relatar o caso? Se não, por que?

12. Você acredita que seu contato com o deputado aumentou depois da adesão dele à Internet?

13. Você considera "o deputado em questão" um dos mais preparados para representar a sociedade piauiense?

14. Você acredita que algum deputado discuta seus projetos ou ideias com os cidadãos? Por quê?
Não acredito. Porque não é isso o que se observa.

15. A Internet poderia ajudar os deputados a discutir seus projetos e ideias com os cidadãos? Por quê?

A Internet poderia ajudar sim. Porque é um dos meios de comunicação de maior alcance dos nossos dias.

16. Você conhece algum deputado que já tenha feito isso? E algum amigo seu já fez isso?

Não conheço nenhum deputado que tenha discutido seus projetos e ideias com os cidadãos pela Internet.

Também não conheço nenhum amigo que tenha usado a Internet para discutir seus planos com outros cidadãos.

17. Com suas palavras, defina Democracia:

Democracia é o cidadão viver tendo o direito de fazer o que sua consciência pede, sem que ninguém o obrigue a fazer diferente, desde que, o que sua consciência peça, não prejudique os direitos de outros.

18. O Brasil, hoje, é um país muito ou pouco democrático? Por quê?

O Brasil é um país POUCO democrático.

Para citar um exemplo a OBRIGATORIEDADE DO VOTO, os cidadãos são obrigados a comparecer a seção eleitoral e guardar o seu comprovante de comparecimento, sobre pena de sacrificar alguns de seus direitos.

19. Qual a relação da Internet com a democracia contemporânea?

A Internet é o inverso da democracia brasileira, enquanto a dita democracia tem algum entrave a alguns direitos, a Internet permite que o cidadão manifeste livremente todos os seus pensamentos.

20. A sociedade piauiense poderia por si só tomar as rédeas da democracia, sem os representantes?

Nem a sociedade piauiense, nem qualquer outra sociedade, sob um regime democrático por si só tem o poder de tomar as rédeas para exercê-la, sem os representantes eleitos pelos os próprios cidadãos que vivem nessa democracia.

21. Existem muitos autores que discutem uma maior participação da sociedade nos assuntos políticos, e geralmente estes estudiosos atrelam o potencial que a Internet tem a esta ideia. Ou seja, muitos acreditam que por meio da Internet os cidadãos possam deliberar, votar, discutir, etc.. Alguns outros acreditam que a Internet possa ser o melhor canal de comunicação entre cidadãos e políticos (representantes). Você acredita que isto seja possível em um estado como o Piauí? Caso "sim", de que

forma, por meio da comunicação com os deputados ou diretamente? Caso "não", por quê?

SIM. A Internet poderá ser a maneira mais abrangente de comunicação entre os cidadãos e os políticos, e o Estado do Piauí poderá, por meio dos deputados Federais e Estaduais e nunca diretamente sem a ajuda dos mesmos, até porque eles foram eleitos “democraticamente” com a responsabilidade de interagir, com e para o bem dos cidadãos que os elegeram.

APÊNDICE B – IMAGENS DE SITES, BLOGS E MICROBLOGS

SITES

Figura 1 - Imagem de Site de deputado



Deputado Antonio Francisco Félix de Andrade (PSD). Site atualizado diariamente.

Figura 2 - Imagem de site de deputado



Deputada Belê (PSB). Site atualizado diariamente.

Figura 3 - Imagem de site de deputado



Deputado Firmino Filho (PSDB). O site constava atualizado na primeira pesquisa em 9 de março de 2012. Na última pesquisa em 21 de maio de 2012 o site estava em manutenção, mas oferecendo outras ferramentas de comunicação, como os microblogs.

Figura 4 - Imagem de site de deputado



Deputado Luciano Nunes Santos Filho (PSDB). Site atualizado diariamente.

Figura 5 - Imagem de site de deputado



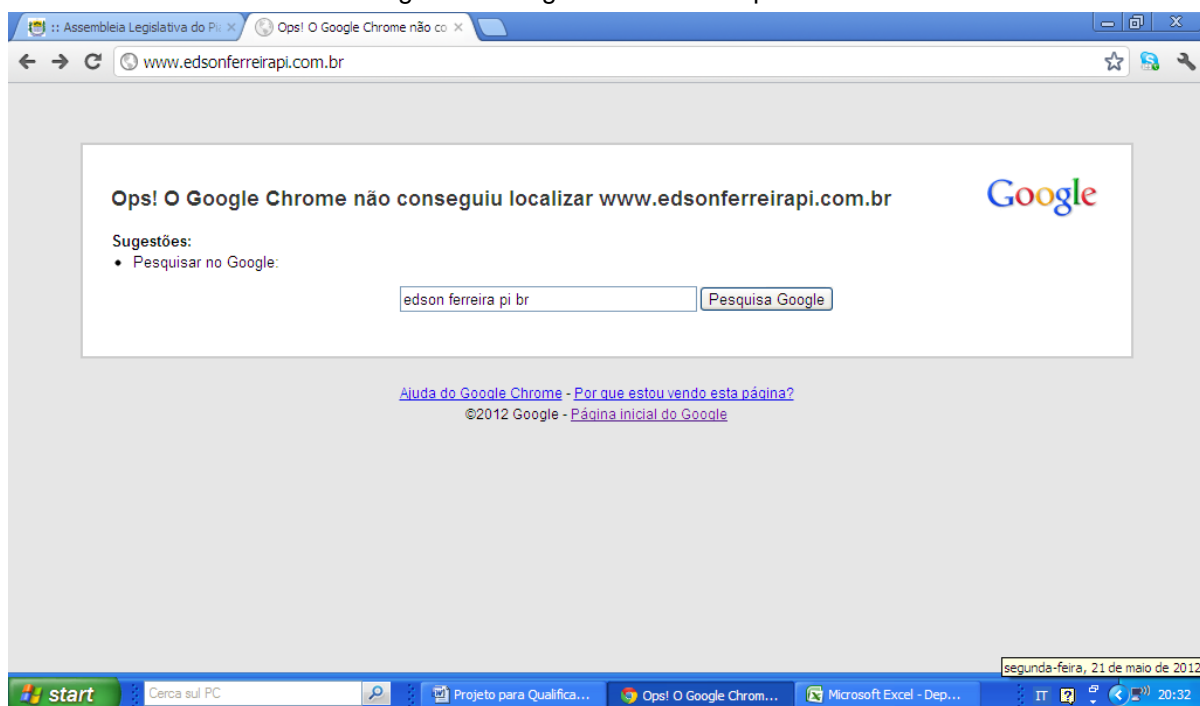
Deputada Margarete Coelho (PP). Site atualizado diariamente.

Figura 6 - Imagem de site de deputado



Deputada Juliana Moraes Souza (PMDB). Desde a primeira pesquisa em 9 de março de 2012 o site consta "em manutenção".

Figura 7 - Imagem de site de deputado



Deputado Edson de Castro Ferreira (PSD). Na primeira busca em 09 de março o site se encontrava disponível. Em 21 de maio de 2012, o site já não foi localizado.

Figura 8 - Imagem de site de deputado



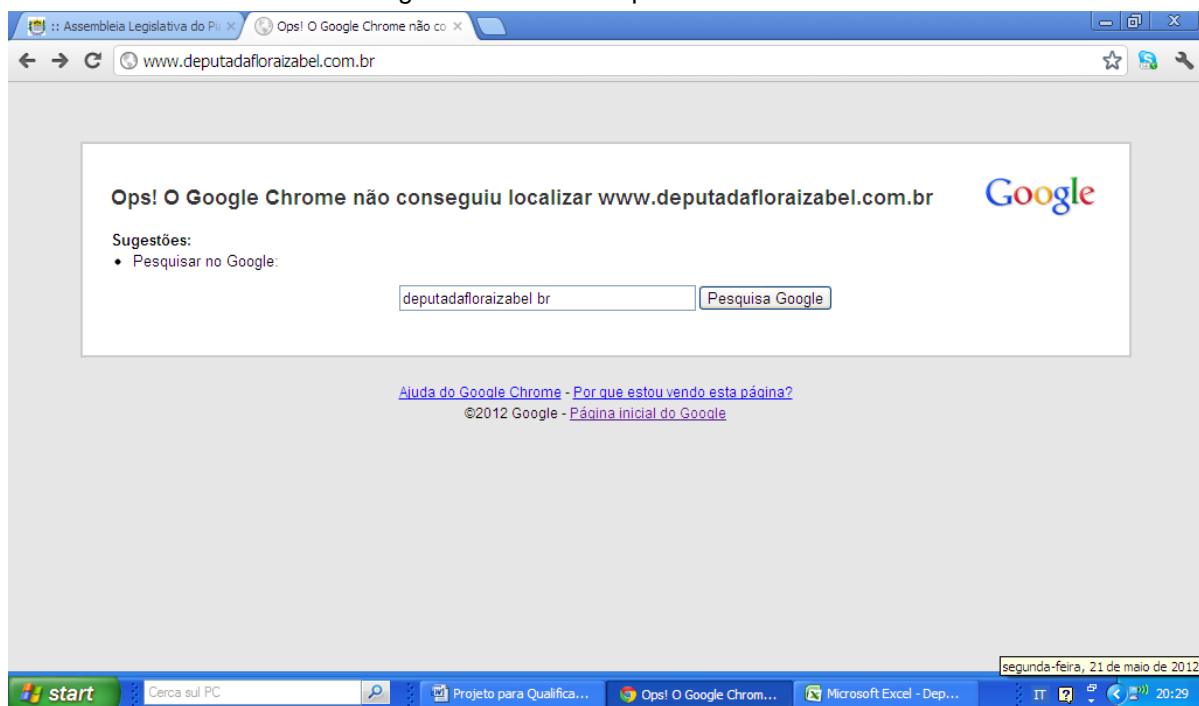
Deputado Marden Luís Brito Cavalcante Menezes (PSDB). Site atualizado diariamente.

Figura 9 - Imagem de site de deputado



Deputada Rejane Dias (PT). Site atualizado diariamente.

Figura 10 - Site de deputado fora do ar



Deputada Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT). Na primeira busca em 09 de março o site se encontrava disponível. Em 21 de maio de 2012, o site já não foi localizado.

BLOG

Figura 11 - Imagem de blog de deputado



Deputada Ana Paula Mendes Araújo Carvalho (PMDB). Última atualização do blog dia 21 de setembro de 2010.

Figura 12 - Imagem de blog de deputado



Deputado Firmino Filho (PSDB). Última atualização do blog dia 12 de fevereiro de 2012.

Figura 13 - Imagem de blog de deputado



Deputado Ismar Aguiar Marques (PSB). Última atualização do blog dia 2 de junho de 2011.

Figura 14 - Imagem de blog de deputado



Deputado Mauro Expedito Reis de Freitas Tapety (PMDB). Última atualização do blog dia 23 de agosto de 2010.

TWITTER

Figura 15 - Imagem de *microblog* de deputado



Deputada Ana Paula (PP). Apesar de existir twitter nunca foi utilizado.

Figura 16 - Imagem de *microblog* de deputado



Deputado Antônio Félix (PSD). Última atualização em 7 de maio de 2012. O cabeçalho do perfil traz o endereço do site do deputado.

Figura 17 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputada Belê (PSB). Última atualização em 7 de dezembro de 2011. O cabeçalho do perfil traz o endereço do site da deputada.

Figura 18 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Fábio Núñez Novo (PT). Última atualização em 20 de maio de 2012. Aparentemente o deputado usa o twitter constantemente.

Figura 19 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Firmino Filho (PSDB). Última atualização em 21 de maio de 2012. Aparentemente o deputado usa o twitter constantemente.

Figura 20 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Luciano Nunes (PSDB). Última atualização em 18 de maio de 2012. Aparentemente o deputado usa o twitter constantemente.

Figura 21 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputada Margarete Coelho (PP). Última atualização em 21 de maio de 2012. Aparentemente a deputada usa o Twitter constantemente. O cabeçalho do perfil traz o endereço do site da deputada.

Figura 22 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Edson Ferreira (PSD). Última atualização do twitter em 10 de novembro de 2010, até a data do último mapeamento. O endereço do site, que consta na seção anterior como desativado, consta no cabeçalho do perfil.

Figura 23 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Evaldo Gomes. O twitter está desatualizado desde 15 de julho de 2010. Na data o hoje deputado estadual ainda consta como vereador de Teresina.

Figura 24 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Gustavo Neiva (PSB). Apesar de existir, o twitter acima nunca foi utilizado.

Figura 25 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Ismar Marques (PSB). Última atualização em 8 de setembro de 2011.

Figura 26 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Marden Menezes (PSDB). Última atualização em 28 de abril de 2012. O cabeçalho do perfil traz o endereço do site do deputado.

Figura 27 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputada Rejane Dias (PT). Última atualização do twitter em 22 de setembro de 2011. O cabeçalho do perfil traz o endereço do site da deputada.

Figura 28 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputada Flora Izabel (PT). Apesar de existir, o twitter nunca foi utilizado. O endereço do site, que consta na seção anterior como desativado, consta no cabeçalho do perfil.

Figura 29 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado João de Deus (PT). A última atualização do twitter foi em 26 de abril de 2012. Mas um aspecto importante a ser considerado é que o cabeçalho do perfil do deputado oferece um número de contato e um endereço de e-mail para os interessados em uma proposta de divisão do estado.

Figura 30 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Cícero Magalhães (PT). A última atualização do twitter foi em 28 de março de 2012. O cabeçalho do perfil do deputado oferece um número de contato.

FACEBOOK

Figura 31 - Imagem de *microblog* de deputado



Figura 32 - Imagem de *microblog* de deputado



Figura 33 - Imagem de *microblog* de deputadoFigura 34 - Imagem de *microblog* de deputado

ORKUT

Figura 35 - Imagem de *microblog* de deputado

www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=12467804141864455633

+Você Pesquisar Mapas Notícias Shopping Orkut Tradutor Gmail Mais ▼ deusineyrobson@gmail.com | configurações | sair

orkut início perfil scraps comunidades aplicativos ▼ usar esse tema

Deputado Ismar Marques [adicionar como amigo](#) [ignorar](#) [denunciar](#)

local: Brasil

Sobre Deputado Ismar

ISMAR MARQUES, terceiro filho do ex-prefeito de Luzilândia, João de Assis Marques, vulgo, Joca Marques (in memoriam). Sobrinho do saudoso líder e ex-prefeito Raimundo Marques. Formado em Contabilidade e Direito pela UECE. Defensor Público do Estado, aprovado mediante concurso. Prefeito de Luzilândia por duas legislaturas. Superintendente do antigo IAPAS, hoje INSS-Piauí. Deputado Estadual por cinco mandatos. Secretário de Segurança Pública do Estado. Defensor de vários projetos dentre eles a emancipação dos municípios de Murici dos Portelas, Joca Marques e Madeiro. Várias obras, principalmente no baixo pamaíba piauiense, tem como sua marca a Defesa do Bem Comum para seus irmãos piauienses, onde sua atuação se destaca na área Social, Saúde e na garantia dos Direitos do Cidadão. Pleiteia mais uma vez um mandato parlamentar com o número 40.000 para construir junto com o amigo governador WILSON MARTINS mais mudança. Continuidade no projeto de desenvolvimento dos senadores WELLINGTON DIAS e ANTÔNIO JOSÉ MEDEIROS, da primeira presidente da história do nosso país, DILMA e claro apoiado pelo grande companheiro LULA. Pra fazer muito mais.

amigos (313)

betania ramos, Lilia, socorro, dercy, MARCOS, Marklini, lara, Nyida & amp;

segunda-feira, 21 de maio de 2012 23:22

Figura 36 - Imagem de *microblog* de deputado

www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=16905661

+Você Pesquisar Mapas Notícias Shopping Orkut Tradutor Gmail Mais ▼ deusineyrobson@gmail.com | configurações | sair

orkut início perfil scraps comunidades

Dep. Marden Menezes [Participar da comunidade](#)

idioma: Português (Brasil)
categoria: Governo e Política
tipo: público
visível por: público
[ocultar perfil](#)

criada em: 12/07/2006
local: Teresina, Piauí, 64000, Brasil
proprietário: Hélio Melo
moderadores: Marden 2 Menezes

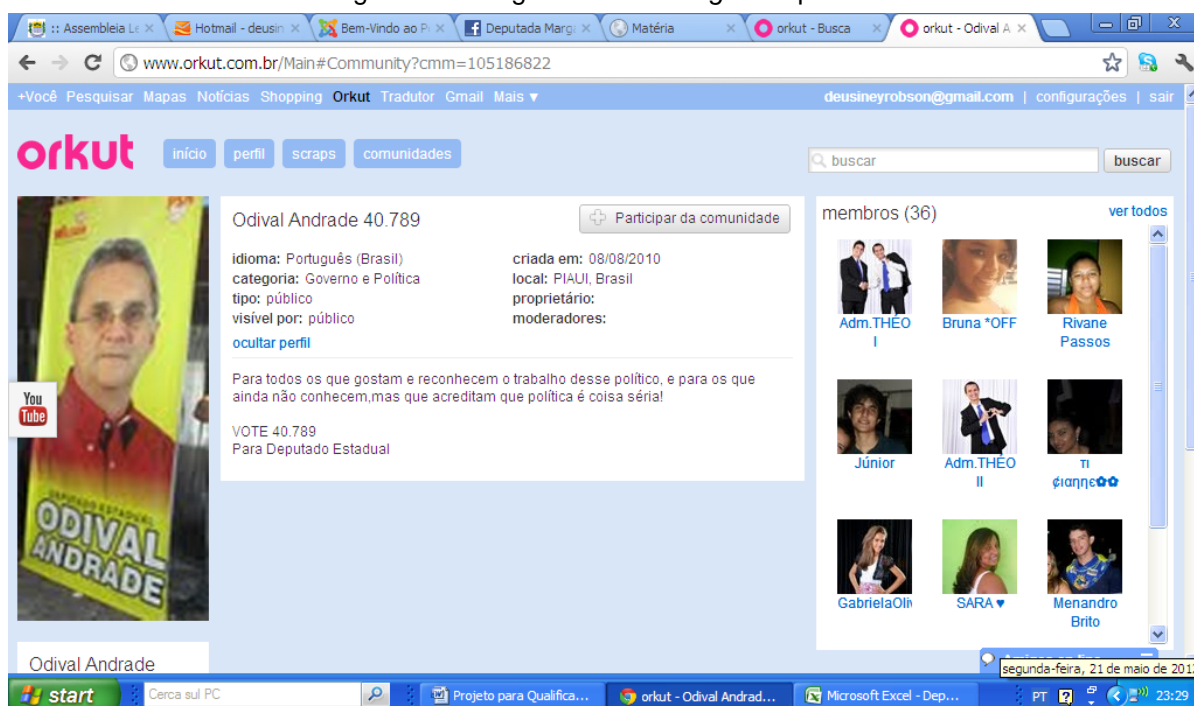
Comunidade criada para todos que simpatizam, gostam e (ou) votam no jovem Deputado Piauiense mais atuante dos últimos anos. Se vc também quer ajudar nosso Deputado a fazer um melhor mandato, dê sugestões e sua opinião utilizando nossos tópicos. ATUALIZADA PERIODICAMENTE!!! Junte-se a nós! Contato com o Marden: <http://www.orkut.com/Profile.aspx?uid=6704425635620189536> Contato com o moderador: <http://www.orkut.com/Profile.aspx?uid=2264428995112192568> Blog do Marden: www.meionorte.com/mardenmenezes

membros (473) [ver todos](#)

Roberto, Renata, Joca, Monyky, Erco Vinicius, Marcio, Lucas, Eduardo, Leonardo

Fórum [Criar tópico](#)

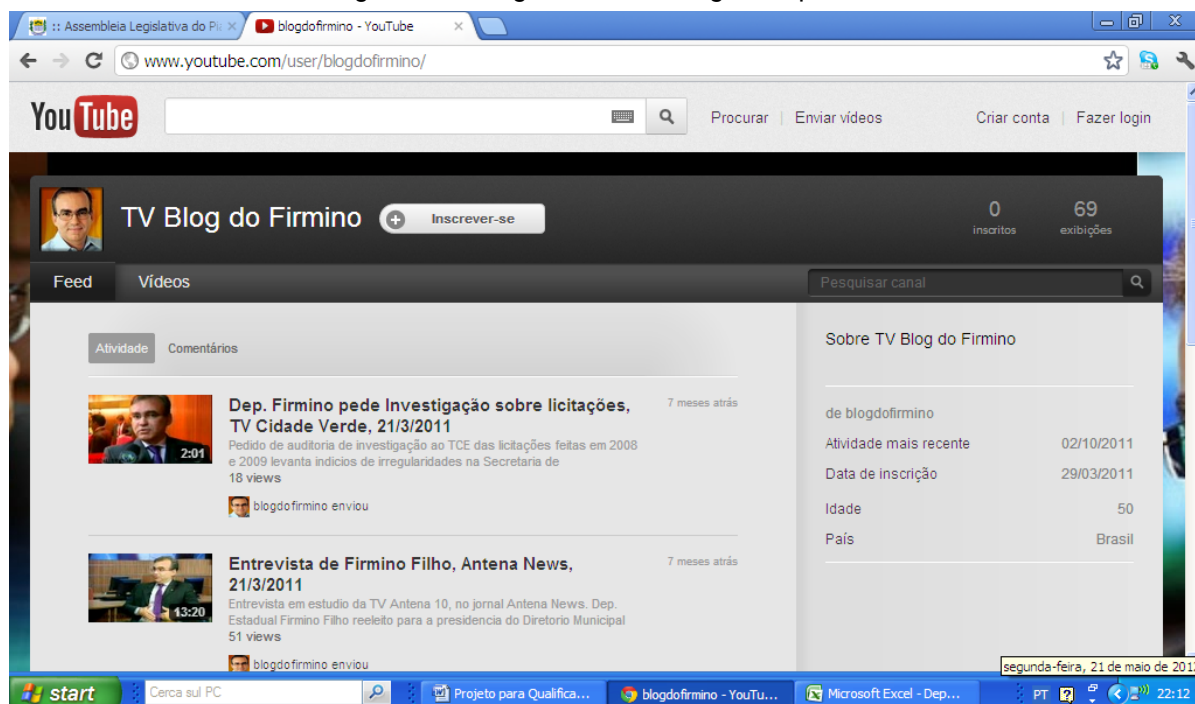
segunda-feira, 21 de maio de 2012 23:26

Figura 37 - Imagem de *microblog* de deputadoFigura 38 - Imagem de *microblog* de deputado

Deputado Odival Andrade (PSB). Orkut desatualizado desde as eleições 2010.

YOUTUBE

Figura 39 - Imagem de *microblog* de deputado



Deputado Firmino Filho (PSDB). Última atualização do blog em 2 de outubro de 2011.